



Linguagem e Discurso

Práticas discursivas em tempos
de pandemia: vozes e verdades em redes



v. 4, n. 1 (2022)
e-ISSN: 2674-6131



Linguagem e Discurso

v. 4, n. 1, 2022 / ISSN: 2674-6131

Periódico Eletrônico do Curso de Letras da Felcs
Grupo de Pesquisa Práticas Linguísticas Diferenciadas
Mestrado Profissional em Letras – ProfLetras/Felcs
Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

REVISTA SARIDH

LINGUAGEM E DISCURSO

GESTÃO

José Daniel Diniz Melo
Reitor

Henio Ferreira de Miranda
Vice-Reitor

Alexandro Teixeira Gomes
Diretor da FELCS

Marcelo da Silva Taveira
Vice-Diretor

Grupo de Pesquisa Práticas Linguísticas Diferenciadas
Curso de Letras da FELCS

Editor-Gerente da Revista Saridh
Antonio Genário Pinheiro dos Santos

ENDEREÇO

Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Rua Manoel Lopes Filho, 138, CEP 59380-000, Currais Novos – RN
Telefone +55 (84) 3342 2293 ramal 701
revistasaridh@gmail.com
@revistasaridh

CAPA

Desafios de interação e conectividade da educação na pandemia

Desenhos e ilustrações
Vanessa Damascena de Araújo
Fagundes Mailson de Medeiros

Diagramação
Josué Ferreira da Silva
Rafaela Cláudia dos Santos
Márcia Michele Justiano Luiz
Alyssandra Viana Fonseca
Eleonora Maria Bezerra de Araújo

MISSÃO

Promover a disseminação de conhecimento, voltando-se para a divulgação de saberes na área de linguagem e discurso, congregando estudos, experiências e pesquisas desenvolvidas sob a égide de diferentes vertentes de investigação linguística e da atuação acadêmica.

EQUIPE

EQUIPE EDITORIAL

Alexandro Teixeira Gomes – PROFLETRAS/PPGEL/UFRN
Antonio Genário Pinheiro dos Santos – UFRN
Márcio Sales Santiago – PROFLETRAS/UFRN
Gianka Salustiano Bezerril de Bastos Gomes – PROFLETRAS/UFRN

CONSELHO CONSULTIVO

Alex Sander Luiz Campos – IFNMG
Alexandro Teixeira Gomes – PROFLETRAS/PPGEL/UFRN
Ana Maria de Oliveira Paz – PROFLETRAS/PPGEL/UFRN
Anderson Lins Rodrigues – UESC/UFPE
André Tessaro Pelinser – PPGEL/UFRN
Antonio Genário Pinheiro dos Santos – UFRN
Carolina Leal de Lacerda Pires – UNIBRA/IBGM/IBS
Célia Maria de Medeiros – UFRN/CCHLA/DLET
Cid Ivan da Costa Carvalho – UFERSA/PPCL-UERN
Edjane Gomes de Assis – UFPB
Evaldo Gondim dos Santos – UERN/CAMEAM
Evandra Grigoletto – UFPE
Fabiele Stockmans De Nardi – UFPE
Francisco Vieira da Silva – UFERSA/PPGL-UERN/IFRN
Gianka Salustino B. de B. Gomes – PROFLETRAS/UFRN
Hudson Marques da Silva – IFPE
João Cláudio Arendt – PPGLetras/UFES
José Josemir Domingos da Silva – UEPB
Josiane Laurentino de Brito Lima – IFPE
Josimere Maria da Silva – IFAL
Letícia dos Santos Carvalho – UFRN
Lucélio Dantas de Aquino – UFRN/IMD
Márcio Sales Santiago – PROFLETRAS/UFRN
Maria Alcione Gonçalves da Costa – IF SERTÃO/PE
Maria Eliza Freitas do Nascimento – PPGL/UERN
Nedja Lima de Lucena – PPGEL/UFRN
Nilton César Ferreira – UNIOESTE
Nivea Barros de Moura – UERN/SEEC – CE
Paulo César Ferreira Soares – UERN
Pedro Farias Francelino – UFPB/PROLING
Rafael de Souza Bento Fernandes – UNIOESTE
Rafahel Jean Parintins Lima – UFRN
Rogério Mendes Coelho – UFRN
Urbano Cavalcante da Silva Filho – IFBA/UESC
Verônica Palmira Salme de Aragão – UERN

APOIO TÉCNICO

Alyssandra Viana Fonseca – PPGEL/UFRN
Carlos Eduardo de Oliveira Pinheiro – PPCL/UERN
Célio Oliveira da Silva – UFRN
Eleonora Maria Bezerra de Araújo – UFRN
Josué Ferreira da Silva – UFRN
Marcelino Gomes dos Santos – IFRN
Márcia Michele Justiniano Luiz – UFRN
Rafaela Cláudia dos Santos – PPCL/UERN

NORMATIZAÇÃO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Alyssandra Viana Fonseca – PPGEL/UFRN
Eleonora Maria Bezerra de Araújo – UFRN
Josué Ferreira da Silva – UFRN
Márcia Michele Justiniano Luiz – UFRN
Rafaela Cláudia dos Santos – PPCL/UERN
Vanessa Damascena de Araújo – UFRN

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

- Das práticas discursivas ao trânsito de vozes e verdades em tempos de pandemia** 08

Antonio Genário Pinheiro dos Santos
Universidade Federal do Rio Grande do norte (UFRN)

EDITORIAL

- Questões étnico-raciais e resistência nos estudos discursivos inclusivos** 10

Ady Canário de Souza Estevão
Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA/DCH)
Programa de Mestrado Profissiona em Letras (UERN/CAPF)

ARTIGOS

- Notícias do *passaporte da vacina* e o emprego das anáforas diretas nos textos midiáticos** 14

Aleide Josse Rodrigues Ataide Costa
Antonia Oziana Batista de Medeiros
Verônica Palmira Salme de Aragão
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN)

- A fragmentação da subjetividade como condição de existência: regularidades enunciativas na publicidade sobre casais gays** 31

José Domingos
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

- A criação poética como prática de liberdade: uma reflexão sobre a obra de Manoel de Barros** 47

Anísio Batista Pereira
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
Integrante do Laboratório de Estudos Discursivos Foucaultianos (LEDIF/UFU/CNPq)

No *flow* da coragem, falar a verdade como se manda um rap: a prática da *parresía* no discurso da rapper Azealia Banks 69

Marcelino Gomes dos Santos
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

O discurso da remição da pena pela leitura 90

Francine Mendes Eric Duarte Ferreira
Universidade Federal da Fronteira - Campus Chapecó (UFFS)
Eric Duarte Ferreira
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

DAS PRÁTICAS DISCURSIVAS AO TRÂNSITO DE VOZES E VERDADES EM TEMPOS DE PANDEMIA

A sociedade atual tem sido cenário de atipicidades, lutas, conflitos, relações que incidem sobre a forma de ser do sujeito, inscrevendo-o em tramas e redes de sentido que o impulsionam à tarefa de (re)existir, de marcar sua identidade, de vivenciar a construção ética de sua posição empírica e social. Nesse sentido, as condições de vida, no cenário pandêmico atual, são vetor capital para a produção de saberes e para o trânsito de verdades e práticas vinculadas a polos de poder e de verdade. Trata-se de uma conjuntura de discursividade, movimento de vozes e de discursos que circulam e que se reclamam, exigindo do sujeito práticas e movimentos de *ser si*.

No seio dessa conjuntura, a investigação linguística e o universo das Letras oferecem condições, portanto, para a efetividade de pesquisas e incursões epistemológicas que sinalizem a relação entre linguagem e discursos, o que vem justificar a abordagem da temática para este número da Revista Saridh. As produções relacionadas nas diferentes seções do periódico (editorial, artigos) fazem ecoar as fortunas críticas de estudos e investigações de base acadêmico-científica, no tocante às diversas questões que perpassam e norteiam a problemática das *Vozes e verdades em rede*, situando-as a partir das *práticas discursivas* materializadas nesses *tempos de pandemia*.

Assim sendo, tais questões apontam, por sua vez, para os espaços, os hiatos e as inerentes dificuldades e fragilidades que caracterizam o cenário brasileiro no que diz respeito, em especial, a uma atuação política mais assertiva e concreta, a qual seja capaz também de pôr o sujeito social no rumo de um protagonismo indispensável. São essas direções - de crítica, de reflexão, de discussão - que alcançamos nos textos aqui apresentados. Todos os textos ressaltam a necessidade de nos entendermos como sujeitos

do tempo de agora, como sujeitos agenciados e constituídos em discursos cujas miras estendem-se por todos os campos da vida ordinária e cotidiana.

Nesse tocante, oferecem esses textos a possibilidade de compreendermos que somos nós sujeitos atrelados a redes de sentidos marcadamente históricos e sociais. Nas produções da presente edição da Revista Saridh, observamos uma indicação de que como as investigações acadêmico-científicas, que tratam da linguagem, da língua, são indispensáveis. Elas são imperativas para se abordar como os sujeitos sociais são agenciados a partir de saberes determinados.

A linguística, no conjunto dos estudos discursivos e no bojo da atenção cedida à questão do sentido, como construto social e historicamente determinado, apresenta-se como terreno crível e indiscutivelmente importante para se entender nossa posição na sociedade contemporânea.

O objetivo da Revista Saridh é, portanto, fomentar a produtividade do saber acadêmico e científico, assegurar a disseminação e o alcance de textos que, com rigor técnico e responsabilidade social, abordam os discursos a partir do condicionamento linguístico, social, político, ideológico e cultural que eles suscitam. Desse modo, com a temática *Práticas discursivas em tempos de pandemia: vozes e verdades em rede*, o periódico incita pensar o sentido e o sujeito e dar-lhes relevo necessário a partir de relações dialógicas de batimento e de tensão.

O convite está, portanto, lançado. Do esmero do trabalho incansável de se fazer ciência no Brasil, é preciso seguir com o envolvimento necessário para se fortalecer a pesquisa e a sua divulgação no contexto nacional. Que esses textos, longe de serem espaços agastadiços de discussões sobre temas sociais, constituam-se como instrumentos que venham irritar, positivamente, nossa reflexão e que, com isso, instiguem nossa leitura e nossa apreciação das questões aqui abordadas.

Antonio Genário Pinheiro dos Santos
Editor-gerente



EDITORIAL

QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS E RESISTÊNCIA NOS ESTUDOS DISCURSIVOS INCLUSIVOS

Ady Canário de Souza Estevãoⁱ
Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA/DCH)
Programa de Mestrado Profissional em Letras (UERN/CAPF)

Comentário do Editor

No seio da tão indispensável e fulcral discussão sobre Práticas discursivas em tempos de pandemia, dando relevo às vozes e verdades que transitam em rede, a Revista Saridh (Linguagem e Discurso) apresenta, nesta edição, um editorial com a professora pesquisadora Dra. Ady Canário de Souza Estevão.

A estimada professora Ady Canário tem reconhecido histórico de atuação acadêmica, na graduação e na pós-graduação, com aclamada laboração científica em torno de objetos do discurso e da identidade e diversidade étnico-cultural. Além de docente colaboradora do Programa de Mestrado Profissional em Letras (ProfLetras) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), é professora do quadro permanente da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), lotada no Departamento de Ciências Humanas, no qual ministra disciplinas, no Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo, nas áreas de Leitura e Produção de Textos, História e Cultura Afro-Brasileira e Educação, Tecnologias e Aprendizagens.

A pesquisadora Ady Canário é licenciada em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, com habilitação para o Magistério da Língua Portuguesa e Literatura da Língua Portuguesa. É Especialista em Língua Portuguesa, Mestre e Doutora em Estudos da Linguagem, na área de Linguística Aplicada, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Possui experiência na formação continuada de professores na educação básica, tendo atuado como Tutora do Curso TV na Escola e os desafios de hoje na UERN. Atuou no Programa Especial de Formação Profissional para a Educação Básica, nos cursos de Letras e Pedagogia, bem como no Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica na Licenciatura em Matemática.

Na efetividade de sua laboração científica, a pesquisadora, que é Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Discursos e Sociedade (GEPEDS), tem orientado trabalhos de conclusão de curso de licenciatura, desenvolvendo pesquisas com estudantes populares, mulheres negras, além de conduzir incursões e estudos sobre identidade, discurso, mídia, formação de professores, inclusão social por ações afirmativas, diversidade étnico-cultural.

Com antecipado agradecimento e profunda satisfação, reiteramos nossa alegria em agora apresentar o editorial com a professora pesquisadora Ady Canário de Souza Estevão. Na esteira dessa gratidão, reforçamos nosso convite a toda a comunidade acadêmica e aos profissionais/agentes do ensino e da aprendizagem para acompanhar esse exponencial e importante espaço de fala sobre questões étnico-raciais e resistência nos estudos discursivos inclusivos.

Na atualidade, as questões étnico-raciais estão presentes nos mais variados domínios e no âmbito de experiências do ensino, pesquisa e extensão, no cenário de perpetuação do racismo estrutural, preconceito racial e de outras formas de discriminação que permanecem inscrevendo um campo de resistência e regime de verdades, tanto para os estudos da linguagem como das relações étnico-raciais. Por sua vez, tais discussões, uma vez inscritas em práticas discursivas de diversos intelectuais negros, na interface entre linguagem e antirracismo, propõem teorizações e análises em torno dos constantes enunciados que circulam na sociedade.

Ressaltamos que, na pandemia, temos uma série de acontecimentos discursivos elevando efeitos de sentido estereotipados em relação à população periférica no nosso país. Isso mostra o grupo que tem sido o alvo preferencial do coronavírus, adentrando em comunidades, sendo mais letal, por exemplo, entre pretos e pardos, vítimas da violência racista de Estado.

Dessa forma, vemos como necessário pensar a racialidade do corpo negro como um dispositivo de poder, isto é, atribuir relevo à maneira como essas questões étnico-raciais se inscrevem nos estudos da linguagem e em práticas inclusivas educacionais. O tratamento da educação para as relações étnico-raciais na vida social de sujeitos negros e não negros deve perpassar o universo das formulações que se constituem na/pela/para a linguagem. Tal processo reflete-se em nossas vivências enquanto professores, pesquisadores, alunos, ativistas e comunidade, além de evidenciar a construção e funcionamento de regimes de verdades (in)visibilizadas na cultura e nas produções discursivas que embates de poder e resistência constroem.

Evidentemente, o olhar dos estudos discursivos efetiva-se a partir de vertentes teóricas e analíticas as mais diversas. Trata-se de compreendermos a problemática da produção de sentidos dos corpos privilegiados na ordem do discurso. Assim, o lugar social dos grupos étnico-raciais, aqui entendidos como discursividades, é constituído nas lutas cotidianas, dores, sofrimentos e resistência, em conjunturas de desigualdades históricas entre brancos e negros. Isso significa pensar em práticas de liberdade para sujeitos e grupos subalternizados, incluindo-se: mulheres, mulheres negras, juventudes em todas as suas diversidades.

De modo geral, o que podemos aprender com as questões étnico-raciais que perpassam a linguagem social numa sociedade de tradição colonial e escravista que determina dispositivos de saber-poder? É preciso enfrentar a perspectiva da linguagem antirracista e inclusiva. Entendermos a urgência de considerar os indicadores de raça/cor. Assim, essa variável, em séries enunciativas, traz o racismo que vem sendo denunciado por movimentos antirracistas contemporâneos.

No contexto de uma educação para as relações étnico-raciais, o termo étnico-racial designa olhares para as aprendizagens entre negros e brancos, como sintetizado desde as “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, estabelecidas pelo Parecer CNE/CP 3/2004 e a respectiva Resolução CNE/CP 2/2004, referências centrais, entre outras, sendo responsabilidade de toda a sociedade.

Para tanto, necessitamos do tratamento linguístico e educacional centrado em princípios importantes: uma consciência sociopolítica e histórica da diversidade; a constituição das identidades sociais e da garantia de direitos ainda negados e de ações educativas para o enfrentamento ao racismo e formas de discriminação, referindo-se a tratamento linguístico, especialmente, na valorização e respeito à cultura negra e africana.

Nesse sentido, o nosso encontro acadêmico com essa temática se deu no mestrado e doutorado, quando somente tivemos um maior diálogo por meio de uma reeducação étnico-racial durante vivências, estudos e pesquisas no campo interdisciplinar da Linguística Aplicada, em diálogo com demais áreas das Ciências Humanas e Sociais. As práticas inclusivas passam pelo não silenciamento e atitudes linguístico-discursivas antirracistas.

Isso nos remete a encampar estratégias de resistência nos espaços sociais, na medida em que, se temos a responsabilidade, especialmente na universidade, escolas, é preciso

ampliar as possibilidades de construção a respeito do pertencimento étnico-racial. É um grande desafio da linguagem, cultura e discurso. Quais desafios emergem desse cenário, na interseccionalidade entre raça, gênero e sexismo que produzem novos modos de subjetivação positiva na atualidade?

Nesse contexto, de modo a refletir sobre essas e outras questões, a *Revista Saridh* vem consolidando um importante espaço de exercício e produção do conhecimento científico entre universidade e comunidades. Em mais um número, os trabalhos perpassam olhares entre linguagem e discurso. Ao longo do percurso, estimula uma aproximação entre a leitura e o respeito aos grupos étnico-raciais.

Assim, esse periódico acadêmico permite a articulação de saberes, verdades e a visibilidade da resistência numa sociedade de práticas racistas, machistas e patriarcais que precisam ser pensadas, discutidas e ancoradas na descolonização dos processos linguísticos e discursivos. Portanto, concentra importantes epistemologias da linguagem frente a isso.

Por fim, na cultura acadêmica, as questões étnico-raciais impõem diálogos e tensões, mas, também, nos imprime a necessidade de reconhecermos que a linguagem e discurso instauram proposições por demais fundamentais para nossa inscrição enquanto sujeitos, sobretudo, nos modos possíveis de resistência das vidas negras.

NOTÍCIAS DO PASSAPORTE DA VACINA E O EMPREGO DAS ANÁFORAS DIRETAS NOS TEXTOS MIDIÁTICOS

NEWS OF THE VACCINE PASSPORT AND THE USE OF DIRECT ANAPHORAS IN MEDIA TEXTS

Aleide Josse Rodrigues Ataide Costaⁱ

Antonia Oziana Batista de Medeirosⁱⁱ

Verônica Palmira Salme de Aragãoⁱⁱⁱ

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

RESUMO: A contribuição dos gêneros textuais é notória em nossa vida desde a infância. Dentre os diversos existentes, destacamos o jornalístico, o qual está presente em nosso cotidiano através de notícias em diferentes suportes. Com o cenário de pandemia, desde o ano de 2020, o vírus SARS-CoV-2, responsável pela COVID-19, foi tema recorrente nas manchetes. Consequentemente, com o avanço da doença, surgiu a necessidade da imunização e, posteriormente, a obrigatoriedade do *Passaporte da Vacina* expandiu-se. Esta pesquisa é voltada para a análise e reflexão das publicações de notícias sobre o *Passaporte da Vacina* e o emprego das anáforas diretas nos textos midiáticos. Logo, foram selecionadas duas notícias: uma do *site CNN* e outra do *EL PAÍS*. O método descritivo e quantitativo buscou observar e refletir se as notícias tencionam influenciar os leitores na tomada de decisão para realizar o esquema vacinal (imunização de pelo menos duas doses da vacina), e apresentar o *Passaporte da Vacina* quando for solicitado. As análises nos permitiram observar os textos e o processo coesivo nas relações linguísticas através de pronomes, advérbios, emprego de conectivos, sinônimos, expressões nominais, dentre outros recursos indispensáveis na compreensão do gênero.

Palavras-chave: Notícias. *Passaporte da Vacina*. Anáforas Diretas. Textos Midiáticos.

ABSTRACT: The contribution of textual genres is notorious in our life since childhood. Among the various existing, we highlight the journalistic, which is present in our daily lives through news at different support. With the pandemic scenario, since the year 2020, the SARS-CoV-2 virus, responsible for COVID-19, was a recurring theme in the headlines. Consequently, with the advancement of the disease, the need for immunization emerged, and, posteriorly, the mandatory *Vaccine Passport* expanded. This research is focused on the analysis and reflection of news publications about the *Vaccine Passport* and the use of direct anaphors in media texts. Soon, two news items were selected: one from the *CNN* website and the other from *EL PAÍS*. The descriptive and quantitative method sought to observe and reflect on whether the news intends to influence readers in making the decision to carry out the vaccination schedule (immunization of at least two doses of the vaccine), and to present the *Vaccine Passport* when requested. The analysis allowed us to observe the texts and the cohesive process in linguistic relations through pronouns, adverbs, use of connectives, synonyms, nominal expressions, among other essential resources for understanding the genre.

Keywords: News. *Vaccine Passport*. Direct Anaphoras. Media Texts.

Introdução

Os gêneros textuais perpassam diversas esferas sociais desde a nossa infância. Os gêneros conto, músicas, fábulas, cartas e teatro estão presentes em algumas instituições: escola, igreja, família ou em outras esferas sociais, como a acadêmica e religiosa. Assim, vamos aos poucos nos envolvendo com uma variedade de leituras orais e escritas em diferentes contextos.

Para divulgarmos um fato sobre alguém ou alguma coisa, geralmente, damos ênfase ao gênero notícia. Logo, deparamo-nos com os gêneros jornalísticos, e cotidianamente somos envolvidos em diversas informações e com manchetes cada vez mais surpreendentes. As notícias são expostas em inúmeros suportes por meio de *sites*, cartazes, murais, *podcasts*, e alcança um elevado número de pessoas a cada dia.

No ano de 2020, um dos temas mais recorrentes no gênero notícia foi a disseminação do vírus SARS-CoV-2:

O Sars-CoV-2, causador da Covid-19, é chamado de “novo” coronavírus porque ele faz parte de uma família maior, que possui membros já conhecidos pelos cientistas. Alguns desses familiares provocaram doenças em seres humanos chegando a gerar surtos. Porém, não se disseminaram a ponto de resultar em uma pandemia como a que estamos vivendo agora (SANTOS, 2021, n.p.).

Logo, vários veículos de comunicação enfatizaram o assunto e isso gerou a propagação de inúmeras notícias a respeito do vírus e da pandemia que trata de surtos de Covid-19 em vários países e regiões do mundo. Isso aconteceu, sobretudo, por meio dos dispositivos: celular, computador, através dos canais de televisão, pelas plataformas do *Youtube* e até pelo aplicativo *Whatsapp*.

Nas principais manchetes, as discussões eram as mesmas, com os índices de infectados, mortes e internações, sendo divulgadas de forma avassaladora. Durante a pandemia da Covid-19, no contexto midiático, destacou-se ainda a postura dos negacionistas:

O negacionismo vai além de um boato ou *fake news* pontual. É um sistema de crenças que, sistematicamente, nega o conhecimento objetivo, a crítica pertinente, as evidências empíricas, o argumento lógico, as premissas de um debate público racional, e tem uma rede organizada de desinformação.

Essa atitude sistemática e articulada de negação para ocultar interesses político-ideológicos muitas vezes escusos, que tem sua origem nos debates do Holocausto, é inédita no Brasil UNICAMP, 2021).

Em decorrência dos fatos noticiados tornou-se urgente abordar as medidas sanitárias e que atualmente vigoram, além da obrigatoriedade do passaporte ou certificado da vacina em alguns espaços públicos e privados. Em contrapartida, várias polêmicas, discursos, debates giraram em torno da palavra “Ciência”, pois algumas autoridades tentaram deslegitimá-la:

A tentativa de deslegitimar a ciência é nociva para a sociedade, especialmente nesse momento de crise sanitária. O Brasil possui vasta experiência no enfrentamento de epidemias e a reconhecida expertise em pesquisas e práticas relacionadas à Saúde Pública (UNICAMP, 2021).

Nesse contexto, a ciência acabou sendo deixada de lado para “os que discordam da existência da Covid-19”, ou tão pouco consideram que a doença cause sérios problemas para os cidadãos, inclusive, complicações que podem ocasionar à morte. Diante do que era exposto na mídia sobre a doença supramencionada, apresentavam-se também as medidas, os cuidados necessários para evitar a disseminação do vírus, essas que ainda estão vigentes. No contexto europeu, surgiram as campanhas para que a sociedade e principalmente os idosos fossem logo imunizados, assim, iniciam com a primeira, a segunda e atualmente, a terceira dose da vacina. No Brasil, de acordo com dados do CONASS (Conselho Nacional de Saúde), acontece a mobilização em todos os estados e aos poucos várias faixas etárias estão sendo imunizadas.

Atualmente, o assunto também muito comentado na Europa é o uso do “passaporte da vacina”. O jornal *El País* divulgou, em Julho de 2021, a seguinte notícia acerca da queda da taxa de imunização em países ricos:

[...] A relutância de muitos em tomar a vacina e o avanço da variante delta levam os Governos a adotar ações para incentivar a imunização e até mesmo impô-la a funcionários públicos [...] “na Alemanha, além dos protestos, há uma disputa entre os partidários da manutenção da liberdade individual para se vacinar e os que querem ser mais duros e exigir o certificado de vacinação para determinadas atividades” (*El País*, julho de 2021).

Logo, os governos pressionam a sociedade para vacinar e apresentar o *passaporte* ou o *certificado da vacina*. No Brasil, a plataforma *Conecte SUS* também passou a emitir o Certificado de Vacinação. Dessa maneira:

O governo brasileiro disponibilizou em três idiomas o certificado do ciclo completo de vacinação contra a covid-19, conhecido como passaporte da vacina. O documento pode ser emitido em português, inglês e espanhol e está disponível no *site* do Conecte SUS e por meio do seu *app* para Android e iOS, que reúne informações dos Sistema Único de Saúde (OLIVEIRA, sd, 2021).

Considerando a expansão quanto à obrigatoriedade do *passaporte da vacina* em locais públicos e privados e a influência do gênero notícia na vida das pessoas, este artigo, abordará o tema *Passaporte da Vacina* no gênero citado, com ênfase para o uso das anáforas diretas. Nessa perspectiva, entendemos que “a anáfora estabelece uma relação coesiva de referência que permite a interpretação de um item pela relação em que se encontra com algo que o precede no texto (FÁVERO; KOCH, 2005, p. 40).

Sendo assim, nosso objetivo geral é analisar no gênero notícia as anáforas diretas com o fim de investigar as possíveis referências, no texto midiático, sobre o *Passaporte da Vacina*. Quanto aos objetivos específicos, buscamos observar as notícias dos jornais sobre o *Passaporte da Vacina*; identificar as ocorrências das anáforas diretas no gênero notícia e investigar as escolhas lexicais do texto midiático como influenciadora da situação comunicativa do produtor. Buscando refletir acerca dos nossos objetivos, fazemos o seguinte questionamento: o emprego das anáforas diretas em notícias veiculadas sobre o *Passaporte da Vacina* pode influenciar o leitor em sua tomada de decisão quanto a ser vacinado?

Quanto à sua disposição metodológica, esse artigo está assim constituído: (i) a revisão da literatura: anáforas diretas, conceituadas por Cavalcante (2011), discurso midiático, definido por Charaudeau (2013) e gênero notícia, descrito por Alves Filho (2011); (ii) considerações sobre a metodologia do artigo; (iii) um prospecto de análise das notícias do *passaporte da vacina*, descrevendo e apontando as principais ocorrências de anáforas diretas nos textos pesquisados e, por fim, (iv) apresentação das considerações finais da pesquisa.

1 O processo anafórico

A linguagem perpassa em diversas esferas sociais e retoma vários elementos importantes no ato da fala e da escrita, dentre os quais podem ser destacadas as habilidades e competências comunicativas do leitor, essas são fundamentais para que a situação comunicativa seja estabelecida. Essa competência é aqui entendida como a capacidade dos falantes “produzirem textos com sentido em situações diversas à interação, utilizando enunciados da língua, em vista disso envolver a competência linguística ou gramatical [...] não só as frases produzidas na língua”, mas em adequação às condições e circunstâncias nas quais são ditas (GLOSSÁRIO, 2014). Para isso, é necessário analisar e compreender os gêneros na perspectiva da produção textual, pois os textos estão presentes em todos os contextos comunicativos. Neste estudo, a teoria linguística que fundamenta o trabalho é a Linguística textual.

A linguística textual constitui um ramo da linguística, que começou a desenvolver na década de 60 na Europa, e, de modo especial, na Alemanha [...] consiste em tomar como unidade básica, não mais a palavra ou frase, mas sim o texto, por serem os textos a forma específica da manifestação da linguagem (FÁVERO; KOCH, 2005, p. 11).

Neste universo linguístico e a partir dessa linha de investigação, logo será possível produzir, constituir, compreender e descrever o texto (MARCUSCHI, 1983). Contribui-se, dessa forma, para compreensão e organização do texto, além de evidenciar os elementos coesivos, nas situações comunicativas e na informatividade. Em vista disso, a intenção do processo anafórico é manter o sentido global do texto em relação ao que foi citado a princípio. Para a realização desse procedimento, a retomada de expressões é necessária em relação ao que foi mencionado anteriormente para uma construção textual coesiva, pois essas estratégias de construção e retomada de referentes são importantes nesse contexto. Nas palavras de Koch (1998, p. 54):

As estratégias de progressão referencial responsáveis pela introdução, preservação, continuidade, identificação e retomada de referentes textuais formam o que se pode chamar cadeia referencial. Essa progressão ocorre

com base numa complexa relação entre linguagem, mundo e pensamento estabelecido em práticas discursivas.

Nesta perspectiva, segundo Koch e Elias (2017, p. 89), “o referente se constrói no nosso dizer, no modo que constituímos esse dizer, de acordo com o nosso objetivo, a nossa intenção, os nossos leitores/ouvintes[...]”. Percebe-se, dessa forma, a importância dessa estratégia de progressão textual no gênero em estudo, notícia, quando ocorre a repetição (retroação) e progressão que são importantes ao lermos, pois ativam vários conhecimentos e contribuem para construirmos sentido.

Para a construção de sentido global de um texto, torna-se pertinente a retomada de termos citados ao longo dele. Dessa maneira, as autoras Koch e Elias (2012 p. 127) afirmam que a anáfora “é o mecanismo linguístico por meio do qual se aponta ou remete para elementos presentes no texto”. Quando falamos ou escrevemos um texto, selecionamos referentes que contribuem para a coesão textual. Como apontam Lima e Sá (2020, p. 121), a “anáfora é um recurso coesivo que visa manter a unidade de sentido do que foi referido anteriormente. É uma estratégia que corresponde à continuidade referencial, ou seja, novas expressões são retomadas no texto na busca de uma construção coesiva”.

Conforme Cavalcante (2011), no que diz respeito ao processo anafórico, no grupo das anáforas, existe dois subgrupos: “anáforas diretas” que apresentam retomadas do mesmo referente e as “anáforas indiretas” sem retomada do mesmo referente, trata-se de fenômenos semelhantes que dependem do contexto. Como ilustrado no quadro abaixo.

Quadro 1 – Processos referenciais anafóricos

Processos referenciais atrelados à menção			
Introdução referencial	Anáfora (continuidade referencial)		
	Anáforas Diretas (correferenciais)	Anáforas Indiretas (Não correferenciais)	
		AI (propriamente ditas)	Anáforas Encapsuladoras

Fonte: CAVALCANTE (2011, p. 86)

Entre a classificação apresentada, iremos discorrer sobre as anáforas diretas, considerando que esse será o encaminhamento para o percurso da análise deste artigo, pois o enfoque do estudo acontece através dos aspectos linguísticos, envolvendo a anáfora direta nas notícias selecionadas e analisadas.

Segundo Cavalcante *et al* (2014, p. 116) “[...] o processo da referenciação se apoia na constatação de que a função primordial da linguagem é prover uma forma de acesso a uma dada realidade”. Nesse sentido, a anáfora direta preserva a articulação gramatical entre os elementos citados no texto, ou seja, esse processo consiste na retomada de referentes. Dessa maneira, na anáfora direta, a retomada dos referentes pode ser por meio da repetição ou substituição de palavras. No entanto, em sentenças com retomadas de repetição, deve-se ter cautela quanto ao uso excessivo dos termos citados. Já com a substituição de palavras com sentido equivalente, são utilizados pronomes, sinônimos etc.

A anáfora direta apresenta uma relação de correferência com os elementos linguísticos mencionados a princípio, sendo atribuídos novos termos necessários para a progressão textual. Conforme Marcuschi (2017, p. 55):

Em geral, postula-se que as anáforas diretas retomam referentes previamente introduzidos, estabelecendo uma relação de correferência entre o elemento anafórico e seu antecedente. Parece haver uma equivalência semântica e, sobretudo, uma identidade referencial entre a anáfora e seu antecedente.

Assim, as retomadas correferenciais asseguram que os novos referentes apresentem uma relação com os elementos já aludidos inicialmente com a intencionalidade de garantir a coesão textual. Para isso, a semântica torna-se também um elemento significativo no gênero textual e, nesse ínterim, discorreremos, na seção que segue, acerca dos textos midiáticos, atribuindo ênfase ao gênero notícia.

2 Textos midiáticos

Atualmente, com a expansão da tecnologia, no tocante ao gênero notícia diversos meios são utilizados para o compartilhamento de informações. Muitas pessoas estão conectadas através das diferentes redes sociais (*Whatsapp, Instagram, sites, blogs*, entre outros) com a finalidade da divulgação de notícias, num fluxo diário e rotineiro. Além disso, existe o público que busca manter-se atualizado acerca do que acontece no mundo. Por esse ângulo, e de acordo com Charaudeau (2013), a construção de um discurso envolve distintos elementos linguísticos, que são considerados de acordo com o contexto social em que os falantes estão inseridos.

No que se refere à comunicação midiática, assim como em qualquer processo de comunicação, existe o emissor e o receptor para tal situação. Dessa maneira, Charaudeau (2013, p. 72) salienta que:

A comunicação midiática põe em relação duas instâncias: uma de produção e outra de recepção. A instância de produção teria, então, um duplo papel: de fornecedor de informação, pois deve fazer saber, e de propulsor do desejo de consumir as informações, pois deve captar seu público. A instância de recepção, por seu turno, deveria manifestar seu interesse e/ou seu prazer em consumir tais informações.

Nessa perspectiva, a função da instância de produção é disponibilizar as informações e estimular o interesse ao público em adquirir conhecimento acerca do conteúdo que será repassado. Logo, a instância de recepção desempenha sua possível satisfação em receber tais informações.

Ainda em conformidade com o autor, devem ser considerados diversos aspectos responsáveis por constituir um ato de linguagem com coesão. “Isso nos obriga a levar em conta tanto os discursos de justificativa, produzidos pelos profissionais das mídias sobre seu modo de fazer, quanto às características do funcionamento da máquina midiática em si” (CHARAUDEAU, 2013, p. 73). Assim, será imprescindível que o público possua conhecimentos dos elementos linguísticos para filtrar as notícias que se deparam constantemente, tendo em vista a relevância de absorver o que lemos ou ouvimos. Já para os produtores midiáticos, além do repasse das notícias, existem os fatores sociais a serem pensados no momento da organização de informações para atingir suas possíveis expectativas.

O gênero textual notícia possui a função de ser informativo sobre temas atuais e de interesse social, além de atualmente ser veiculado em diversos suportes, tais como *blogs*, *sites*, plataformas do *Youtube* e outros.

Quanto às suas características estruturais, Alves Filho *apud* Van Dijk (2011) apresenta as categorias da estrutura da notícia: “Manchete, lead, episódio e comentários” Essas categorias contribuem para o leitor fazer um breve reconhecimento do que o texto apontará e os possíveis sentidos atribuídos ao mesmo. O autor ainda destaca:

Esta estrutura visa atender às expectativas do leitor de jornal, considerando que o leitor não dispõe de muito tempo para leitura [...] embora esta estrutura possa variar em decorrência dessas notícias serem produzidas por inúmeros veículos de comunicação, visando atingir públicos diferentes.”. A manchete e o lead [...] têm como função resumir o evento para captar a atenção dos leitores para os fatos relevantes que possam lhes dizer interesse (ALVES FILHO, 2011, p. 98).

Portanto, ao término do nosso embasamento teórico, mostraremos no tópico seguinte a análise realizada a partir da seleção de notícias, pois para Linguística textual o termo texto pode ser tomado em duas acepções, a saber: “texto, em sentido lato [...] e o discurso como atividade comunicativa de um falante numa situação de comunicação dada [...]” (FÁVERO e KOCH, 2005, p. 26). Dessa forma, as notícias sobre o *passaporte da vacina*, sendo esse um documento comprobatório do esquema vacinal da COVID-19 estarão presentes no corpus em estudo, assim como o *passaporte da vacina*. Para isso, pesquisamos nos *sites* do

jornal *El País* e *CNN* no Brasil e selecionamos algumas notícias relacionadas ao tema, intencionando apontar as relações de coesão referencial, partindo do processo anafórico.

3 Análise de dados

A pesquisa tem como método a abordagem descritiva e qualitativa, seguindo a posição de Minayo (2001, p. 21) que apresenta que a pesquisa qualitativa “se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações [...]”. A partir do *corpus* de duas notícias retiradas dos sites *CNN* e *EL PAÍS*, analisa-se o uso frequente das anáforas diretas com destaque também para seus referentes.

Analisa-se as ocorrências das anáforas diretas no gênero textual, a manipulação das informações presentes no mesmo, assim como as possibilidades de uso destas informações na propagação de fatos para a sociedade. Nesse tocante, partimos da premissa em observar e refletir se as notícias intencionam influenciar os leitores na tomada de decisão para realizar o esquema vacinal (imunização de pelo menos duas doses da vacina) e, conseqüentemente, a fazê-los tomar posição no que diz respeito à apresentação do *passaporte sanitário*¹ quando for solicitado. No *corpus* analisado, destacam-se as anáforas diretas e os referentes retomados.

Notam-se as ocorrências do emprego de expressões nominais na retomada de referentes nas publicações sobre o *passaporte da vacina*. Vejamos alguns exemplos retirados das notícias em análise da *CNN* e *EL PAÍS* respectivamente nas tabelas 1 e 2.

Tabela 1 – Notícia da *CNN*

<p><u>TÍTULO DA NOTÍCIA</u> Passaporte da vacina é um avanço para brasileiros e turistas, diz infectologista.</p>
<p><u>LEAD DA NOTÍCIA</u> Infectologista David Uip, membro do Centro de Contingência do coronavírus em São Paulo, afirmou que não seria adequado o “turismo antivacina” no Brasil.</p>

¹ *Passaporte da Vacina* e *Passaporte Sanitário* corresponde ao mesmo documento.

CORPO DO TEXTO

1 O médico infectologista **David Uip**, membro do Centro de Contingência
 2 do novo coronavírus em São Paulo, afirmou à CNN nesta quinta-feira
 3 que o **passaporte da vacina é um “avanço importante”** para dar
 4 segurança a **brasileiros e turistas** estrangeiros.
 5 “Acho passaporte importante sim, eu acho adequado. **O passaporte da**
 6 **vacina é um avanço** que dá segurança para quem vem [de fora do país]
 7 e para nós [brasileiros]”, afirmou.
 8 Segundo **ele**, não seria adequado o **Brasil** virar um local de “turismo
 9 antivacina”. **Ele** ressaltou que defende o **passaporte da vacina**, e não o
 10 fechamento das fronteiras.
 11 “Acho importante [**o passaporte da vacina**], visto que é exigido em
 12 muitos países, tanto nos Estados Unidos quanto em países da Europa.
 13 Não é adequado [**o país**] virar um local de turismo antivacina. Já temos
 14 problemas suficientes no **Brasil**”, avaliou.

Fonte: elaborada pelas Autoras

Observamos, no texto, uma grande ocorrência de anáforas diretas, o que nos mostra as possibilidades que o enunciador tem para a construção de sentidos por meio das expressões referenciais. Os autores abaixo definem a anáfora direta:

A anáfora direta ou correferencial diz respeito à retomada de um referente presente no texto, de forma a garantir a progressão referencial, contribuindo para a sequência das ideias apresentadas no texto. Esse tipo de retomada pode se dar através de pronomes substantivos, de sintagmas nominais, por repetição de um item lexical etc. (SILVA; BARBOSA, 2019, p. 34).

Nas linhas 08 e 09 por meio de pronome, o anafórico “ele” reativa o referente “O médico infectologista David Uip”, visto que na linha 01 tal elemento foi introduzido anteriormente, mantendo uma relação de correferencialidade, de autoridade, que destaca a importância de apresentar o certificado de vacina ao adentrar no Brasil. A expressão “um avanço” logo no título da notícia apresenta um referente pontual “o passaporte da vacina”, sendo repetida nas linhas 03 e 06. Por conseguinte, a repetição de “passaporte da vacina”, nas linhas 03, 05, 09 e 11, retoma o título da notícia, dessa vez, com a opinião do médico entrevistado, David Uip.

Com isso, é introduzido um argumento de autoridade, que destaca a importância de apresentar o certificado de vacina ao adentrar no Brasil. Há aqui uma orientação

argumentativa que mobiliza o sujeito a adquirir o passaporte, pois a “referenciação por meio de formas nominais é um dos mais importantes recursos argumentativos que a língua nos oferece” (KOCH, 2017, p.100).

Na linha 13, o anafórico “o país” retoma o referente “o Brasil” e, nas linhas 08 e 14, aciona um elemento já mencionado no lead do texto, “Brasil”, contribuindo, portanto, para o sentido e sequência ao texto lido. Diante do exposto, foi possível perceber que as expressões nominais, os pronomes e diferentes formas de retomar referentes são frequentes na notícia sobre o *passaporte da vacina*, convergindo para a progressão do texto por meio da repetição. Além disso, “os referentes operam a “transformação” dos objetos do discurso à medida que o texto avança” (KOCH; ELIAS, 2017, p. 91). Os referentes ganham valores que destacam o “passaporte da vacina” por meio das escolhas lexicais da coesão referencial do gênero. Na próxima tabela, há uma notícia do *El País* sobre o Passaporte da vacina na Itália e sua respectiva análise.

Tabela 2 – Notícia da *EL PAÍS*

<p>TÍTULO DA NOTÍCIA “Passaporte covid-19” faz Draghi enfrentar primeiros protestos nas ruas italianas.</p>
<p>LEAD DA NOTÍCIA Queixas e mobilizações marcam estreia do salvo-conduto que só permite acesso aos locais de trabalho a quem tiver recebido pelo menos uma dose da imunização.</p>
<p>CORPO DO TEXTO 1 A Itália estreia nesta sexta-feira a medida mais polêmica do mandato do primeiro- 2 ministro Mario Draghi,—e também a primeira que pode lhe causar desgaste real 3 nas ruas desde sua posse, em fevereiro. A partir de hoje, qualquer trabalhador 4 italiano precisará apresentar seu certificado de vacinação (chamado localmente 5 de <i>Green Pass</i>) para poder desempenhar sua atividade profissional. A ordem 6 abrange de autônomos a funcionários de multinacionais, passando por 7 empregados de microempresas e domésticas. O decreto aprovado pelo Governo 8 admite que, na ausência do passaporte sanitário, se apresente um exame 9 de covid-19 com resultado negativo. Mas, inclusive por uma questão econômica, 10 não é viável repetir o exame a todo momento. Depois de tornar o certificado 11 obrigatório para frequentar cinemas museus, academias de ginástica e 12 restaurantes, a Itália agora fecha ainda mais o cerco contra a mentalidade antivacina. 13 A medida é pioneira nos países ocidentais, e na prática representa a 14 obrigatoriedade da vacinação para poder manter uma vida normal. Uma parte 15 minoritária dos italianos, entretanto, não está de acordo e preparou 16 manifestações e greves dos transportes para esta sexta-feira, num movimento 17 que pode parar o país. O Executivo de Draghi, apesar das ameaças e do risco 18 de colapso, não tem nenhuma intenção de recuar.</p>

Fonte: elaborada pelas Autoras

25

No segundo texto, há ocorrência da anáfora direta logo no lead da notícia. O elemento anafórico “salvo-conduto” (*documento que autoriza alguém a viajar e transitar livremente; passaporte, laissez-passer*), retoma o referente no início do título da notícia “passaporte covid-19” e que introduz o assunto. Logo, a anáfora direta por meio do recurso ‘substituição’ é apresentada por meio das palavras “certificado de vacinação”, “passaporte sanitário²” e “certificado”, nas linhas 04, 08 e 10, respectivamente.

Nas linhas 1 e 13, surge a expressão “a medida”. Refere-se às palavras salvo-conduto, presente no lead, por meio dos vocábulos “a primeira”, um numeral que substitui as palavras “a medida” e que também se refere a “passaporte”, reafirmando no gênero textual a obrigatoriedade do certificado a partir desta medida. São eles elementos linguísticos importantes e que contribuem para o leitor tomar a decisão de se vacinar contra covid-19.

Na linha 12 do texto, surge a palavra “Itália” que aparece novamente na linha 17 com a expressão “o país”, portanto trata-se de uma anáfora com o fim de evitar repetição de palavras por meio de coesão. Nesse contexto, as anáforas estão muito presentes nas notícias, seja direta ou indiretamente. Nesta notícia do *El País*, a Itália torna obrigatória a apresentação do “passaporte da vacina” para os trabalhadores. Logo, é um efeito de sentido (de obrigatoriedade) que alcança o público e que o influencia a tomar a vacina, pelo exemplo dado pelo país.

A partir das informações presentes no *corpus* do presente estudo ficam explícitas as consequências da não apresentação do certificado de vacinação nos principais locais do país, através da proibição da entrada dos cidadãos que não estão vacinados nos seguintes espaços: museus, academias de ginástica, cinemas e restaurantes da Itália.

Assim sendo, percebe-se que há uma preocupação do enunciador em estabelecer a continuidade referencial do texto com a utilização de recursos anafóricos como a repetição, substituição, promovendo, com isso, uma progressão sequencial do texto.

² Sinônimo das palavras *Passaporte da vacina; Passaporte da Covid-19 e Certificado de vacinação*, presentes na notícia.

Considerações finais

Os textos analisados apresentam, na introdução de ambas as notícias, objetos discursivos que apontam para o assunto abordado neste artigo, o *passaporte da vacina*, e refletem acerca da importância do conhecimento enciclopédico do leitor ou da leitora, uma vez que a interação leitor-texto se torna fundamental com este conhecimento. Segundo Koch (2003, p. 46), tal conhecimento diz respeito ao “conhecimento do mundo que se encontra armazenado na memória de longo prazo, e o interacional recobre os conhecimentos funcional, comunicacional, metacognitivo e superestrutural, sendo o último o que garante a interação (as ações verbais) pela linguagem”.

A partir do estudo das anáforas, percebemos que elas estão presentes em vários gêneros textuais, porém no gênero jornalístico *notícias* seu emprego é recorrente, quer seja de forma direta ou indireta. Com essas considerações, nosso foco incidiu sobre as anáforas diretas relacionadas ao tema *passaporte da vacina*. As referências presentes no discurso jornalístico podem colaborar para o entendimento do que é lido e de quais ações podemos fazer para tomadas de certas decisões, nesse caso, tomar a vacina contra Covid 19.

A linguagem utilizada, por ser explícita e formal, possui características do gênero notícias, visa informar e apresentar os fatos de maneira direta, sucinta, e mobiliza espaço linguístico que fomenta e potencializa os espaços de interpretação e de compreensão na conjuntura do texto noticioso e informativo. A partir de um “simples compartilhar” nos aplicativos atuais e nas redes sociais, os sujeitos do discurso podem se tornar propagadores de boas ou más notícias. A partir deste trabalho foi primordial perceber a importância do emprego das anáforas como estratégia de referenciação na progressão textual e na interação com os interlocutores para entendimento de vários assuntos tão importantes e atuais, tais como a COVID-19 e o *passaporte da vacina*.

Percebeu-se que observar e analisar o emprego das anáforas diretas possibilita refletir sobre o inerente processo de referenciação e de retomadas de marcadores e de sentidos no texto. As anáforas apresentam muitas funções e contribuem para elaborar o sentido daquilo do que é dito, indicando opiniões, propondo direções argumentativas dos objetos presentes no gênero do discurso.

O que apontamos, neste artigo, pressupõe, sem dúvida, verificar o importante papel desempenhado pelas expressões nominais e pronominais na organização textual, uma vez que contribuem para orientação argumentativa na decisão do leitor em tomar a vacina e na sequência, adquirir o *passaporte*. Essas realizações linguísticas colaboram para a compreensão do objeto de estudo.

Referências

ALVES FILHO, F. *Gêneros Jornalísticos: notícias e cartas de leitor no ensino fundamental*. São Paulo: Cortez, 2011.

CAVALCANTE, Mônica M.; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar; BRITO, Mariza Angélica P. *Coerência, referenciação e ensino*. São Paulo: Cortez, 2014.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Trad. Angela M. S. Corrêa. 2 ed., 2 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário da Análise do discurso*. USP. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5718774/mod_resource/content/1/Charadeau%20%20Maingueneau%20-%20Dicion%20de%20AD.pdf. Acesso em: 26 maio 2022.

FÁVERO, Leonor L.; KOCH, Ingedore Grünfeld V. *Linguística textual: introdução*. São Paulo: Cortez, 2005.

GLOSSÁRIO. *Glossário Ceale de termos de Alfabetização, leitura e escrita para educadores*. Belo Horizonte, CEALE/Faculdade de Educação da UFMG. 2014. Disponível em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/multimodalidade>. Acesso em: 26 maio 2022.

KOCH, Ingedore Grünfeld V. *Desvendando os segredos do texto*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

KOCH, Ingedore Grünfeld V. *A Coesão Textual*. São Paulo: Contexto, 2005.

KOCH, Ingedore Grünfeld V. *As tramas do texto*. Rio de Janeiro: Contexto, 2014.

KOCH, Ingedore Grünfeld V.; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2015.

KOCH, Ingedore Grünfeld V.; ELIAS, Vanda Maria. *Escrever e Argumentar*. São Paulo: Contexto, 2017.

LIMA, Darlene P.; SÁ, Jammara Oliveira Vasconcelos de. As anáforas indiretas em notícias escritas: aprimorando as produções de alunos do 7º ano. *Revista Colineares*, Mossoró/Rn, v. 7, n. 1, p. 114-139, 2020.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina. *Referenciação e discurso*. 2 ed. 1ª reimpressão São Paulo: Contexto, 2017.

MARI, João de. Passaporte da vacina é um avanço para brasileiros e turistas, diz infectologista. *CNN*, São Paulo, 02 dez. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/passaporte-da-vacina-e-um-avanco-para-brasileiros-e-turistas-diz-infectologista/>. Acesso em: 27 jan. 2022.

MIGUEL, Bernardo de. Passaporte covid-19 se impõe no dia a dia de 21 países europeus. *EL PAÍS*, Bruxelas, 08 ago. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/sociedade/2021-08-08/passaporte-covid-19-se-impoe-no-dia-a-dia-de-21-paises-europeus.html>. Acesso em: 25 out. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 18 ed., Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Vinícius de. *Covid-19: como emitir o certificado de vacinação em 3 idiomas*. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2021/08/24/covid-19-certificado-de-vacinacao-pode-ser-emitido-em-3-idiommas-veja-como.htm?>. Acesso em: 05 dez. 2021.

RATHSAM, Luciana. *Negacionismo na pandemia: a virulência da ignorância*. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2021/04/14/negacionismo-na-pandemia-virulencia-da-ignorancia> Acesso em: 13 mar. 2022.

SANTOS, Tereza Maria. *As diferenças e semelhanças entre outros coronavírus e o Sars-CoV-2*. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/as-diferencas-e-semelhancas-entre-o-sars-cov-2-e-outros-coronavirus/> Acesso em: 26 mar. 2022.

SILVA, Roberto Claudio Bento da; BARBOSA, Maria do Socorro Maia Fernandes. *A referenciação em crônicas de alunos do 9º ano do Ensino Fundamental*. 2019. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Profletras, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Pau dos Ferros, 2019.

CONASS. Vacinação contra a COVID-19. 2021. Disponível em: <https://www.conass.org.br/vacinacovid19/#v2>. Acesso em: 26 jan. 2022.

VERDÚ, Daniel. ‘Passaporte covid-19’ faz Draghi enfrentar primeiros protestos nas ruas italianas. *EL PAÍS*, Roma, 15 out. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-10-15/passaporte-covid-faz-draghi-enfrentar-primarios-protestos-nas-ruas-italianas.html>. Acesso em: 27 jan. 2022.

ⁱ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPCL) pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Graduada em Letras pela Universidade CEUMA no Estado do Maranhão. Especialista em Metodologias Inovadoras ao Ensino de Língua Portuguesa pelo IESF/MA. Especializanda em Literatura e Ensino pela Universidade Estadual do Maranhão-UEMA.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1678423572825963>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5141-2254>

E-mail: aleidejosse@alu.uern.br.

ⁱⁱ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPCL) pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Graduada em Letras Inglês pela UFERSA no Estado do Rio Grande do Norte. Especialista em Ensino de Língua Inglesa pela Universidade Candido Mendes e em Linguística e Formação de Leitores pela FARESE.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2937361145588259>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3939-3417>

E-mail: ozianamedeiros@alu.uern.br.

ⁱⁱⁱ Doutora em Língua Portuguesa (Letras Vernáculas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Integrou o Mestrado PROFLETRAS e o PPCL/UERN.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9361633594985944>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2250-8051>

E-mail: veronicasalme@uern.br.



ARTIGO

A FRAGMENTAÇÃO DA SUBJETIVIDADE COMO CONDIÇÃO DE EXISTÊNCIA: REGULARIDADES ENUNCIATIVAS NA PUBLICIDADE SOBRE CASAIS GAYS

THE FRAGMENTATION OF SUBJECTIVITY AS A CONDITION OF EXISTENCE: ENUNCIATIVE REGULARITIES IN ADVERTISING ABOUT GAY COUPLE

José Domingosⁱ

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Resumo: Neste artigo, propomos uma reflexão acerca das estratégias discursivas realizadas nos enunciados que circulam na esfera publicitária, em que nos são dados a ver os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo. Mais amplamente, mostraremos as condições de possibilidade por que passa o sujeito gay a fim de constituir-se enquanto experiência histórica do presente. Este nosso propósito será ancorado pelo pensamento de Michel Foucault (2008; 2012) sobre como deve ser o sujeito, que posição deve ocupar no real ou no imaginário para se tornar sujeito legítimo deste ou daquele conhecimento. Retomamos também J-J Courtine (2006) para tratarmos de *uma semiologia histórica* que constitui os elementos imagéticos do *corpus*. Serão analisadas peças publicitárias das empresas IKEA e Tecnisa e da revista VIP. Observamos que nessa produção discursiva há um jogo da legitimação e do controle das imagens e dizeres, que funciona como verdade na ordem discursiva midiática do mercado publicitário por onde a subjetividade gay se inscreve como possibilidade de existência.

Palavras-chave: Regularidade enunciativa. Subjetividade. Gay.

Abstract: In this article, we propose a reflection about the discursive strategies, carried out in the statements that circulate in the advertising sphere, in which we are given to see the relationships between people of the same sex. More broadly, we will show the conditions of possibility through which the gay subject passes in order to constitute himself as a historical experience of the present. With this paper we propose anchored by the thinking of Michel Foucault (2008; 2012) about how the subject should be, what position he take occup in the real or in the imaginary to become a legitimate subject of this or that knowledge. We also return to J-J Courtine (2006) to deal with a historical semiology that constitutes the imagery elements of the corpus. Advertisements from the companies IKEA and Tecnisa and from the VIP magazine will be analyzed. We observe that in this discursive production there is a game of legitimation and control of images and sayings, which works as a truth in the media discursive order of the advertising market through which gay subjectivity is inscribed as a possibility of existence.

Keywords: Enunciative regularities, Subjectivity. Gay.

Introdução

Questão fulcral no campo dos estudos da Linguagem e do Discurso na atualidade, o lugar do sujeito na mídia instiga-nos a problematizar, neste trabalho, as estratégias e condições de possibilidade por que passa o sujeito gay a fim de constituir-se enquanto experiência histórica do presente. Este nosso propósito é embalado pelo pensamento de Michel Foucault (1926-1984) acerca do que deve ser o sujeito, que posição deve ocupar no real ou no imaginário para se tornar sujeito legítimo deste ou daquele conhecimento.

Em paralelo com as contribuições do pensamento foucaultiano, buscaremos no interior do arcabouço teórico da Análise do Discurso Francesa (AD doravante) elementos que nos possibilitem pensar a subjetividade gay a partir de uma relação determinada com o discurso sobre a verdade. Nesse sentido, nossa discussão mover-se-á por alguns conceitos desse campo de saber: sujeito, discurso, enunciado, séries enunciativas. Ainda no terreno da AD, e apoiados em seu princípio basilar, no qual o discurso se constitui no momento em que linguagem e história se alcançam no interior das relações sociais, aqui, trataremos discursivamente nosso objeto na perspectiva da *semiologia histórica* proposta e desenvolvida por J-J Courtine (2006).

Essa abordagem analítica do discurso – a semiologia histórica – tem seu lastro no conjunto das formulações por que passou o projeto teórico da Análise do Discurso empreendido por Michel Pêcheux (1938-1983). Neste artigo, destacamos um texto representativo nesses novos rumos para onde Pêcheux apontava sua empresa teórica no início dos anos 1980: texto apresentado na Escola Normal Superior de Paris no ano da morte do autor, *Papel da memória* sinaliza para pontos possíveis de contato da Análise do Discurso com a Semiologia. A perspectiva que se inaugura com o diálogo desses campos de saber permite-nos amplificar o alcance do trabalho do analista do discurso, no sentido de incorporar as materialidades não-verbais ao universo das discursividades: ao citar Davallon (2007, p. 51) Pêcheux alude a imagem como um operador de memória que comporta em si um percurso discursivo de leitura inscrito em outros lugares.

Isso posto, e seguindo a linha do raciocínio de Foucault mencionada anteriormente, que se encaminha no sentido de questionar como seres humanos tornam-se sujeitos, nosso trabalho analítico desenvolver-se-á com base em peças publicitárias dirigidas ao público

masculino gay¹ ou que a este faz referência.

Ao passo que descrevemos os enunciados das propagandas, interrogamos a mídia enquanto um dispositivo de saber/poder sobre a sexualidade e, do mesmo modo, um lugar de reverberações discursivas sobre a subjetividade homoafetiva. Nesse sentido, nos interessam também alguns efeitos de sentido sobre a subjetividade gay que vão se sedimentando no imaginário social ao mesmo tempo que outros são silenciados através dos procedimentos de controle dos discursos da mídia que elege uma dada ordem do olhar, a exemplo da fragmentação dos corpos que ilustram a publicidade em análise.

1 Imagem e memória: elementos de uma semiologia histórica

Nos últimos registros de seu percurso intelectual, Michel Pêcheux afirmava a necessidade incontornável de a Análise do Discurso recolocar os elementos do seu quadro conceitual. Iniciado seu desnudamento da indumentária *démodé* do marxismo com sua tese materialista do assujeitamento pleno, Pêcheux passou pela consideração de uma heterogeneidade constitutiva das formações discursivas, pelo primado do interdiscurso, enfim, chegando a avizinhar a Análise do Discurso da Nova História através das noções de documento e acontecimento. Este foi o ápice de seu redimensionamento teórico cuja incidência direta se deu sobre a constituição do *corpus* discursivo e dos métodos de análise: era chegado o tempo de colocar-se à “escuta das circulações cotidianas, tomadas no ordinário dos sentidos” (PÊCHEUX, 2008, p. 48).

Análogo ao procedimento da Nova História de desmontar os documentos para compreender suas condições de produção, a AD passa a interessar-se pela interpretação dos movimentos de produção e deslocamento do discurso, vindo a situar este último na perspectiva de uma história arqueológica: de cortes, falhas, aberturas, formas novas de temporalidades e descontinuidades. Assim, reafirmando a singularidade do acontecimento. Desse modo, as teorizações de Pêcheux abrem-se, neste momento, *aos registros cotidianos*

¹ A expressão se justifica, uma vez que toda a materialidade imagética do *corpus* analisado faz referência à imagem masculina.

do sentido, permitindo a incorporação de materialidades sincréticas, reunindo verbo e imagem, ao campo das discursividades.

No contexto sócio-histórico do início da década de 1980, quando todo um aparato audiovisual de informação se impunha à vida cotidiana, era imperioso se pensar na influência das materialidades multimodais no campo da linguagem. No ensaio em que Pêcheux trata do papel da memória (2007), a imagem, enquanto elemento discursivo, é dada a ver como um *operador de memória*, ao passo que a memória seria construída na enunciação por meio dos implícitos e regularizações discursivas. Mas o autor frisa que essas regularidades discursivas são “passíveis de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo que vem perturbar a memória” (*idem*, p. 52).

Na sequência, o autor afirma a necessidade da AD de se distanciar das evidências da proposição, da frase e da estabilidade parafrástica e interrogar antes os efeitos materiais de montagens de sequências e séries enunciativas, sem buscar a princípio e antes de tudo sua significação ou suas condições implícitas de interpretação; reivindica um lugar discursivo para a imagem:

A questão da imagem encontra assim a análise de discurso por um outro viés: não mais a imagem legível na transparência, porque um discurso a atravessa e a constitui, mas a imagem opaca e muda, quer dizer, aquela da qual a memória “perdeu” o trajeto de leitura... (PÊCHEUX, 2007, p. 55).

Michel Pêcheux conclui *Papel da memória* indagando sobre nossa relação com o trabalho teórico de Roland Barthes acerca do sincretismo entre texto e imagem. Um sintoma de que a análise de discurso poderia reivindicar teorias semiológicas, de modo a alcançar as especificidades das materialidades não-verbais da linguagem. Este foi um caminho trilhado inicialmente por Jean-Jacques Courtine: pensando a produção e circulação de discursos sincréticos no interior do arquivo de uma época, o autor propõe uma abordagem discursiva da linguagem imagética (SARGENTINI, 2011). Atualmente os trabalhos, particularmente os desenvolvidos no Brasil, em AD operam com os conceitos desta teoria na perspectiva analítica do que Courtine denominou de semiologia histórica. É pertinente destacar que a proposta de análise histórica das imagens empreendida por Courtine contribuiu, sobretudo, no sentido de alargar o conceito de discurso pensado por Pêcheux.

Courtine (2006), estudando as mutações por que passara a fala pública, particularmente a partir dos anos 1980, ou ainda, observando como as transformações históricas no Ocidente substituíram a “língua de madeira” pelas “línguas de vento”², verifica que os discursos estão imbricados em práticas não-verbais: “o verbo não pode mais ser dissociado do corpo e do gesto, a expressão pela linguagem conjuga-se com aquela do rosto, de modo que não podemos mais separar linguagem e imagem” (COURTINE, 2011, p. 150). Para o autor, analisar discursos não poderia mais limitar-se em caracterizar um *corpus* nos diferentes níveis linguísticos de funcionamento, mas descrever como se entrecruzam, na materialidade do arquivo, regimes de práticas, séries de enunciados e redes de imagens.

Ainda segundo Courtine, foi tentando compreender a genealogia das mutações das discursividades políticas que o mesmo necessitou revisitar o projeto arqueogenalógico de Michel Foucault, visto que a semiologia da imagem do modo como encontramos em Barthes oferecia um impasse, pois dava à imagem o mesmo estatuto do signo linguístico saussuriano e “a imagem não obedece absolutamente a um modelo de língua” (*idem*, p.159). Seria necessário, então, extrair do trabalho de Barthes com a imagem não o que é da ordem do signo, antes, aquilo que falha no signo, os indícios, as inscrições históricas do sentido. Analisar imagens consiste, então, em olhar os indícios, “porque as representações perdem o sentido fora dessa genealogia dos traços que as atravessam e as constituem” (*idem*, p.161). Não se trata de um *continuum* do significante, mas uma arqueologia do imaginário humano.

2 Formação de conceitos e estratégias em enunciados imagéticos

Ao dar um tratamento discursivo à imagem, Courtine impulsionou a Análise do Discurso a assimilar teórica e analiticamente outros domínios e objetos. É nesse contexto de emergência de sua *semiologia histórica* que o autor fomenta a relação da Análise do Discurso com o pensamento de Michel Foucault: articula a tese metodológica de *A Arqueologia do Saber* (2008) aos princípios teórico-metodológicos da análise de discurso.

Quando apresenta as unidades do discurso em *A Arqueologia do Saber*, (2008) Foucault o faz através da descrição de um conjunto com quatro elementos que caracterizariam uma formação discursiva: *os objetos, as modalidades enunciativas, os*

² As noções de “língua de madeira e língua de vento” J-J Courtine usa a partir do texto de Michel Pêcheux *La langue introuvable*, 1981.

conceitos e as estratégias. Para a proposta deste artigo, destacamos apenas os dois últimos elementos desse conjunto. No tratamento da *formação dos conceitos*, a primeira tarefa consiste na descrição de “formas de sucessão, entre elas, as diversas disposições das séries enunciativas”, “os diversos tipos de correlação entre os enunciados” e os “diversos esquemas retóricos segundo os quais se podem combinar grupos de enunciados” (*ibidem*, p.63).

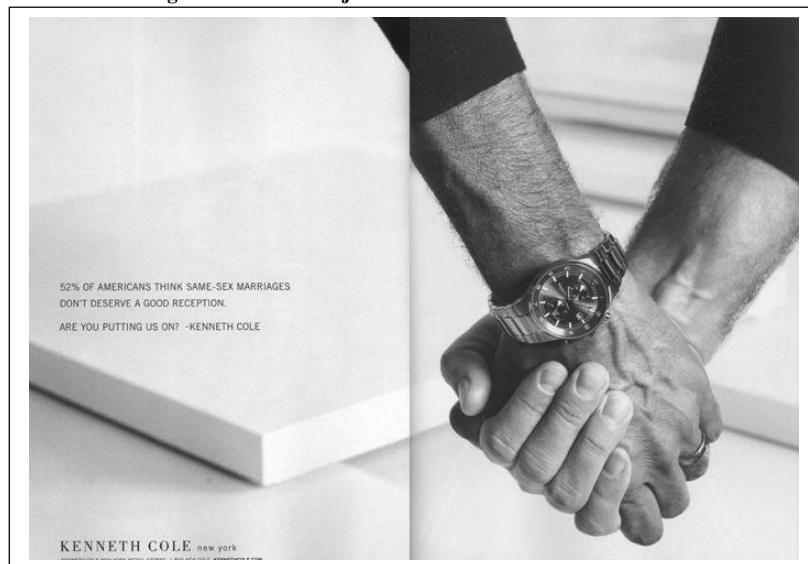
Frente a um grupo extenso de conceitos, mostrar os diversos tipos de correlação entre eles é indicar a regularidade que está na base de sua existência. Em seguida, Foucault diz da necessidade de descrição das *formas de coexistência dos enunciados* e dos conceitos que estes recortam por meio da análise dos *campos de presença*, dos *campos de concomitância* e dos *domínios de memória*. Os campos de presença dizem respeito a todos os enunciados, já formulados, que reencontram seu espaço na ordem de correlações entre as diversas enunciações e na elaboração de conceitos que envolvem um objeto. Já os campos de concomitância integram enunciados de ordem diversa (que não recortam o mesmo objeto), mas que, ainda assim, atuam sobre o modo como se dá existência aos conceitos. Por fim, o domínio de memória caracteriza as relações de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica que se estabelece entre enunciados.

Sobre a *formação das estratégias*, Foucault entende os temas e teorias caracterizados pelos enunciados que provém de certo domínio discursivo. Seu intento, ao falar da formação das estratégias, é o de definir como esses temas se distribuem na história. O filósofo anuncia que é preciso determinar os “[...] pontos de difração possíveis no discurso” (*ibidem*, p. 73). Estes estão organizados em: *pontos de incompatibilidade*, *pontos de equivalência* e *pontos de ligação de uma sistematização*.

Inicialmente, como pontos de incompatibilidade, temos os casos em que dois objetos, tipos de enunciação ou conceitos distintos não podem ocupar o mesmo lugar em uma série de enunciados (FOUCAULT, 2008): eis a contradição manifesta. Já por pontos de equivalência, consideram-se os casos em que, mesmo havendo essa incompatibilidade entre objetos, modos de enunciação e conceitos, sua irrupção se dá sob as mesmas condições de possibilidade, ou seja, são inscritos discursivamente pelas determinações de uma mesma formação discursiva. Por fim, os pontos de ligação de uma sistematização dizem respeito aos enunciados que possibilitam o surgimento de uma cadeia de novos objetos, conceitos e tipos de enunciação que são inferidos a partir de determinados temas e teorias.

Para exemplificar como se formam os conceitos e as estratégias em séries enunciativas em torno de um objeto (aqui trataremos da subjetividade gay), chamamos atenção para o caráter híbrido, que conjuga verbo e imagem, do seguinte enunciado:

Imagem 1- Anúncio de joias da Kenneth Cole



Fonte: <https://www.kennethcole.com/collections/men>

Refazendo as linhas gerais do método arqueológico foucaultiano, na descrição dos enunciados com vista aos conceitos que os recobrem, é preciso, de início, observar como estes se sucedem em séries enunciativas. Na propaganda acima, a materialidade verbal enuncia: “52% por cento dos americanos acham que casamentos do mesmo sexo não devem ser aceitos”, seguido de “você está nos incluindo?” (tradução nossa) e a assinatura da marca Kenneth Cole. No nível da materialidade imagética, temos duas mãos masculinas entrelaçadas em que uma usa acessórios (relógio e aliança) da marca anunciante. Podemos observar, na disposição da série enunciativa, que a mesma se forma em torno de conceitos como *casamento gay*, *opinião pública*, *gay friendly*³.

Os conceitos que enumeramos acima podem ser demonstrados nos índices verbo-imagéticos presentes no enunciado: os dados estatísticos que representam a opinião pública, a assinatura do anunciante marcando sua voz enquanto empresa simpática aos gays, as mãos

³ Expressão usada a partir dos anos 1990, que caracteriza políticas afirmativas de empresas, marcas e produtos em relação à homossexualidade. Nos últimos anos, devido a maior presença de temáticas LGBTQIA+ na publicidade, a expressão tem se tornado menos usual.

masculinas firmemente envoltas como o gesto de um casal que segue, a aliança no dedo, esquerdo, fazendo entrever a imagem ritualística do casamento ou do compromisso deste.

Quanto à formação das estratégias, podemos pensá-las a partir dos *pontos de difração* do discurso. É possível, a princípio, considerar que haveria um ponto de incompatibilidade no enunciado acima quando da relação do discurso da Kenneth Cole com o discurso da opinião pública: o conceito de casamento de ambos é incompatível, os sujeitos enunciam a partir de lugares divergentes. Vale interrogar: como uma empresa venderia um produto defendendo um conceito que a maioria da opinião pública rejeita? O princípio da *contradição manifesta*? Seria, se tal contradição não permitisse que esses conceitos funcionassem mutuamente no interior da sequência textual. Ou seja, os pontos de incompatibilidade funcionam integrados aos pontos de equivalência, quando determinados pelas mesmas regras de formação.

Desse modo, se “dois elementos incompatíveis são formados da mesma maneira e a partir das mesmas regras; suas condições de aparecimento são idênticas; situam-se em um mesmo nível; e ao invés de constituírem uma pura e simples falta de coerência, formam uma alternativa”, mostrava Foucault (2008b, p.73). Para essa aparente incompatibilidade dos conceitos no anúncio em questão, há uma estratégia discursiva que resulta em *pontos de ligação de uma sistematização*: pontos em que elementos a princípio incompatíveis, em seguida equivalentes, passam a se relacionar mutuamente na formação de um mesmo objeto do discurso.

Outra direção no método arqueológico de Foucault para descrever a formação dos conceitos é a análise das *formas de coexistência dos enunciados*. Ilustramos partindo da ideia de *campo de presença*, ou seja, enunciados que retornam como condição de existência a conceitos e objetos numa dada formação discursiva. Conforme mostra a propaganda 02 produzida pela IKEA⁴, são dois homens de mãos dadas, e de costas, logo abaixo da inscrição em italiano “Estamos abertos a todas as famílias” (tradução nossa).

⁴ Companhia internacional especializada em móveis e decoração responsável pela divulgação na mídia italiana do anúncio que integra a linha de produtos *IKEA Family*.

Imagem 02 – Propaganda das lojas IKEA



Fonte: <https://www.ikea.com/us/en/cat/home-decor>

Notemos que este enunciado, em sua materialidade heterogênea, compartilha de conceitos e temas do enunciado anterior (cf. imagem 01): o conceito *de casamento gay* do primeiro enunciado é recuperado neste através do conceito de família homoparental (formada por pessoas do mesmo sexo) presente no enunciado da IKEA. Também o conceito de política *gay friendly* é restituído na materialidade verbal “estamos abertos a...”, e ainda no destaque dado ao casal do mesmo sexo, atribuindo-lhe o estatuto de família pela empresa anunciante. Há um movimento de sucessão dos conceitos.

Quando descrevemos um campo de presença verificamos na materialidade discursiva como, em sua dispersão, conceitos se relacionam na produção dos enunciados. É no campo de presença onde os conceitos coexistem e possibilitam que diversos enunciados sejam retomados numa dada ordem discursiva. É importante interrogarmos por que na ordem do discurso publicitário que procura se dirigir ao público gay, que ora nos ocupamos, é possível o retorno de certas marcas imagético-discursivas (a figura masculina, os objetos de consumo, as mãos entrelaçadas), enquanto outras são silenciadas como a imagem do rosto nas publicidades?

3 O *tabu do objeto* e a vontade de verdade

Para responder à questão posta acima, precisamos revisitar a aula inaugural de Michel Foucault no Collège de France em dezembro de 1970. No texto de *A ordem do discurso* (2012), Foucault expõe que a produção do discurso em sociedade passa por uma sequência de procedimentos de controle, seleção, organização e redistribuição, a fim de suavizar sua carga material e dissipar-lhe o perigo de sua produção. O discurso por si pode não ser assim tão “perigoso”, mas frente aos interditos que a ele se lança, logo se percebe seu vínculo ao desejo e ao poder. Referindo-se às formas de interdição do discurso, lança: “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (*idem*, p. 9).

Do jogo desses três tipos de interdição citados (*tabu do objeto*, *ritual da circunstância*, *privilegio do sujeito que fala*), consideremos o primeiro: *tabu do objeto*. Refazendo a interrogação de Foucault naquela ocasião: que perigo há em se falar irrestritamente? O autor propõe não ser o discurso simplesmente algo que revela as lutas ou os sistemas de dominação, mas que é historicamente venerado e temido com a mesma intensidade. Que encontramos no discurso o poder de instituir “verdades” e pelo qual podemos repensar a relação do homem com a verdade, com o verdadeiro de sua época. Na sequência, aponta a sexualidade como a região em que esses poderes incidem de forma privilegiada em nossa cultura.

Para além da materialidade que constitui nosso *corpus*, é perceptível em diferentes outras produções comerciais, inclusive audiovisuais, um modo entrevisto, subentendido de enunciar as relações afetivas que escapam ao formato da heteronormatividade hegemônica. Considerando todas as transformações por que as sociedades ocidentais têm passado recentemente no que diz respeito às maneiras de viver e expressar a sexualidade humana, este é um tema que ainda produz silenciamentos ao ser enunciado.

Consideremos os interditos à sexualidade no anúncio de *lofts* da construtora Tecnisa:

Imagem 03 – Anúncio de *lofts* da Tecnisa



Fonte: <https://www.google.com>

A imagem mostra duas cuecas, iguais, num varal juntamente com sequência verbal “Mais cedo ou mais tarde, vocês vão morar juntos. Por que não mais cedo?” A primeira questão que nos ocorre diante desse anúncio é: quem são, afinal, os *vocês* a quem se dirige o anunciante nessa propaganda? É possível reconstituir essa identidade por meio dos índices da materialidade enunciativa, que ao mesmo tempo que a mostram a silenciam.

Podemos observar como o uso do pronome de tratamento no plural (*vocês*) e a ideia expressa por “Mais cedo ou mais tarde...vão morar juntos”, em um anúncio de imóveis, estabelece a memória do casal de namorados ou noivos, que se completa no antigo ditado popular: “quem casa quer casa”. Contudo, o olhar na sequência para a imagem das duas peças íntimas do vestuário masculino, no mesmo varal, opera um deslocamento dessa memória dentro do campo da sexualidade: o tema da homossexualidade, por si, tem na história do Ocidente um lugar de memória de profundas interdições e é essa memória do interdito que determina *a ordem do olhar* no anúncio da Tecnisa. É no jogo da memória atualizada que podemos ler o *vocês* do enunciado como um casal do mesmo sexo, e que sobre o mesmo “não se tem o direito de dizer tudo” (FOUCAULT, 2012, p. 9), pois há sempre que se entrar na *ordem do discurso*.

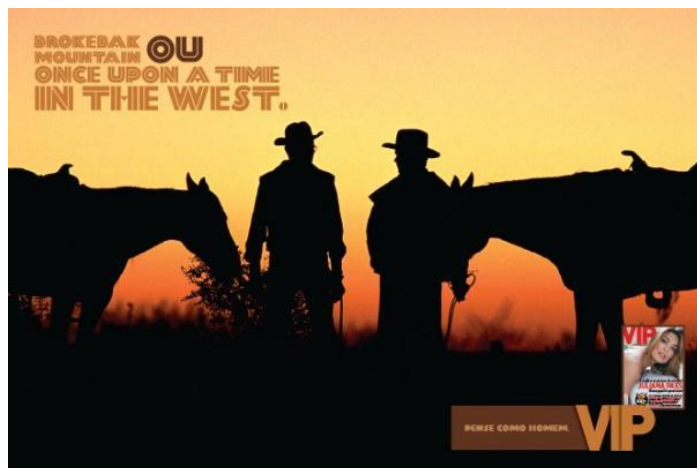
Entrar na ordem do discurso é jogar o jogo, que aprendemos em Foucault, em que cada sociedade tem seu regime de verdade: um sistema que se funda naqueles tipos de discursos que funcionam como verdadeiros em detrimento de outros tidos como falsos. Através dos discursos supostamente verdadeiros, constitui-se toda a cultura de uma época.

Nesse sentido, podemos perceber que nos enunciados das três publicidades já apresentadas, a imagem do casal do mesmo sexo se dá simbolizada metonimicamente por fragmentos de materialidades: sejam nas partes do corpo, objetos de consumo, peças da

indumentária. É uma construção fragmentada da subjetividade gay que ganha espaço nos anúncios desses produtos.

É uma construção complexa, inclusive paradoxal, pois traz em si modos de separações e exclusões ao naturalizar determinadas práticas. Podemos atestar *essa vontade de verdade* inscrevendo práticas à subjetividade gay no anúncio publicitário da revista VIP:

Imagem 4 – Anúncio da revista VIP



Fonte: <https://www.google.com>

Brokeback Mountain ou *Era uma vez no Oeste* (tradução nossa). Com esta materialidade verbal a propaganda apresenta a imagem do perfil de dois homens ao lado de seus cavalos numa paisagem bucólica que lembra um entardecer. Abaixo, junto ao título da revista, uma legenda: “Pense como homem”. De saída, precisamos notar que uma vontade de verdade se impõe na própria materialidade verbal indicando como deve ser lido, e visto, o enunciado: Pense como homem. Essa sequência textual prescreve ao leitor um particular *percurso de leitura* (PÊCHEUX, 2007): não aquele trajeto de leitura próprio à imagem, que se realiza pelos lugares de memória que lhe constitui, todavia, um percurso-senha para um outro regime de verdade.

“Pense como homem” faz ressurgir a memória discursiva de uma série de práticas e lugares que culturalmente a sociedade reservou ao masculino. Põe em tensão a sexualidade do consumidor-leitor. Pensar como homem implicaria, assim, não hesitar na leitura da imagem do enunciado: você está diante de uma lembrança do clássico de *western* do cinema americano dos anos 1960, *Era uma vez no Oeste*, com seus caubóis violentos e destemidos. Pensar como homem seria não recuperar nessa imagem aquela dos caubóis amantes e apaixonados de 2005 do filme *O segredo de Brokeback Mountain*.

O discurso no anúncio da revista VIP (publicação voltada ao público masculino) produz uma verdade sobre o homem enquanto sujeito e sua sexualidade. Opera com um *sistema de exclusão* que, como disse Foucault (2008) é próprio dessa época em nossa sociedade; põe o objeto no jogo do verdadeiro e do falso ancorado numa base institucional. No anúncio 04, a revista VIP ocupa o lugar institucional que prescreve o que seria verdadeiro à sexualidade masculina (heterossexual), e ao fazê-lo, reafirma o *tabu do objeto* (a subjetividade gay) de que não se pode dizer (ou pensar) tudo.

Já podemos retomar à questão em aberto do tópico anterior: por que na ordem do discurso publicitário *gay friendly* é possível o retorno de certas marcas imagético-discursivas enquanto outras são silenciadas? Pensemos, então, na lógica que orientaria a ordem discursiva do mercado publicitário: o consumidor do sexo masculino deteria, maior poder de compra, daí o foco em casais gays e não lésbicos, por exemplo⁵. Ainda, a imagem das mãos entrelaçadas que se repete nos enunciados (cf. imagens 01, 02) funciona como estratégia do discurso que sugere um lugar para esse sujeito-consumidor junto àquela marca. Essa estratégia encontra na opacidade da imagem de casais do mesmo sexo de mão dadas um efeito de verdade que advém da natureza incomum dessa cena em nosso cotidiano: quase uma imagem virtual. Uma “imagem opaca e muda, quer dizer, aquela da qual a memória “perdeu” o trajeto de leitura [...] um trajeto que jamais deteve em suas inscrições [...] mas em um paradigma que estrutura o retorno do acontecimento” (PÊCHEUX, p. 55, supressão nossa).

Por outro lado, verificamos uma série de procedimentos de controle do discurso na materialidade das propagandas que tomamos como objeto. Observemos novamente o aspecto econômico determinando o que pode e deve ser dito nesses anúncios. Assim, a política *gay-friendly* é submetida a certa configuração de seu discurso que seleciona a imagem das mãos que se dão, reforçando a ideia de união, apoio, companhia, que identifica esse gesto e apaga o rosto enquanto marca “que faz reconhecer de imediato uma identidade, distinguir os indícios que autenticam uma pessoa, indicar sem erro ‘quem é quem’, uma vez apagados os nomes e os primeiros aspectos” (COURTINE; VIGARELO, 2008 *apud* MILANEZ, 2009, p. 217): uma *semiologia da marca* que reencontra a homossexualidade e sua clandestinidade histórica e “tende a apagar a identidade dos rostos, desidentificando o

⁵ De acordo com dados do site mundodomarketing.com, os homens, entre 25 e 40 anos, representam a maior parcela do público LGBTQIA+ economicamente ativo.

sujeito de suas paixões, esquivando-o de seus lugares políticos e sociais (...) protegendo a privacidade em um mundo no qual a visibilidade é a palavra de ordem” (*ibidem*).

Outra forma de exclusão na ordem do discurso dessa mídia publicitária é como esta organiza e redistribui os temas em torno da subjetividade gay: há um jogo de sutilezas a fim de evitar maior “estranhamento” do público diante dessas publicidades, já que as mesmas circulam também em suportes de mídia não exclusivos aos gays (revistas como VIP, VOGUE, GQ). São estratégias que vão desde a escolha do ângulo da foto que captura o casal de costas viradas para o leitor (cf. imagem 02), passando por um leve tom de humor ao suscitar na imagem das duas cuecas no varal (cf. imagem 03), uma memória social do casal, quando namorado, em que um vai, aos poucos, “esquecendo” uma peça de roupa na casa do outro.

E por fim, joga-se com o humor mais diretamente, quase de forma paródica, ao estabelecer, nas páginas de uma revista erótica masculina, (cf. imagem 04) um campo de presença para imagens tão díspares, do ponto de vista do seu significante, como as dos caubóis retratados nas duas películas. O recurso da comicidade enquanto estratégia do discurso publicitário só é possível no entrelaçamento de diferentes discursos que se interpretam, sobretudo, no diálogo que se estabelece entre o verbal e o não-verbal.

Conclusões

Quando visamos analisar as estratégias e condições de possibilidade por que passa o sujeito gay no discurso da mídia, tínhamos vistas a pensar este lugar subjetivo enquanto experiência histórica do presente. Refletimos com Foucault o que deve ser o sujeito para se tornar objeto de um saber, para então, entender as condições de formação de verdades por meio de sistemas e vontades de poder que se estabelecem por meio dos saberes e discursos institucionais, como o da mídia publicitária.

O caráter sincrético desse discurso midiático carece de um gesto analítico que o investigue enquanto percurso histórico da arqueologia do objeto. Assim, a relação da semiologia histórica com o princípio metodológico da arqueologia foucaultiana nos possibilitou descrever, e ao mesmo tempo sinalizar, sentidos que emergem nessas discursividades contemporâneas. Percebemos, pois, que o lugar do sujeito gay no discurso publicitário é possível quando atravessado por uma vontade de verdade que orienta a lógica desse mercado de instar cada indivíduo à posição subjetiva de potencial consumidor.

Sob tais condições, essa subjetividade gay que consome ganha existência, ocupa o lugar de objeto nos anúncios, nas vitrines, nas páginas da revista; legitima-se, então, no conhecimento do marketing. No interior do dispositivo midiático, sua existência se recorta nas regularidades imagético-discursivas em que se dá a ver: os conceitos que agencia, o modo como os correlaciona, os temas e teorias que articula ou silencia no espaço enunciativo. Podemos afirmar que há uma construção discursiva que opera com a fragmentação do sujeito: sua existência é enunciada metonimicamente em um corpo incompleto, que se materializa apenas em partes, sejam da própria anatomia, ou personificadas em outros elementos simbólicos.

Por fim, atravessados por um domínio de memória que estabelece filiações de sentidos, e faz surgir tantos outros nas redes relacionais entre enunciados, os textos da publicidade sobre parcerias e relações gays dão continuidade a construções imaginárias tecidas historicamente sobre sujeitos homoafetivos. Verificamos também uma prática de interdição que despersonifica a subjetividade em questão: a ocultação do rosto das figuras masculinas que integram as peças publicitárias analisadas. É como a estratégia de um processo de *dessubjetivação*. Uma dissolução do eu, “um interdito que impossibilita um determinado corpo” (MILANEZ, 2021, p. 15). Portanto, um apagamento do sujeito, ainda que estejamos diante de uma iniciativa de marketing que se pretende inclusiva e atenta à diversidade sexual: uma prática discursiva demandada na descontinuidade histórica do presente.

É, portanto, nesse jogo da legitimação e do controle que funciona a ordem discursiva que organiza esses dizeres, numa regularidade enunciativa, no espaço do mercado publicitário por onde, ainda, só é possível se inscrever uma subjetividade gay fragmentada, apartada de si na sua integralidade constitutiva.

Referências

- COURTINE, J-J. *Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública*. Organização e tradução de Carlos Piovezani e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2006.
- COURTINE, J-J. Discurso e imagens: para uma arqueologia do imaginário. In: SARGENTINI, Vanice (org.). *Discurso, semiologia e história*. São Carlos: Claraluz, 2011.
- DAVALLON, J. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, P. [et al]. *Papel da Memória*. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 2007, p. 23-34.
- FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. Trad. Laura Faga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 17 ed. 2012.

MILANEZ, N. Corpo cheiroso, corpo gostoso: unidades corporais do sujeito no discurso. *Acta Scientiarum. Language and Culture*, v. 31, n. 2, p. 215-222, 6 out. 2009. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciLangCult/article/view/6684>
Acesso em: 16 mar. 2022.

MILANEZ, N. A noção foucaultiana de dessubjetivação: alicerces, experiências e modos de agir do sujeito. *Policromias - Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*, v. 6, n. 3, p. 12-39, 2021. Disponível em:
<https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/45050>
Acesso em: 16 mar. 2022.

MUNDO DO MARKETING. Disponível em: <https://www.mundodomarketing.com.br/>.
Acesso em: 22 jul. 2020.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. [et al]. *Papel da Memória*. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 2007, p. 49-57.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 5 ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.

SARGENTINI, V.; CURCINO, L.; PIOVEZANI, C. (org.). *Discurso, semiologia e história*. São Carlos: Claraluz, 2011.

VIP ABRIL. Disponível em: <https://www.vip.abril.com.br/>. Acesso em: 25 jul. 2020.

ⁱ Professor do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual da Paraíba.

Email: domingosuepb@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5983371809380235>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2765-1009>



ARTIGO

A CRIAÇÃO POÉTICA COMO PRÁTICA DE LIBERDADE: UMA REFLEXÃO SOBRE A OBRA DE MANOEL DE BARROS

POETIC CREATION AS A PRACTICE OF FREEDOM: A REFLECTION ON THE WORK OF MANOEL BARROS

Anísio Batista Pereira¹

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Integrante do Laboratório de Estudos Discursivos Foucaultianos (LEDIF/UFU/CNPq)

Resumo: As práticas discursivas se traduzem em várias formas e dimensões, sendo responsáveis pela constituição de sujeitos. Dentre as várias possibilidades, sem dúvida a criação poética merece atenção nesse contexto, pelas suas especificidades que a diferenciam das comunicações utilitárias. Pensando nessa questão, o presente estudo objetiva refletir sobre a produção discursiva poética e sua relação com as práticas de liberdade, tendo em vista a constituição do sujeito. Como recorte para análises, foram selecionados três poemas, cada qual de um livro do escritor brasileiro Manoel de Barros. No que concerne ao suporte teórico-metodológico, amparamo-nos nas formulações de Foucault, teórico que é tomado por linguistas para fins de método de análise de discurso. Nessa perspectiva, os conceitos de sujeito, transgressão e prática de liberdade foram a direção para nosso percurso analítico. Pelas análises, é possível detectar uma ordem discursiva, pela criação poética, que foge da linguagem funcional do cotidiano, direciona-se para a transgressão, cujo sujeito possui liberdade de criação nesse processo de cuidado de si, dado por uma ética e uma estética da existência.

Palavras-chave: Sujeito. Transgressão. Prática de liberdade. Manoel de Barros.

Abstract: Discursive practices translate into various forms and dimensions, being responsible for the constitution of subjects. Among the various possibilities, poetic creation undoubtedly deserves attention in this context, due to its specificities that differentiate it from utilitarian communications. Thinking about this issue, the present study aims to reflect on the poetic discursive production and its relationship with the practices of freedom, in view of the constitution of the subject. As a cut for analysis, three poems were selected, each one from a book by the Brazilian writer Manoel de Barros. Concerning the theoretical-methodological support, we rely on the formulations of Foucault, a theorist that is used by linguists for the purposes of a method of discourse analysis. In this perspective, the concepts of subject, transgression and practice of freedom were the direction for our analytical path. Through the analyses, it is possible to detect a discursive order, through poetic creation, which escapes the functional language of everyday life, is directed towards transgression, whose subject has freedom of creation in this process of self-care, given by an ethics and aesthetics of existence.

Keywords: Subject. Transgression. Practice of freedom. Manoel de Barros.

Palavras primeiras...

Não pretendo que a poesia seja um antídoto para a tecnocracia atual. Mas sim um alívio. Como quem se livra de vez em quando de um sapato apertado e passeia descalço sobre a relva, ficando assim mais próximo da natureza, mais por dentro da vida. Porque as máquinas um dia viram sucata. A poesia, nunca.

(MÁRIO QUINTANA, 1977. n. p.)

A obra literária do escritor brasileiro Manoel de Barros (1916-2014) emerge no cenário do século XX, com início das publicações na segunda metade da década de 1930, e se estende até o ano anterior de sua morte, em 2013. Mais precisamente, trata-se de um poeta pertencente ao Modernismo e ao Pós-Modernismo e cuja obra é inserida no contexto da denominada “Geração de 45”. Como marca de sua escrita, o espaço onde foi criado e em que viveu até o final de seus dias muito influencia suas composições, pela descrição de elementos da natureza que são bastante recorrentes em seus poemas, sobretudo no que tange às aves, sendo conhecido, por essa razão, como “poeta dos passarinhos” e também como o “poeta das miudezas” por procurar nas pequenas coisas o centro para suas reflexões poéticas. Ao longo de sua carreira, o autor recebeu inúmeros prêmios, como o *Jabuti*, sendo um dos mais aclamados poetas brasileiros do seu período em atividade. Outro ponto que nos chama a atenção no que respeita às temáticas é a infância, que pode ser observada em vários de seus livros, em que o escritor brinca com as palavras e constrói um devir-criança, isto é, linguagem que se direciona para um “criaçamento das palavras”.

Nessa dimensão literária, em que um sujeito é construído nos poemas, pensamos que as considerações de Foucault no que concerne à constituição do sujeito, pelas relações de saber e de poder, sejam um caminho para problematizar essas criações poéticas, pela liberdade que o poeta apresenta no encontro da linguagem e as coisas que o cercam. Como é notório nas construções barreas, esse escritor não se preocupa em utilizar a linguagem a partir de uma lógica cotidiana, mas constrói relações, e materializa um sujeito liberto que não se prende às convenções estabelecidas. Em meio a essa característica peculiar de compor seus discursos e os sujeitos neles materializados, objetivamos refletir sobre a constituição do sujeito a partir das práticas discursivas, tendo em vista a liberdade que se vincula à ética e à estética da existência, no arcabouço da metodologia adotada.

Pensando nessas questões, recortamos três poemas de Barros, cada qual de um livro: *O livro das ignoranças* (1993); *Livro sobre nada* (1996); e *Exercícios de ser criança* (1999). O recorte do *corpus* se deu considerando certas regularidades desses poemas, tais como o recurso a metapoema (menção sobre a escrita poética nos próprios poemas), a menção a passarinho e a relação entre poesia e infância, elementos relevantes para nosso processo de análise. Essas regularidades sugerem a própria prática da liberdade, em que o poeta, pela escrita, “alça seu voo” assim como as aves. Essas regularidades se fundamentam a partir do referencial teórico-metodológico pautado na perspectiva foucaultiana, regularidades essas que, devido às condições de existência do discurso, vinculam-se a singularidades determinadas. Foucault (2008) salienta que, embora todo enunciado seja povoado de outros enunciados, as suas condições de possibilidade/regularidades se diferenciam, tornando-os portadores de um diferencial que os caracteriza, atribuindo-lhes também um caráter de acontecimento discursivo, bem como se observam nesses aspectos constitutivos dos poemas barreanos, indispensáveis para o movimento analítico.

O trabalho¹ encontra-se organizado da seguinte maneira: em um primeiro momento foi feita a problematização dos conceitos de sujeito e o cuidado de si em Barros; posteriormente, a noção de transgressão na escrita desse poeta entra em cena; logo após, a análise dos três poemas recortados, com vistas a sublinhar esse sujeito construído pela prática discursiva poética, delineando as discussões para as considerações finais.

1 O sujeito e o cuidado de si em Manoel de Barros

O sujeito que se apresenta na poesia barreana apresenta certas peculiaridades, com caráter de rememoração e ao mesmo tempo utópico, como quem se adentra sempre no fora. Nesse percurso, saberes legitimados são resistidos para um mergulho em possibilidades outras, cujos regimes de verdade mais específicos vão ganhando forma nesse movimento poético. Como é declarado pelo próprio poeta em suas poesias, o senso comum é deixado de lado, isto é, discursos tidos como normais não correspondem aos modos de subjetivação do

¹ Este artigo é recorte de uma tese que apresentou por objetivo analisar discursivamente, de forma comparativa, a construção de infâncias na poesia de Arnaldo Antunes e de Manoel de Barros, defendida em 2021 na Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

sujeito que se liga a uma espécie de infância.

É nesse contexto de constituição que a proposta teórico-metodológica de Foucault ganha destaque, pois apresenta certos conceitos operacionais que podem ser observados em várias de suas obras, que passam por reformulações ao longo de seus avanços epistemológicos. Um desses elementos basilares é o sujeito, tido para esse estudioso como efeito das relações de saber e de poder que o constituem.

Suas abordagens são um terreno fértil para discussões sobre o sujeito do discurso na perspectiva supracitada, à luz dos estudos discursivos. Para tanto, vale resgatar que para Descartes (*apud* FERNANDES, 2016) o sujeito era tido como o da razão, isto é, o centro daquilo que se dizia, sustentando-se, assim, por uma interioridade autônoma, consciente, e que sua constituição independia das relações sociais.

A concepção de sujeito cartesiano se configura a partir de uma exclusão da linguagem no seu processo de constituição, uma vez que a significação se dava no seio de uma interioridade subjetiva e não pelo exterior. Nesse contexto, vale destacar ainda que a linguística, nesse período filosófico, não era tida como um campo disciplinar em abordagem e, por isto, imperceptível em relação a seu impacto sobre o sujeito. Além disso, é válido considerar a influência de Friedrich Nietzsche nas formulações foucaultianas no que concerne à ideia de uma genealogia, que aponta para as relações de poder. O sujeito em Barros confere essa dimensão discursiva pela relação consigo mesmo e com o outro.

Essas reformulações teóricas envolvendo o homem tomam o indivíduo como sujeito e objeto dos estudos, pois sua constituição, sendo de ordem complexa, advém de abordagens de vários campos do conhecimento, tais como a economia, a política, a medicina, enfim, áreas que colocam o sujeito como sendo constituído por uma ordem complexa. Nesse processo de descentramento, a ideia de uma constituição a partir do meio sócio-histórico entra em cena como o centro das discussões no cenário epistemológico dessas formulações. Foucault (1999) aborda, em *As palavras e as coisas*, essa ruptura epistemológica sobre a “morte do homem” de forma metafórica, em que coloca o sujeito na condição de descentrado e o nascimento da ideia de que ele não passa de um efeito da exterioridade que o constitui, na ordem da descontinuidade.

O sujeito, na concepção foucaultiana, se constitui por processos de subjetivação que

se dão ao longo da história, que não cessa de se transformar. Assim, essa constituição se vincula à complexidade social, que abarca todo um conjunto de regras e condutas que provoca impacto no sujeito, determinando seus modos de vida, sua relação consigo e com o outro. É nessa dimensão que o sujeito ligado à infância e sua relação com o poeta ganham sustento, pois ainda que o discurso literário esteja fora da ordem do discurso, as práticas discursivas constitutivas do sujeito podem ser observadas, ainda que por outro ângulo, pela anormalidade dos saberes que ali povoam. O fazer-se sujeito poeta, como na poesia barreana, direciona-se para um modo de relacionar-se consigo e com o outro distinto do convencional.

É nessa direção que Yamamoto (2016, p. 21-22) destaca o sujeito barreano e seu diferencial nesse processo de constituição, que “[...] indica a existência de um tempo fugaz, de exploração, do desnecessário, além de um tempo da natureza e das diversas formas de vida que se ajustam por si mesmas”. Considerando essas características que apontam para a dimensão criadora do sujeito poeta, a referida autora destaca também que “[...] seus poemas se revelam como resistências, pois questionam a lógica científica, o consumismo, a busca do lucro, do ter em lugar do ser, sufocando o sujeito e sua capacidade de existir” (Ibidem, p. 22).

Esse sujeito então segue uma ordem que lhe é própria, que por sua vez se reflete na produção de discursos e que se baseia nos preceitos de uma ética, cujas práticas de si resultam desse universo de uma fuga das normas sociais estabelecidas. Detalhes aparentemente invisíveis são objeto de reflexões, de importância, instaurando regimes de verdade a partir das “miudezas poéticas” sensíveis pelo sujeito poeta no seu percurso de criação. Destacam-se as práticas de liberdade que não fogem dessa dimensão da resistência a uma determinada ordem social estabelecida. O cuidado de si e do outro na poesia do referido poeta se dá por intermédio do inusitado, do inesperado, do ininteligível, como quem lança um olhar oposto à lógica de um discurso legitimado, cujos elementos mais simples possibilitam a criação poética, assim como o brincar de uma criança, descompromissado da realidade. Nos poemas, há relações entre sujeitos, uma interferência nas suas condutas.

Foucault (2014), em *Ditos & Escritos V – Ética, Sexualidade, Política*, conduz suas reflexões sob o duplo aspecto saber e poder, bem como na maioria de seus livros e cursos, tendo em vista que a produção de verdades se constitui em elemento-chave no processo de

produção de subjetividades. No entanto, ele não se limita colocando em cena simplesmente os saberes que giram em torno das ciências, mas também aqueles que se ligam às práticas cotidianas e que configuram uma ética e uma estética da existência, bem como se observam na poesia barreana:

[...] É o que se poderia chamar de uma prática ascética, dando ao ascetismo um sentido muito geral, ou seja, não o sentido de uma moral renúncia, mas o de um exercício de si sobre si mesmo através do qual se procura se elaborar, se transformar e atingir um certo modo de ser. Considero assim o ascetismo em um sentido mais geral do que aquele que lhe dá, por exemplo, Max Weber; mas está, em todo caso, um pouco na mesma linha (FOUCAULT, 2014, p. 265).

As práticas de si não podem ser compreendidas como desvinculadas das relações sociais, com o outro, que acabam por desencadear uma relação de si consigo mesmo, em que esse resultado só é possível a partir de um conhecimento sobre si mesmo e que é o reflexo de sua relação com a exterioridade (linguagem). O sujeito, embora tomado na dimensão do social, apresenta seu aspecto singular resultante de suas práticas que o inserem em um universo da liberdade. Na criação poética, o sujeito assume uma posição, isto é, uma função-autor que, ao mesmo tempo em que essa dimensão é própria da escrita literária, ela desaparece no texto, cujo discurso poético rumo para o ser de linguagem.

Na esteira das relações de poder emergem as resistências, estas podendo ser percebidas como possibilidades, uma espécie de fuga de determinada ordem à qual o sujeito se recusa a aderir, pela existência de outras possibilidades que não as impostas e arraigadas socialmente. Os modos de subjetivação variam no curso da história e o exercício do poder possibilita também as práticas de liberdade. “A liberdade abre um campo para novas relações de poder, que devem ser controladas por práticas de liberdade” (FOUCAULT, 2014, p. 267).

Isso posto, reitera-se que o cuidado de si, bem como os modos de subjetivação do sujeito, entram no cenário dos jogos de verdade, que apresentam suas regras de produção que variam em cada época. Ao longo de suas pesquisas, o filósofo problematiza, quase que em todos os seus estudos, o que está em jogo na produção de verdades que são responsáveis por configurar sujeitos distintos a partir de suas condições de possibilidade. Na poesia barreana, a criação poética é tida como sustentada por jogos de verdade próprios, cuja

linguagem utilitária cede espaço para o “inútil”, condição própria da criação poética e um modo de prática de liberdade do sujeito.

Para além disso, o pesquisador francês assevera o laço entre poder e verdade, que culmina em determinar o funcionamento da sociedade, e que entra no arcabouço das práticas de si, pelas relações consigo e com o outro. Em *A hermenêutica do sujeito*, o estudioso observa que “A verdade é o que ilumina o sujeito; a verdade é o que lhe dá beatitude; a verdade é o que lhe dá tranquilidade de alma.” (FOUCAULT, 2004, p. 21). Ademais, no que concerne a esses elementos constituintes, em *Ditos & Escritos IV – Estratégia, Poder-Saber*, salienta-se que:

Há efeitos de verdade que uma sociedade como a sociedade ocidental, e hoje se pode dizer a sociedade mundial, produz a cada instante. Produz-se verdade. Essas produções de verdades não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder tornam possíveis, induzem essas produções de verdades, e porque essas produções de verdade têm, elas próprias, efeitos de poder que nos unem, nos atam (FOUCAULT, 2006, p. 229).

A denominação (jogos de) *verdade* assinala certas regularidades que entram em cena no contexto da produção de verdades e que, de forma coercitiva ou mais espontânea, o sujeito as toma para si como aspectos que moldam suas condutas. Nesse cenário, o que é considerado como verdadeiro em uma época e não em outra demarca esse caráter de jogada, que entra também nos jogos de poder.

Em *Subjetividade e verdade*, Foucault (2016) problematiza essa relação que se dá no tocante à constituição do sujeito, afirmando que as produções de verdade ocorrem por meio desses jogos, daquilo que é tomado como verdadeiro. “O importante nessa questão da verdade é que certas coisas passam efetivamente por verdadeiras, e que o sujeito deve ou produzi-las pessoalmente, ou aceitá-las, ou submeter-se a elas” (FOUCAULT, 2016, p. 13-14). Nessa dimensão do que vem a ser verdadeiro e o processo de adesão pelo sujeito, (Ibidem, 2016, p. 14) acrescenta ainda que “[...] o que esteve e estará em questão é a verdade como vínculo, a verdade como obrigação, a verdade também como política, e não a verdade como conteúdo de conhecimento nem como estrutura formal do conhecimento”.

Nessa dinâmica de produções de verdade, pensemos no discurso poético como o

que preza pela relação do sujeito com a linguagem de forma específica:

O que esses poemas de Barros põem em evidência é a hiância aberta pela poesia para se pensar a relação do homem com a palavra, com sua linguagem. Somos um, somos dois, somos vários. Contudo, destacadamente, um, dois e vários não dizem muito a respeito do que somos. Simplesmente diz que somos múltiplos. A palavra, nesse sentido, mais do que nunca, encena as possibilidades da linguagem, simultaneamente, cria-nos em instância linguageira. Como seres da linguagem, talvez essa seja única instância em que efetivamente existamos, pois é a partir dela e nela que o homem se fez homem (FIOROTTI, 2006, p. 185).

Na relação com a verdade criada no discurso poético, ocorre o funcionamento dessa relação de si consigo mesmo. Em Barros, essa relação se dá pela busca de verdades outras, depreendendo práticas discursivas típicas do sujeito poeta, assim como da infância, como, por exemplo, a observação de Machado (2016, p. 17) sobre o poema “Formigas”: “É usando a sua sensibilidade, que se expressa na insignificância das formigas - das crianças, dos poetas, dos loucos, dos miseráveis, dos esquecidos, que se pode vê-lo”.

Além disso, o discurso tido como verdadeiro, nesse cenário poético, que conduz o sujeito, que entra na arena de sua relação consigo e com o outro, rumo à noção de governamentalidade, das formas de conduzir a conduta do outro. Esse laço do sujeito com os jogos de verdade que o constituem serve de base para o entendimento de que na vida social o sujeito é conduzido pelos outros e vice-versa, pois as relações de saber e de poder se dão na forma de microlutas.

Essa observação é problematizada em *O governo de si e dos outros*: “O dizer-a-verdade do outro, como elemento essencial do governo que ele exerce sobre nós, é uma das condições essenciais para que possamos formar a relação adequada conosco mesmos, que nos proporcionará a virtude e a felicidade” (FOUCAULT, 2010, p. 44). O dizer a verdade do sujeito que se materializa em Barros, quando nos referimos a um sujeito poeta e da infância, afirmamos que “[...] é o sujeito sensível, capaz de observar pequenos seres como a aranha, um beija-flor, as preocupações dos tordos e de ter preocupação com a preservação das moscas” (SILVÉRIO, 2006, p. 75).

Na esteira das produções de verdade e regras de conduta impostas socialmente, destacam-se as práticas de liberdade que se traduzem no cuidado de si. Esse cuidado não se limita à relação de si consigo mesmo, mas na relação também com o outro, que implica conhecimento de si. Assim, Foucault (2014, p. 270, grifo do autor) assevera que:

[...] A liberdade é, portanto, em si mesma política. Além disso, ela também tem um modelo político, uma vez que ser livre significa não ser escravo de si mesmo nem dos seus apetites, o que implica estabelecer consigo mesmo uma certa relação de domínio, de controle, chamada de *arché* – poder, comando.

As práticas de liberdade são regadas pelos discursos tidos como verdadeiros, em que o dizer a verdade conduz o sujeito ao conhecimento de si mesmo. Embora o sujeito não seja totalmente livre para dizer e agir da forma que bem entender, há possibilidades que o desprendem das regras, das imposições que o determinam, que o moldam, como é o caso da poesia que aciona essas possibilidades. A criação, a intensidade, a utilização da linguagem por ela mesma demarcam esse espaço de modos de subjetivação como formas de práticas de liberdade. No entanto, o cuidado de si, ainda que por um processo de libertação das instâncias sociais convencionais, requer o relacionamento do sujeito com a verdade. “Cuidar de si é se munir dessas verdades: nesse caso a ética se liga ao jogo da verdade” (FOUCAULT, 2014, p. 269). Reiterando a problemática do sujeito e do discurso, seguem as noções de transgressão na linguagem literária barreana.

2 A transgressão no discurso poético de Barros

A escrita poética de Manoel de Barros apresenta certas características peculiares, tais como o coloquialismo, o inusitado, o ininteligível, a construção de um sujeito utópico, tendo em vista que esse escritor, na sua própria poesia, relaciona poeta e infância. Esses traços típicos de quem deseja se aderir a uma fuga da ordem do discurso e se adentrar em outra, com ênfase na linguagem, rumam para a transgressão, característica que é própria do discurso literário.

No que tange à criação discursiva artístico-literária, esta é destacada por Foucault (2009), em *Ditos & Escritos III - Literatura e Pintura, Música e Cinema*, no “Prefácio à

transgressão”, a fim de problematizar alguns elementos, tais como a transgressão. Além disso, Foucault (2001) apresenta discussões baseadas em Nietzsche para uma valorização literária como forma de linguagem humana. Essa linguagem, para esse pensador, apresenta suas especificidades, como a ruptura e a transgressão, uma linguagem que funciona por ela mesma, cujo autor, que assume um nome próprio na sua obra e cuja especificidade de discurso é a ele atribuído (função-autor), não cansa de desaparecer no discurso. Esse funcionamento então é denominado de ser de linguagem

Em se tratando de uma linguagem vinculada a um tipo de arte, tendo em vista também as funções da literatura que se diferenciam dos demais tipos de linguagem, como a linguagem utilitária, trata-se de uma ruptura com o saber convencional, o da ordem do dizível. Ressalte-se que essa denominação se encontra no alicerce da proposta teórico-metodológica foucaultiana, uma vez que esse teórico rompe com várias premissas anteriores às suas formulações, tais como a ideia de um sujeito centrado, como origem de si. A partir dessa problemática, a ruptura na linguagem literária se dá no contexto de um diferencial do discurso, isto é, uma linguagem que se desvincula da normalizada.

Concebo, nesse sentido, que o texto poético deve ser lido no plano da estrutura formal, com isso longe do aspecto utilitário da linguagem. Talvez somente nesse tipo de concepção, a transgressão proposta pelo texto de Barros possa ser aceita. A violação do sentido nos propõe um acercar-se de algo ininteligível, surgido de um curto-circuito de sentido. Nessa violação, nesse nível de transgressão do entendimento, somos levados a atravessar limites de significação (FIOROTTI, 2006, p. 168).

As considerações de Fiorotti (2006) vão na direção das observações de Foucault (2009) sobre a transgressão, a qual assinala o limite que pode ser entendido como a realidade marcada por condutas e normas que padronizam comportamentos, cuja linguagem se dá de acordo com as convenções arraigadas. Esse rompimento com o usual da linguagem acaba por demarcar um ponto-limite, a partir desse jogo entre o usual cotidiano e o ser de linguagem literária (demarcada pelo desaparecimento da autoria no discurso), de acordo com nossa proposta de análise. “O limite e a transgressão devem um ao outro a densidade de seu ser: inexistência de um limite que não poderia absolutamente ser transposto; vaidade em troca de uma transgressão que só transporia um limite de ilusão ou de sombra”

(FOUCAULT, 2009, p. 32). É nesse contexto que os sentidos se movem, ultrapassam as possibilidades do discurso utilitário e ganham novos horizontes nessa criação, especialmente barreana.

Essa ruptura atribuída à literatura, em certo sentido, trata apenas da realidade em que as palavras são usadas, pois apesar desse rompimento, a literatura se enquadra na ordem artística e essa escrita mantém vínculo com o que convém chamar de arte pela escrita, que também possui normas. No entanto, sabe-se que a criação poética tem passado por transições ao longo de sua história e as características tradicionais acabaram sendo abolidas com o avançar dos tempos, por meio de libertação das normas, atribuindo maior autonomia ao escritor. O que está em jogo é a comparação dessa escrita/criação com a realidade, isto é, os tipos de práticas discursivas que se diferenciam no contexto da linguagem.

Pelo viés da liberdade que é atribuída ao escritor poético, pela brincadeira com as palavras, essa ruptura com a realidade comunicacional se enquadra no que se denomina transgressão. As reflexões foucaultianas abordam essa característica no que concerne às práticas artísticas exatamente por se tratar de um tipo de linguagem que não se vincula à ordem da realidade cotidiana do discurso, pertencendo a uma especificidade que pode ser compreendida como a linguagem por ela mesma. O discurso literário está fora da ordem do discurso. “Nessa tensão, o dizível e o indizível entram em causa como duas faces de uma mesma moeda, e a poesia de Manoel de Barros é a moeda em questão” (MACHADO, 2016, p. 27).

Essa transgressão que coloca a poesia em outro patamar possibilita ao escritor gozar de uma liberdade tanto no que respeita à estética do enunciado quanto à materialidade discursiva e do sujeito enunciadador. Essa possibilidade é sensível no próprio objeto de investigação deste trabalho, uma vez que a escrita de Barros situa-se fora da realidade comunicacional, isto é, o ser de linguagem nesse escritor apela para a transgressão: os discursos são produzidos de modo a provocar efeitos de sentido próprios, desvinculados da denotação linguageira da realidade comunicacional.

Nesse contexto, é possível afirmar que limite e transgressão não coexistem como aspectos dicotômicos, tal qual pareça, de acordo com Foucault (2009, p. 33):

A transgressão não está, portanto, para o limite como o negro está para o branco, o proibido para o permitido, o exterior para o interior, o excluído para o espaço protegido da morada. Ela está mais ligada a ele por uma relação em espiral que nenhuma simples infração pode extinguir. Talvez alguma coisa como o relâmpago na noite que, desde tempos imemoriais, oferece um ser denso e negro ao que ela nega, o ilumina por dentro e de alto a baixo, deve-lhe entretanto sua viva claridade, sua singularidade dilacerante e ereta, perde-se no espaço que ela assinala com sua soberania e por fim se cala, tendo dado um nome ao obscuro.

A transgressão, sob esse ponto de vista, traça uma linha que, embora pareça tênue, demarca o limite e o ilimitado, como um ponto que separa realidade e ficção, pois a partir desse contorno, ambos os aspectos relacionados à linguagem se tornam mais perceptíveis. Embora não portadores de uma interdependência como “negro no branco”, de acordo com o pensador, sugere uma situação de visibilidade que pode parecer tênue. Ambos se completam, de certa forma, a partir desse ponto de limite que os separa. Esse limite pode ser observado no contexto do real, isto é, da linguagem cotidiana que envolve inúmeros aspectos ligados à constituição do sujeito, dada pelas convenções sociais.

Dessa forma, a relação entre escrever e brincar é favorecida no contexto desse “deslimite” que goza da liberdade, que aponta para o brincar da criança como algo que foge à prática comum do indivíduo, muitas vezes realista, assim como a criação do poeta, que faz as palavras ganharem um tom diferenciado por meio das conotações. Por outro lado, tomando as palavras de Foucault (2016), ninguém é totalmente livre para dizer tudo. Nesse sentido, aquilo que é dito perpassa pelas regulações, ainda que se trate de discurso literário. “O poeta [...] é uma criação textual da linguagem poética. Nessa construção, a linguagem brinca com a realidade, muitas vezes numa ilusão biográfica e autoral, ao mesmo tempo em que estabelece tanto a ilusão quanto a realidade” (FIOROTTI, 2006, p. 186).

Ressalta-se que essa transgressão, como a que permeia a poesia de Barros, não se enquadra no nível da negação, como algo inferior em relação à realidade da linguagem cotidiana, mas se vincula a uma ordem discursiva própria, que transcende esse lugar comum da linguagem. “Nada é negativo na transgressão. Ela afirma o ser limitado, afirma o ilimitado no qual ela se lança, abrindo-o pela primeira vez à existência” (FOUCAULT, 2009, p. 33).

A partir dessas problematizações e pelo método arqueogenealógico proposto por Foucault, as análises do *corpus* literário se darão com base no viés analítico-interpretativo.

Dessa forma, a instância sujeito se constitui no ponto-chave nesse contexto, cuja criação poética como prática de liberdade na escrita do poeta Manoel de Barros corresponde ao objetivo deste trabalho.

3 A criação poética e a prática de liberdade na poesia de Barros

Para efeito de análise, os três poemas recortados serão denominados enunciados, que na perspectiva teórico-metodológica adotada devem ser analisados a partir de sua função enunciativa, tomando a materialidade linguística, o sujeito e a história como elementos relevantes nesse movimento. O enunciado é tomado por Foucault (2008) como da ordem do visível e do invisível, tendo em vista que o que encontra-se exterior a ele é também parte dessa produção subjetiva.

De acordo com o teórico supracitado em relação ao enunciado, trata-se de algo efetivamente produzido, contendo alguns traços constitutivos que merecem destaque, tais como a existência de um campo associado, o que é conveniente chamarmos também de efeito de memória, uma materialidade que possibilita a sua existência, uma posição de sujeito, além de pertencer a uma série. Esta possibilita-nos a compreensão de que todo enunciado pode ser retomado e servir de base para a produção de enunciados futuros, ligados a regras de formação comuns. Essas características são relevantes para o empreendimento das análises dos poemas (materialidades), pela sua natureza constitutiva que aponta para tais aspectos enunciativos.

Esse recorte, havendo em todos os poemas menção à criação poética como uma linguagem que difere da convencional, pode ser tomado como portador dessa regularidade pela sua recorrência na poesia de Manoel de Barros. Vejamos o primeiro, que integra a primeira parte, “Uma didática da invenção”, de *O livro das ignoranças* (BARROS, 1993, p. 17):

VII

No decorrer era o verbo

Só depois é que veio o delírio do verbo.

O delírio do verbo estava no começo, lá onde a criança diz: *Eu escuto a cor dos passarinhos.*

A criança não sabe que o verbo escutar não funciona para cor, mas para som.
Então se a criança muda a função de um verbo, ele delira.
E pois
Em poesia que é voz de poeta, que é a voz de fazer nascimentos -
O verbo tem que pegar delírios.

Nesse poema, a comparação entre poeta e criança é realizada, considerando-os como instâncias criadoras, cujos discursos apelam para uma ordem que foge da realidade comunicacional tal como simbolizada usualmente na linguagem. No contexto das práticas de si pelo sujeito, em uma percepção convencional, a ideia de infância se direciona para um ser aprendiz, carente de conhecimento das coisas que o cercam e em processo inaugural de constituição. Contrapondo-se a essa percepção, no título dessa primeira parte do livro há uma inversão desse caminho, em que “Uma didática da invenção” atribui à criança um *status* de sujeito criativo e capaz de “fazer nascimentos”. E o poeta se remete à criança, se faz também criança em sua criação, bem como lançar mão de discursos convencionais, como “No descomeço era o verbo”, que se trata de uma retomada transgressora de uma “verdade” ancestral, de origem bíblica.

Essa peculiaridade de ir para além da concretude das coisas, um modo transgressor de lançar um olhar sobre o mundo, atribui essa capacidade de transformação às palavras, que fogem do seu contexto utilitário, gramático, para lançar voo em direção a outros lugares, a outras possibilidades: “O delírio do verbo estava no começo, lá onde a criança diz: *Eu escuto a cor dos passarinhos*”. Nesse verso, os sentidos de escutar e de perceber a cor são embaralhados, como quem ouve com os olhos e não com os ouvidos. Há um trabalho sinestésico nesse discurso para se chegar ao “delírio” da linguagem.

Em “A criança não sabe que o verbo escutar não funciona para cor, mas para som” é colocada sobre a mesa uma forma não usual do verbo, um regime de verdade que não corresponde ao tradicional da língua. O sujeito, então, percorre outro universo possível e que dá cor a sua constituição como da ordem do criativo, do inventivo. Essa subversão no que tange ao funcionamento da linguagem é próprio da criança que, uma vez não sabendo das coisas, inventa, lança um olhar fantasioso sobre o mundo que a cerca, assim como o fazer poético.

Nesse contexto das práticas de si, na esteira das considerações de Foucault (2004), observa-se a materialização de um sujeito que lança mão de uma ética e de uma estética da existência, que se traduzem em uma prática de liberdade que se desprende das convenções ligadas às verdades preestabelecidas: “Então se a criança muda a função de um verbo ele delira”. Dessa forma, a criação da criança, assim como a do poeta, possibilita um discurso que se caracteriza pela transgressão: “Em poesia que é voz de poeta, que é a voz de fazer nascimentos – /O verbo tem que pegar delírio”, ocupando o limite tênue entre realidade e fantasia:

A transgressão é um gesto relativo ao limite; é aí, na tênue espessura da linha, que se manifesta o fulgor de sua passagem, mas talvez também sua trajetória na totalidade, sua própria origem. A linha que ela cruza poderia também ser todo o seu espaço. O jogo dos limites e da transgressão parece ser regido por uma obstinação simples; a transgressão transpõe e não cessa de recomeçar a transpor uma linha que, atrás dela, imediatamente se fecha de novo em um movimento de tênue memória, recuando então novamente para o horizonte do intransponível (FOUCAULT, 2009, p. 32).

É materializado, então, um discurso que liberta, que busca novos horizontes e que coloca o sujeito criador na condição de ir para além das visibilidades imediatas, bem como em se tratando de autoria poética e do próprio escritor brasileiro em evidência, o que é possível observar também no poema que integra a primeira parte, “A arte de infantilizar formigas”, do *Livro sobre nada* (BARROS, 1996, p. 11):

I

As coisas tinham para nós uma desutilidade poética.
Nos fundos do quintal era muito riquíssimo o nosso dessaber.
A gente inventou um truque para fabricar brinquedos com palavras.
O truque era só virar bocó.
Como dizer: Eu pendurei um bentevi no sol...
O que disse Bugrinha: Por dentro de nossa casa passava
um rio inventado.
O que nosso avô falou: O olho do gafanhoto é sem
princípios.
Mano Preto perguntava: Será que fizeram o beija-flor
diminuído só para ele voar parado?
As distâncias somavam a gente para menos.
O pai campeava, campeava.
A mãe fazia velas.

Meu irmão cangava sapos.
Bugrinha batia com uma vara no corpo do sapo e ele
virava uma pedra.
Fazia de conta?
Ela era acrescentada de garças concluídas.

A relação poeta e criança é nítida nesse poema, em que o “delírio” das palavras mencionado no anterior assume um lugar especial no que concerne aos saberes. Nesse sentido, a ingenuidade em relação ao saber que se remete à criança serve como pano de fundo para a construção poética pela invenção tanto com objetos (fabricação de brinquedos) quanto com palavras. Levando em consideração que as palavras em estado de poesia carecem de ser postas em outra ordem, “As coisas tinham para nós uma desutilidade poética” reforça o discurso de que a invenção no universo da linguagem atribui a ela um estado de poesia.

Nessas circunstâncias, para o sujeito considerado como das invenções, os regimes de verdade ligados às práticas de conduta vinculadas à natureza “real” das coisas não ganham um sentido outro, não possibilitando que esse sujeito mergulhe em um universo que não o preestabelecido. E a fuga da realidade, o desprendimento dessas verdades só é possível pela busca de outros saberes que vão de encontro à ordem posta: “Nos fundos do quintal era muito riquíssimo o nosso dessaber”. Esse verso não remete necessariamente à ignorância em relação ao conhecimento das coisas, mas sugere que esse desconhecimento possibilita a emergência de outros saberes no universo desse sujeito que, assim como um escritor poético, lança novos olhares sobre o mundo. O fundo do quintal, espaço da casa, ganha sentido nesse cenário como espaço para a criatividade, as brincadeiras, assim como o papel que vai cedendo espaço para a criatividade do poeta.

“A gente inventou um truque para fabricar brinquedos com palavras” aponta para o discurso poético libertador, como a invenção de um brinquedo que liberta o sujeito das amarras que o colocam em lugar comum. O cuidado de si no exercício da escrita, assim como a fantasia da brincadeira, requer que esse sujeito/autor adote uma conduta que o leve à imaginação, de modo que sua subjetividade se configure a partir de uma transformação: “O truque era virar bocó”. Nesse contexto, “bocó” assume um sentido outro que não a burrice, como se considera a partir do saber convencional, mas sim um estado que condiciona uma

ética e uma estética diferenciadas. Por outro lado, é necessário conhecimento de si para que esse exercício ocorra, pois “[...] é também o conhecimento de um certo número de regras de conduta ou de princípios que são simultaneamente verdades e prescrições” (FOUCAULT, 2014, p. 269).

Na ordem de um discurso transgressor, há versos que possibilitam sua identificação, como por exemplo “Eu pendurei um bentevi no sol...”; “voar parado”; “Meu irmão cangava sapos”, que demarcam um discurso que, em contravenção aos saberes concretos, abre uma brecha para a instauração de uma nova ordem, rumando-se para o ininteligível. A transgressão, como afirma Foucault (2009), integra outro universo, porém essa linguagem não utilitária do sujeito poético criativo, em contraste com a realidade comunicacional, precisa desta para ganhar força nesse exercício invencionista. A realidade ligada aos saberes tidos como reais serve de pano de fundo para a constituição dessas invenções, possibilitando a identificação de subjetividades outras, de práticas vinculadas a outra ordem discursiva.

No contexto de um contraste entre duas ordens discursivas – realidade *versus* fantasia – no poema que abre o livro *Exercícios de ser criança* (BARROS, 1999, s.n.), como se observa nos dois poemas anteriores, poeta e criança entram em cena nesse movimento semelhante de se fazerem sujeito pelos modos de subjetividades pela transgressão:

No aeroporto o menino perguntou:
- E se o avião tropicar num passarinho?
O pai ficou torto e não respondeu.
O menino perguntou de novo:
- E se o avião tropicar num
passarinho triste?
A mãe teve ternuras e pensou:
Será que os absurdos não são as maiores virtudes
da poesia?
Será que os despropósitos não são mais
carregados de poesia do que o bom senso?
Ao sair do sufoco o pai refletiu:
Com certeza, a liberdade e a poesia a gente
aprende com as crianças.
E ficou sendo.

Os versos se traduzem no confronto entre os saberes da realidade concreta e o

caráter de transgressão da linguagem poética, que no diálogo entre pais e filho é materializado. A ternura da mãe em perceber as palavras da criança a direciona para uma outra possibilidade de vontade de verdade: que o denominado distante da realidade imediata serve como pano de fundo para o discurso poético, pois assim como o delírio do verbo que deve entrar em ação para ornamentar a linguagem poética, aqui esse caminho traduz-se em “virtudes da poesia”.

O discurso poético é produzido a partir de uma observação da realidade, um fenômeno que a princípio parece quase impossível. O pai, inscrito em uma formação discursiva baseada nos saberes legitimados, resiste às colocações do filho, inicialmente, em relação a sua elaboração, que lhe parece impossível. Por outro lado, embora a mãe adira ao discurso da criança, o toma como algo descabível, absurdo. Nessa interação, acionando-se a teoria de Foucault (2010), relações de poder são evidenciadas, em que as práticas discursivas ligadas a saberes, aos jogos de verdade produzidos historicamente, que, por sua vez, denunciam as subjetividades dos sujeitos, são marcadas historicamente.

Nesse jogo de verdade, elementos como despropósitos e bom senso são colocados em evidência. Para o discurso poético, baseado na transgressão, essa subjetividade no tocante à carência de propósito da criança, assim como a criação do poeta, torna a poesia viável. Trata-se de um sujeito portador de uma ética que se direciona para a criação sem objetivo aparente, diferente do adulto: “Será que os despropósitos não são mais carregados de poesia do que o bom senso?”. Por esse ângulo, o discurso da mãe endossa a prática discursiva do filho, reforçando que quanto mais distante da realidade a criação poética se faça, mais se encaixa nesse contexto do ser da linguagem, cujas palavras referem-se não às coisas, mas a elas mesmas. “O dizer-a-verdade do outro, como elemento essencial do governo que ele exerce sobre nós, é uma das condições essenciais para que possamos formar a relação adequada conosco mesmos, que nos proporcionará a virtude e a felicidade” (FOUCAULT, 2010, p. 44).

A mudança de posição discursiva do sujeito pai, nos versos finais, sugere o deslocamento do sujeito poético em relação à escrita da poesia, como quem se liberta das convenções sociais cristalizadas para encontrar-se com outras, sob outra ordem: “Com certeza, a liberdade e a poesia a gente aprende com as crianças. E ficou sendo”. Esses versos

estão em consonância com o primeiro poema em estudo, em que a “didática da invenção” sugerida aponta para a potência criadora da criança como subjetividade transformadora, isto é, uma espécie de relação consigo mesmo e, de certa forma, com o outro, por meio do governo do outro. “A liberdade é a condição ontológica da ética. Mas a ética é a forma refletida assumida pela liberdade” (FOUCAULT, 2014, p. 267).

Esse ensinamento inverte a ordem real ligada a convenções concernentes às relações de poder entre adulto e criança, já que o considerado normal é a criança se colocar no papel de aprendiz. Na ordem discursiva poética, porém, é sugerido o caminho inverso. A partir desse olhar curioso lançado sobre as coisas pela criança, o poeta, em seu discurso subversivo, se coloca na condição de quem pratica a liberdade pela escrita.

Ressalta-se uma regularidade marcante e bastante recorrente na poesia de Barros, que é a referência a pássaro. Esse elemento sugere uma relação entre a criação poética e a liberdade dos passarinhos, ao menos os que não foram engaiolados. Assim, a própria prática de liberdade a partir do universo das palavras pode ser entendida como metáfora do voo das aves, que as liberta do aprisionamento, assim como o flutuar do poeta. Nos três poemas, respectivamente à ordem da análise: “Eu escuto a cor dos passarinhos”; “Eu pendurei um bentevi no sol...” e “- E se o avião tropicalar num passarinho?” comprovam essa regularidade.

Isso posto, os modos de subjetivação dados pela criação da criança reforçam sua semelhança ao poeta, pautado pela nomeação das coisas, pela intensidade e pelos deslocamentos de sentidos que configuram sua ética e sua estética da existência. A criança, quando não sabe das coisas, inventa, e sua prática discursiva abre caminho para essa criatividade necessária para abrigar a liberdade, possibilitando um mergulho em outra ordem discursiva que faz emergir suas invenções, assim como o poeta.

Palavras derradeiras...

O presente estudo apresentou por objetivo refletir sobre a prática de liberdade a partir da criação poética, com destaque para a obra de Manoel de Barros, poeta brasileiro renomado, cuja obra apresenta um teor discursivo que se constitui em terreno fértil para análises. Como suporte teórico-metodológico, adotou-se a Análise do Discurso pautada em Foucault no que concerne à constituição do sujeito como efeito da exterioridade, pelas

relações de saber e de poder determinadas historicamente.

Pelas análises dos três poemas recortados, é possível detectar que a linguagem poética possibilita que o sujeito rume em direção à transgressão, como quem se liberta da ordem discursiva ligada à realidade convencional. Na poesia barreana essa forma de ética e de estética se dá pela comparação entre a criatividade do poeta e da criança, como quem sai do universo concreto e mergulha em outro fantasioso. A constituição dessa ordem discursiva poética ocorre pelo contraste com o discurso usual, utilitário, colocando em evidência saberes que efetivam as subjetividades do sujeito. No que concerne à autoria, a obra de Barros apresenta como regularidade essa característica, que considera a infância e o poeta como sinônimos de invenção, de provocar delírios na linguagem, de alçar voos como um pássaro livre, como é notório no recorte analisado. Além disso, características da escrita desse poeta integram essa questão, tais como neologismos, fantasias, deslocamentos de sentidos, sujeito constituído por ideais que o distanciam da gramaticalidade da língua, dos regimes de verdade legitimados.

A prática de liberdade pode ser apontada, então, nessa dimensão do sujeito que pratica novas formas de cuidado de si, que implicam também sua relação com o outro, pelas relações de poder. A cada momento na história os regimes de verdade, bem como os jogos de poder, se dão de formas distintas, produzindo modos de subjetivação cada qual a seu tempo. E os saberes constituintes das convenções sociais servem de pano de fundo para demarcar os discursos transgressores, que não se pautam por uma lógica comum, mas se deslocam desse lugar de normalidade para ir ao encontro de um despropósito, configurando-se em uma nova ética e estética da existência que configuram as práticas de liberdade.

Referências

BARROS, M. *Exercícios de ser criança*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1999.

BARROS, M. *Livro sobre nada*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

BARROS, M. *O livro das ignoranças*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

FERNANDES, C. A. O Autor: morte do homem, nascimento do sujeito. In: *Revista da ABRALIN*, v.15, n.2, p. 19-38, jul.-dez. 2016.

FIOROTTI, D. A. *A palavra encena: uma busca de entendimento da linguagem poética a partir de Manoel de Barros*. 2006. Tese (doutorado em Teoria Literária). Faculdade de Letras: Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 7 ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. *In*: FOUCAULT, M. *Ditos & Escritos V – Ética, Sexualidade, Política*. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, p. 264-287.

FOUCAULT, M. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8. ed. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. Linguagem e Literatura. *In*: FOUCAULT, M. *Foucault, a filosofia e a literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

FOUCAULT, M. Prefácio à transgressão. *In*: FOUCAULT, M. *Ditos & Escritos III – Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2009, p. 28-47.

FOUCAULT, M. *O governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1982-1983)*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. Poder e Saber. *In*: FOUCAULT, M. *Ditos & Escritos IV – Estratégia, Poder-Saber*. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2006, p. 223-240.

FOUCAULT, M. *Subjetividade e verdade: curso no Collège de France (1980-1981)*. Tradução de Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.

MACHADO, R. L. *Poesia e Psicanálise: do poeatar sobre a infância ao (in)dizível da experiência em Manoel de Barros*. Porto Alegre, 2016. Tese (Doutorado em Letras) - Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SILVÉRIO, N. A. F. *Memória e interdiscurso em: O guardador de águas de Manoel de Barros*. 2006. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

YAMAMOTO, C. R. S. *Memória e identidade na obra de Manoel de Barros*. 2016. Tese (Doutorado em Letras) - Departamento de Letras, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2016.

¹ Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Integrante do Laboratório de Estudos Discursivos Foucaultianos (LEDIF/UFU/CNPq).

E-mail: anisiopereira2008@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5123270216969087>.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-1329-5237>.



ARTIGO

NO *FLOW* DA CORAGEM, FALAR A VERDADE COMO SE MANDA UM *RAP*: A PRÁTICA DA PARRHESÍA NO DISCURSO DA *RAPPER* AZEALIA BANKS

IN THE *FLOW* OF COURAGE, SPEAKING THE TRUTH LIKE SENDING A *RAP*: THE PRACTICE OF PARRHESIA IN THE *RAPPER* AZEALIA BANKS' SPEECH.

Marcelino Gomes dos Santosⁱ

Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)

Resumo: Este artigo trata da análise da produção discursiva da rapper estadunidense Azealia Banks na internet, em especial, de suas declarações midiáticas sobre outras pessoas públicas, notadamente, celebridades. Buscamos, neste caminho, problematizar a sua presença enquanto sujeito enunciativo nas redes sociais, especialmente, suas afirmações sobre outras celebridades contemporâneas, com atenção especial às marcas de parrhesía nos dizeres que a cantora mobiliza sobre outros sujeitos e a eles os endereça, colocando em jogo suas visões de mundo e opiniões, frequentemente noticiadas pela mídia internacional como sendo declarações polêmicas; quando, na verdade, trata-se de uma categoria específica de discursos, nomeadamente, discursos de ódio. Para tanto, selecionamos seis matérias jornalísticas de portais de notícias brasileiros e analisamos os enunciados produzidos e veiculados na mídia a partir das declarações da referida artista, à luz dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso Francesa e dos estudos de Michel Foucault (1992; 1996; 2011) sobre os discursos, a coragem da verdade, a parrhesía e o sujeito parrhesiasta. Os resultados apontam para o fato de que os dizeres de Banks produzem, no nível discursivo, um lugar de sujeito que se coloca em posição supremacista e que se configuram como sendo discursos de ódio. Logo, observamos que sua produção discursiva a aproxima de um sujeito parrhesiasta, ainda que suas opiniões expressem séries de preconceitos de toda ordem e que devam ser combatidos.

Palavras-chave: Discurso. Verdade. Parrhesía. Foucault.

Abstract: This article deals with the analysis of the discursive production of the American rapper Azealia Banks on the internet, in particular, her media statements about other public people, notably celebrities. We seek, in this way, to problematize her presence as an enunciator subject in social networks, especially her enunciations about other contemporary celebrities, with special attention to the marks of parrhesia in the words that the singer mobilizes and address to other subjects, putting into play their world views and opinions, often reported by the international media as controversial statements; when, in fact, they are a specific category of speeches, namely, hate speech. To do so, we selected six journalistic articles from Brazilian news portals and analyzed the statements produced and broadcast in the media from the statements of the aforementioned artist, based on the theoretical-methodological assumptions of French Discourse Analysis and Michel Foucault's studies (1992; 1996; 2011) on discourses, the courage of truth, parrhesia and the parrhesiast subject. The results point to the fact that Banks' sayings produce, at the discursive level, a place of subject who places himself in a supremacist position and which are configured as hate speeches. Therefore, we observe that her discursive production brings her closer to a parrhesiast subject, even though her opinions express a series of prejudices of all kinds that must be fought.

Keywords: Discourse. Truth. Parrhesia. Foucault.

Introdução

Na contemporaneidade, é cada vez mais comum podermos acompanhar, diariamente, artistas de vários países por meio de suas redes sociais. Nessas plataformas, das quais são exemplos o Instagram, o Twitter e o Facebook, esses sujeitos podem criar seus perfis públicos e interagir com seus seguidores por meio de postagens, legendas, comentários, *stories*, *reels*, entre outras possibilidades, tornando públicos vários conteúdos sobre suas vidas cotidianas. Essas produções podem versar sobre os mais variados temas, tais como produções artístico-culturais, como também postagens sobre seu dia a dia, suas opiniões e visões de mundo sobre questões muito plurais, que vão desde acontecimentos de ordem pessoal, como aqueles de conhecimento e visibilidade internacional.

Em um cenário de lutas (ideológicas, políticas, sociais, identitárias, entre outras), onde séries de acontecimentos históricos são colocados em rápida circulação na internet, muitos artistas e pessoas públicas, no geral, usam as suas plataformas para se posicionar sobre questões sociais, sobre acontecimentos de grande visibilidade midiática, entre outras questões sobre as quais desejem se posicionar.

Essa produção discursiva, além de gerar imagens sobre esses sujeitos enunciadore, muitas vezes são direcionadas a outros sujeitos, que passam a ocupar o lugar de interlocutores, o que possibilita a recepção positiva ou negativa desses discursos e comentários pelo outro, isto é, pelas pessoas às quais esses discursos se dirigem. Como exemplo, podemos citar a produção discursivo-midiática de artistas como a cantora Lady Gaga sobre o ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (ESTADÃO, 2021, *online*), em que a artista manifestou, em muitos momentos, e publicamente, a sua opinião contrária à política de Trump quando ele ocupava o cargo de presidente dos EUA, que, por sua vez, rebateu o comentário de Gaga com dizeres desagradáveis sobre a referida cantora (VOGUE, 2021, *online*).

Nesse caminho, no sentido de realizar uma leitura discursiva sobre os dizeres de celebridades na contemporaneidade, temos o caso específico de Azealia Banks como uma possibilidade de refletirmos sobre a questão do discurso e da verdade, especialmente, sobre um discurso-objeto específico – o discurso de ódio – e uma modalidade de dizer a “verdade” muito particular – a parresía, da qual nos fala Foucault (2011).

A cantora e rapper estadunidense Azealia Banks é uma personalidade muito conhecida na cena da música *pop* dos Estados Unidos, e no mundo. Nascida em *New York*,

no Harlem, a rapper já lançou álbuns de estúdio, *singles*, *mixtapes*; foi indicada em premiações e recebeu alguns prêmios da indústria da música, o que, entre outras questões, demonstra que a referida cantora tem talento tanto em termos de composição, como de produção e lançamento de obras audiovisuais; no caso, de músicas e videoclipes que contribuíram para criar sua marca sonora, estética e visual na indústria da música *pop* internacional.

No entanto, embora tenha seu álbum *Broke With Expensive Taste* citado em muitos portais de crítica musical como sendo um dos melhores álbuns de *rap* já lançados da história, boa parte do reconhecimento que a artista tem do público consumidor de música *pop* não se deve apenas ao fato de que a artista tem talento e produz músicas extremamente comerciais e que garantem a ela bons números de reprodução nas plataformas de *streaming*, como o Spotify.

Se fizermos uma rápida pesquisa sobre seu nome na internet, em mecanismos de busca como o *Google*, encontraremos uma série de notícias sobre sua presença nas redes sociais, como o Twitter e o Instagram. Boa parte dessas notícias tratam das várias polêmicas em que a rapper se envolveu nos últimos anos, discussões públicas que Banks teria travado com outras personalidades famosas e celebridades, fazendo muitas declarações sobre temas diversos, expondo suas opiniões sobre outros sujeitos na internet e sendo, inclusive, banida de algumas plataformas e redes sociais por causa de sua produção discursiva, isto é, por enunciar suas perspectivas e endereçá-las a outras celebridades.

Assim, o objetivo do presente artigo é o de analisar os discursos da rapper estadunidense Azealia Banks na internet, identificando marcas de parresía na sua produção discursiva sobre outras pessoas públicas, compreendendo como os discursos produzidos pela cantora produzem sentidos sobre o outro e constroem, no nível do discurso, um lugar específico a ser ocupado por esse sujeito que enuncia e espalha ódio na *web*. Partimos da compreensão de que a cantora apresenta em seu discurso marcas que a aproximam da figura do parresiasta, da qual nos fala Foucault (2011), em *A Coragem da Verdade*, e seus discursos de ódio geram séries de consequências negativas para o outro e para si mesma.

Metodologicamente, realizamos uma pesquisa exploratória na internet a partir do nome da referida artista, e selecionamos 6 (seis) matérias publicadas em portais de notícias brasileiros – tais como *PopLine*, *G1* e *PureBreak* – sobre suas declarações públicas. A partir disso, realizamos uma leitura discursiva dos enunciados produzidos por Banks em suas redes

sociais sobre outras pessoas famosas, no intuito de apontar para as marcas de parresía em seu dizer, concebendo a parresía não como um sinônimo de discurso de ódio, mas sim como um efeito dos discursos produzidos pela rapper estadunidense. Salientamos que as matérias jornalísticas foram selecionadas nos referidos portais e algumas apresentavam autoria explícita, enquanto outras não mencionavam os autores das notícias.

Na primeira parte do texto, fazemos uma discussão prévia sobre o conceito de parresía a partir dos estudos de Foucault (2011), especialmente nas reflexões publicadas na obra *A Coragem da Verdade*, mostrando as características do dizer parresiasta e os aspectos que o diferencia de outras modalidades de se dizer a verdade, conforme nos permite pensar o filósofo francês. Em outro momento do artigo, analisamos a produção discursiva da rapper Azealia Banks, com ênfase no exame das marcas de parresía em seu discurso, bem como no cruzamento dessa análise com as reflexões de Foucault sobre os discursos, a coragem da verdade, o franco falar e a postura discursiva do sujeito parresiasta.

1 Algumas considerações sobre a Análise de Discurso Francesa e a parresía (ou o franco falar) em Michel Foucault

Os pressupostos teórico-metodológicos de Michel Foucault sobre os discursos, os sujeitos, os saberes, bem como sobre a questão da verdade, nos permitem refletir e fazer um diagnóstico do presente. Seu pensamento filosófico possibilita pensarmos os discursos que são produzidos a partir de diversos sujeitos, que mobilizam enunciados e põem em circulação séries de opiniões com pretensão caráter de “verdade” sobre os mais diversos assuntos. Dentre os assuntos possíveis, destacamos os discursos sobre acontecimentos históricos, tragédias, discussões políticas, econômicas, éticas, estéticas, até mesmo sobre questões referentes a outros sujeitos cotidianos, como artistas, apresentadores de programas e celebridades, como sendo assuntos recorrentes nas redes sociais.

Na obra foucaultiana *A Coragem da Verdade*, publicada pela primeira vez em 1984, são reunidas reflexões do filósofo francês proferidas à ocasião de realização de seminários ministrados no Collège de France em 1983 e 1984, obra na qual o autor discorre, entre outras questões, sobre a verdade, bem como sobre as diferentes modalidades de se “dizer a verdade”.

Nesta obra, o filósofo expõe sobre a noção de parresía, modalidade de se dizer a

verdade que nos interessa, particularmente, no que tange às reflexões empreendidas neste artigo. De acordo com Foucault (2011), a parresía seria “a coragem da verdade daquele que fala e corre o risco de dizer, a despeito de tudo, toda a verdade que ele pensa” (FOUCAULT, 2011, p. 14). Logo, a parresía, como uma modalidade de se dizer a verdade, seria caracterizada, entre outros aspectos, pelo risco de se dizer tudo aquilo que o sujeito pensa, podendo, inclusive, ferir e gerar no outro reações que poderiam, até mesmo, ser extremamente violentas. Sobre este aspecto, Foucault (2011, p. 12) nos diz que:

O sujeito, [ao dizer] essa verdade que marca como sendo sua opinião, seu pensamento, sua crença, tem de assumir certo risco, risco que diz respeito à própria relação que ele tem com a pessoa a quem se dirige. Para que haja parresía é preciso que, dizendo a verdade, se abra, se instaure e se enfrente o risco de ferir o outro, de deixá-lo com raiva e de suscitar de sua parte algumas condutas que podem ir até a mais extrema violência. É, portanto, a verdade no risco da violência.

Neste momento do pensamento foucaultiano, o filósofo objetiva caracterizar a parresía e o sujeito parresiasta, marcando, também, aspectos que diferenciam a parresía de outras modalidades de se dizer a verdade; e o parresiasta de outras figuras que também atuam no sentido de dizer a verdade. Para tanto, o autor remete à produção da verdade em outros momentos históricos, como na Antiguidade, citando as figuras do sábio, do profeta e do professor para estabelecer aproximações e distanciamentos entre esses sujeitos e a figura do parresiasta.

Na aula ministrada em 1º de fevereiro de 1984, Foucault (2011) expõe uma série de reflexões sobre o “dizer a verdade” e, no caminho desta discussão, nos fala sobre a noção de parresía. Nas primeiras páginas desse texto, o filósofo salienta que, ao estudar a parresía e ao analisar a chamada “fala franca” como uma modalidade particular de se dizer a verdade, o seu interesse naquele momento era o de:

Analisar, em suas condições e em suas formas, o tipo de ato pelo qual o sujeito, dizendo a verdade, se manifesta, e com isso quero dizer: representa a si mesmo e é reconhecido pelos outros como dizendo a verdade. Não se trataria, de modo algum, de analisar quais são as formas do discurso tais como ele é reconhecido como verdadeiro, mas sim: sob que forma, em seu ato de dizer a verdade, o indivíduo se constitui e é constituído pelos outros como sujeito que pronuncia um discurso de verdade, sob que forma se apresenta, a seus próprios olhos e aos olhos dos outros, quem diz a verdade, [qual é] a forma do sujeito que diz a verdade. A análise desse domínio

poderia ser chamada, em oposição às estruturas epistemológicas, o estudo nas formas “aletúrgicas”. Emprego aqui a palavra que comentei com vocês ano passado ou dois anos atrás. A aleturgia seria, etimologicamente, a produção da verdade, o ato pelo qual a verdade se manifesta. Logo, deixemos de lado as análises do tipo “estrutura epistemológica” e analisemos um pouco as “formas aletúrgicas”. É nesse marco que estudo a noção e a prática da parresía (FOUCAULT, 2011, p. 04-05, aspas do autor).

Nesse momento, o autor declara seu interesse em expor para seu público suas reflexões sobre a parresía. Logo, Foucault (2011) elabora uma extensa descrição de aspectos que particularizam a parresía como uma modalidade específica de se dizer a verdade, destacando características que a diferenciam de outras formas de se dizer a verdade, como a verdade da sabedoria, a verdade da profecia e a verdade dos “técnicos”, dos quais seria exemplo o professor. Nesse sentido, Foucault nos diz que a palavra parresía pode ser empregada com dois valores semânticos: um positivo e outro pejorativo. De acordo com o filósofo francês, no sentido pejorativo, “a *parresía* consiste em dizer tudo, no sentido de que se diz qualquer coisa (qualquer coisa que passe pela cabeça, qualquer coisa que possa servir à paixão ou ao interesse que anima quem fala) (FOUCAULT, 2011, p. 10-11).

Mas a parresía, no sentido positivo da palavra, consistiria, segundo Foucault (2011), em falar, enunciar a verdade, sem dissimulação nem reserva, isto é, sem ornamento e sem os recursos da retórica da bajulação, sem qualquer estilo que possa cifrá-la, vesti-la ou mascará-la. Nas palavras foucaultianas, dizer tudo “é nesse momento dizer a verdade sem dela nada esconder, sem escondê-la com o que quer que seja” (Ibidem, 2011, p. 11). Porém, essas características não seriam suficientes para caracterizar a parresía, uma vez que:

Para que se possa falar de *parresía* no sentido positivo do termo - deixemos de lado agora os valores negativos -, são necessárias, além da regra do dizer tudo e da regra da verdade, duas condições complementares. É preciso não apenas que essa verdade constitua efetivamente a opinião pessoal daquele que fala, mas também que ele a diga como sendo o que ele pensa, [e não] da boca pra fora – e é nisso que será um parresiasta (FOUCAULT, 2011, p. 11).

Assim sendo, para além de dizer a verdade, o sujeito parresiasta está intimamente ligado àquilo que diz, uma vez que assume essa verdade como sendo sua opinião, e não algo que se diz apenas sem mira, da “boca pra fora”, sem comprometimento com aquilo que se

diz. A enunciação se dá ainda que se corra certos riscos, como o risco de ferir ao outro ou ainda receber algum tipo de resposta violenta em função da verdade que enuncia.

Logo, podemos concluir que “o parresista dá sua opinião, diz o que pensa, ele próprio de certo modo assina embaixo da verdade que enuncia, liga-se a essa verdade, e se obriga, por conseguinte, a ela e por ela” (FOUCAULT, 2011, p. 11-12), sendo essas algumas características que particularizam a parresía como uma modalidade de se dizer a verdade em meio a outras modalidades existentes e possíveis.

Importante se faz mencionar que a parresía e o discurso de ódio não são noções sinônimas. Consideramos a parresía como sendo um efeito dos discursos da artista estadunidense, uma vez que, ao enunciar sobre outros artistas, de forma direta, arriscando a sua relação com outros artistas da indústria da música, assume a posição de um sujeito parresista. Nesse caso, os enunciados de Banks sobre outros artistas podem ser considerados evidentes exemplos de discurso de ódio, pois não se trata apenas de opiniões, de uma fala franca que diz aquilo que pensa sobre o outro, mas sim de dizeres que fazem incidir efeitos de negatividade e de forma diretamente agressiva sobre o outro.

A seguir, analisamos a produção discursiva da rapper Azealia Banks, no intuito de apresentar as marcas de parresía em seu discurso, bem como a aproximação entre a sua postura de dizer a “verdade”, de expor seu dizer, e a figura do parresista, da qual nos fala Michel Foucault (2011). Além disso, problematizamos o seu dizer não meramente como exposição de opiniões públicas na internet, mas como sendo um exemplo notório de produção de discursos de ódio na contemporaneidade – que devem ser encarados de forma crítica e combatidos, sobremaneira.

2 “Bang, pop, pop, this thing go pow”: a coragem da verdade no discurso da rapper Azealia Banks

A presença da rapper Azealia Banks nos portais de notícias de todo o mundo é recorrente, tanto pelas músicas e videoclipes que tem lançado nos últimos anos na cena pop mundial, como pelas inúmeras “tretas” e “brigas” (para usarmos termos comuns na internet, especialmente, em matérias sobre a artista). Devido ao seu envolvimento em polêmicas com outros artistas, celebridades, pessoas públicas, foram muitas as matérias jornalísticas produzidas no que se refere a sua presença nas mídias sociais, sobretudo, àquelas que tratam

de outras pessoas públicas e internacionalmente conhecidas, como as cantoras Lana Del Rey, Rihanna, Nicki Minaj, Anitta, o cantor Zayn Malik, entre outros; como também discursos em relação a outros países e povos do mundo, como o Brasil e os brasileiros.

Imagem 1 – Azealia Banks, rapper estadunidense.



Fonte: Hastag Pop, 2020

Ao publicar suas afirmações na internet nos últimos anos, por meio de suas redes sociais, a cantora produziu uma série incontável de enunciados que, rapidamente, foram compartilhados em inúmeros portais de notícias e veiculados em diversas mídias (como nas rádios e na TV), produção discursiva que nos permitem gestos de análise no sentido de examinar como a sua “verdade” é produzida discursivamente, como as suas opiniões são enunciadas, colocadas em circulação, como a rapper ocupa a postura de um parresista e onde estão presentes as marcas de parresía em seu discurso; a sua presença enquanto sujeito enunciativo nos permite, inclusive, examinar os sentidos e os lugares de sujeito produzidos por seus discursos na internet, sendo a Análise de Discurso Francesa uma possibilidade teórico-metodológica de se proceder com o exame das enunciações de celebridades, como Banks, no presente.

A Análise do Discurso, conforme nos explica Orlandi (2007, p. 15):

Não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim a palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.

Logo, analisar os discursos é examinar os sujeitos falando, colocando palavras em movimento, mobilizando enunciados e produzindo sentidos, tendo em vista que seria o discurso efeitos de sentido entre interlocutores (PÊCHEUX, 1988), e que nesse jogo temos relações de força e de poder, embates, lutas, ataques, resistências, como tentaremos mostrar nas análises a seguir.

Em matéria publicada no portal de notícias *POPline* em 26 de setembro de 2020, intitulada “Azealia Banks volta a criticar Anitta e fãs brasileiros por ofuscarem artistas negras”, assinada por Douglas França, encontramos enunciados que teriam sido proferidos pela artista em suas redes sociais, notadamente, no Twitter:

Azealia Banks atacou Anitta em um vídeo postado na Internet, comentando o lançamento de “Me Gusta”, novo single da brasileira. A rapper americana, conhecida por criticar todo mundo, disparou: “Essa música nova da Anitta é muito ruim, desculpe-me. Eu não gosto. Anitta é um lixo. Ela é absolutamente um lixo. Eu gosto da Ludmilla”. Não parou por aí. No vídeo, em que Azealia parece conversar com alguém, ela também compara Anitta com outras cantoras latinas. “Ela não é JLo, ela não é Shakira, ela não é Rosalía”, disse. Azealia Banks voltou a falar de artistas brasileiros em sua conta no Twitter. Na mesma semana em que criticou “Me Gusta”, lançamento de Anitta com Cardi B e Myke Towers, a cantora decidiu compartilhar a sua opinião em relação a exportação de cantoras negras brasileiras para o mercado fonográfico internacional. Banks explicou que os fãs de cantoras brancas ofuscam as talentosas estrelas negras que temos no país: “Me sinto mal que os sentimentos dos brasileiros estejam tão bravos, mas eu disse e está dito. Vocês defendem suas estrelas brancas e ofuscam as talentosas estrelas negras e é por isso que vocês erram. A classe branca brasileira não é tão luxuosa quanto os brancos do resto do mundo, vocês precisam mudar a marca” – em sua conta fechada na rede social. Mais tarde, a cantora voltou a criticar Anitta e enaltecer Ludmilla: “Me Gusta” é uma porra de lixo como qualquer outra tentativa de música pop americana que vem do Brasil. Por favor, reconheçam a Ludmilla como a rainha e mantenha a estética degradada da Anitta e a plástica que ela fez no nariz estilo Latoya Jackson na favela a que ela pertence. LUDMILLA É A ÚNICA” – escreveu (FRANÇOZA, 2020, *online*, aspas nossas).

Em sua produção discursiva no Twitter, especialmente, nessa postagem em que a artista faz alusão ao lançamento da música “Me Gusta”, parceria da cantora Anitta com a rapper Cardi B, Azealia Banks expõe a sua opinião sobre a referida música, declarando publicamente aquilo que pensa sobre a canção, considerada pela artista como sendo “muito ruim”, bem como sua visão sobre a cantora brasileira Anitta que, segundo Banks, seria “um lixo”. Em seu discurso, Banks compara Anitta a outras artistas, como Shakira, Rosalía e

Ludmilla, em um tom pejorativo, situando-a em um nível abaixo, em termos de relevância artística.

O resultado dessas declarações da artista sobre “Me Gusta” gerou uma série de consequências na internet, uma vez que fãs de Anitta e Cardi B, especialmente, fãs brasileiros, endereçaram inúmeras postagens de repúdio à Azealia Banks por suas declarações no Twitter, declarações essas que configuram, expressamente, como sendo discursos de ódio, desrespeito, preconceito e discriminação por parte da artista.

Esta não é a primeira vez em que a rapper estadunidense Azealia Banks endereça discursos de ódio ao Brasil ou aos brasileiros. Em matéria publicada no portal de notícias G1, intitulada “Azealia Banks tem conta no Twitter suspensa após briga com brasileiros”, no dia 03 de janeiro de 2017, são apresentadas informações sobre uma série de discursos que teriam sido enunciados pela artista sobre o Brasil, em que é dito:

Azealia Banks teve sua conta no Twitter suspensa após arrumar briga com os brasileiros. A rapper americana havia se tornado alvo de uma enxurrada de críticas na internet depois de ofender os fãs do país em uma publicação no Facebook. Em texto publicado na madrugada desta segunda-feira (1º) e excluído em seguida, a cantora dizia ter recebido mensagens racistas e spams enviados por brasileiros, a quem chamou de “anormais do terceiro mundo que fazem spam com esse inglês errado”. Nos comentários, muitos seguidores condenaram a postura da artista. O Twitter informa que pode suspender contas que “violam as regras” da rede social. Enquadram-se nesse caso contas com spams ou falsas, contas invadidas e contas com posts ou comportamento abusivo (clique aqui para ler o regulamento detalhado). Em um dos posts no Facebook que originaram a polêmica nesta segunda, Azealia Banks escreveu: “Quando esses anormais do terceiro mundo vão parar de fazer spam com esse inglês errado falando sobre algo que não sabem? É hilário ser chamada de vadia negra por brasileiros brancos. Eles deveriam se preocupar com a economia primeiro”, escreveu. Após ter sido criticada por muitos seguidores do Brasil, ela chegou a responder: “Não sabia que tinha internet na favela”. O assunto se tornou o mais comentado da manhã desta segunda no Twitter do Brasil, onde usuários iniciaram uma campanha para que as páginas da rapper fossem denunciadas. No Facebook, no entanto, a rapper continuou publicando posts irônicos e ofensivos sobre os brasileiros e o idioma do país. Também comemorou sua “capacidade de produzir notícias internacionais no conforto de seu vaso sanitário”. Em suma das publicações, Azealia afirmou em resposta a um dos seguidores brasileiros que o país tem o maior número de pessoas que publicam insultos racistas em sua página. “Não ligo de qual país você é. Racismo é racismo. E um monte de meninos brancos de um país com as piores políticas para negros não vão vir aqui me xingar quando não sabem sequer falar a língua com a qual tentam me insultar”. Protagonista de muitos barracos na internet – em maio de 2016, ela teve a conta no Twitter suspensa após ataques a Zayn Malik, ex-integrante do OneDirection –, Azealia Banks veio ao Brasil em junho, para apresentação

em São Paulo (G1, 2017, *online*, aspas nossas).

Após, supostamente, ter recebido mensagens de brasileiros em suas redes sociais com mensagens de cunho racista, Azealia Banks publicou enunciados sobre o Brasil e o povo brasileiro, sendo essa uma das declarações “polêmicas” mais conhecidas, repercutidas e referenciadas em portais de notícias nos últimos anos sobre a artista, *sites* dos quais é exemplo o portal G1. Em suas declarações, a rapper expôs sua opinião sobre o inglês falado pelos referidos brasileiros, considerado pela artista “errado”, além de ter expressado que “não sabia que tinha internet na favela”, tratando-os como “anormais do terceiro mundo” e ironizando a situação econômica do Brasil.

No viés desses discursos, apontamos para o fato de que a cantora reacentua o seu caráter de sujeito parresiaista com recurso a um discurso supremacista, que configura um lugar de sujeito que se coloca em um plano superior, que julga os outros, proferindo discursos discriminatórios e de preconceito linguístico. Sua produção discursiva não possui, inclusive, caráter combativo em relação ao racismo e ao preconceito de toda ordem, na medida em que ela mesma é uma artista negra e tem atitudes discriminatórias contra pessoas negras. Além disso, temos o fato de que a rapper produz músicas em um gênero que, historicamente, foi muito discriminado nos Estados Unidos e no mundo – o que é indicativo de que, no nível do discurso, a artista ocupa um lugar de um sujeito que profere discursos que incidem negativamente sobre o outro e sobre sua própria existência.

Sobre este aspecto, é interessante notar que, no terreno da discursividade, os enunciados de Banks produzem um lugar de sujeito específico, que se coloca em uma posição superior aos outros, que se enxerga ocupando um lugar hierarquicamente superior ao lugar daqueles aos quais se endereçam os seus discursos, uma vez que, na ordem do discurso, “o sujeito busca, ou é levado a pertencer a lugares, a portos que lhe asseguram a existência” (FERNANDES, 2012, p. 81).

Neste caso, podemos refletir sobre a noção de autor, da qual nos fala Foucault (1992, p. 45-46), ao nos dizer que “o nome do autor não transita, como o nome próprio, do interior de um discurso para o indivíduo real e exterior que o produziu”. Em outro momento de sua obra, Foucault (1996, p. 26) acrescenta que o autor seria diferente do indivíduo que escreveu o texto, sendo um “princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações”. O autor não seria a pessoa que, neste caso, faz uso das redes sociais para publicar discursos de ódio, notadamente, a própria artista Azealia Banks. Para Foucault

(1996, p. 28), “o autor é aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real”. Logo, o autor seria um princípio de possibilidade do discurso da rapper, seria um sujeito supremacista que destila ódio nas redes sociais, lugar esse que poderia ser ocupado por outros sujeitos, a exemplo de Banks.

A produção discursiva da rapper Azealia Banks sobre o Brasil e os brasileiros provocou uma série de consequências, dentre elas, uma briga histórica que se formou entre os brasileiros e a artista, que passaram a chamá-la de “sandália” nas redes sociais, em alusão à marca brasileira de sandálias Azaleia. Essa discussão ocupou os primeiros lugares dos *trending topics* do Twitter em 2017 por causa da polêmica envolvendo a rapper estadunidense e os brasileiros (ÉPOCA, 2017, *online*). Neste caso, o franco falar (FOUCAULT, 2011) de Azealia Banks, isto é, a sua coragem de expor suas opiniões na internet e endereçá-las a outros sujeitos, pôs em risco a sua aceitação pelo público consumidor de música *pop* brasileiro, o que aponta para marcas de *parresía* em seu discurso, uma vez que, de acordo com Foucault (2011, p. 13):

A parresía, portanto, põe em risco não apenas a relação estabelecida entre quem fala e aquele a quem é dirigida a verdade, mas, no limite, põe em risco a própria existência daquele que fala, se em todo caso seu interlocutor tem um poder sobre aquele que fala e se não pode suportar a verdade que este lhe diz.

Após as referidas declarações públicas sobre o Brasil, boa parte dos seus fãs brasileiros passaram a rejeitar os trabalhos de Banks e sua própria imagem como artista, colocando em risco a sua relação com o público brasileiro, bem como com outros públicos. Sobre este aspecto, Foucault nos diz que:

A parresía [...] implica um vínculo forte e constituinte entre aquele que fala e o que ele diz, e abre, pelo próprio efeito da verdade, pelo efeito de ofensas da verdade, a possibilidade de uma ruptura de vínculo entre aquele que fala e aquele a quem este se dirige (FOUCAULT, 2011, p. 14).

Interessante notarmos que a tensão estabelecida pelos discursos da rapper e sua relação com os brasileiros implica uma resposta combativa do Brasil em relação ao seu franco falar. A relação de poder que é arriscada entre a artista e os seguidores é o que denomina, atualmente, de cancelamento; o que, de certa forma, ela sofreu de parte dos

brasileiros usuários da internet. Isso é indicativo de que, no presente, os usuários de redes sociais estão exercendo esse poder de não dar mais espaço para quem fala aquilo que lhes fere, gerando séries de respostas, réplicas, contragolpes no nível do discurso.

Essas respostas, muitas vezes, geram outros discursos de ódio, como é o caso do brasileiro que respondeu às declarações de Banks chamando-a de “vadia negra”, o que configura uma resposta racista e que não contribui em nada para o combate aos discursos de ódio na internet. Pelo contrário, acentua, legitima e dá continuidade à produção discursiva de teor racista. Sobre este aspecto, Fernandes (2012, p. 57) nos diz que:

O poder coloca em jogo relações entre sujeitos. O poder é um exercício, um modo de ação de alguns sobre outros, existe somente em forma de ação, uma ação sobre sua própria ação, ação sobre ações, uma maneira de agir sobre a ação dos outros para conduzir condutas.

No caso em análise, observamos que os dizeres de Banks incidem sobre a existência de outras pessoas que, por sua vez, também agem no sentido de responder aos ataques sofridos e combatê-los na internet, o que reafirma que o poder não se concentra em um sujeito apenas, mas trata-se de um exercício, de relações entre sujeitos, modos de agir. Logo, poder, abordado nessa perspectiva, é tido como força atrelada a micro instâncias, “é um exercício integrante do cotidiano, e integra a construção de identidade dos sujeitos, por meio de suas inscrições nos discursos, nas práticas discursivas” (FERNANDES, 2012, p. 58), relações de forças que configuram um lugar, social e de subjetividade, determinado para Banks e para os sujeitos aos quais seus dizeres são endereçados.

Em se tratando da internet como sendo este lugar nomeado de “ciberespaço”, onde as pessoas podem publicar séries de opiniões e discursos em suas redes sociais, inclusive, discursos de ódio, Silva *et al.* (2011, p. 449) salienta que:

A fim de manifestar-se e atingir seus objetivos danosos, o discurso de ódio deve ser veiculado por um meio comunicacional. Esse meio é escolhido de acordo com o período histórico vivido pelo autor, com suas condições aquisitivas e de acesso às tecnologias, com o público visado por este, entre outras variáveis. Inclusive, pode-se dizer que o discurso é tanto mais nocivo quanto maior o poder difusor de seu meio de veiculação. Se há alguns séculos a propagação de ideias se restringia ao círculo exíguo daqueles que sabiam ler e tinham acesso a livros, hoje essa divulgação alcança um espectro bem mais amplo de pessoas, dada à democratização educacional e à evolução dos meios comunicacionais. Tal evolução, que passa pelo rádio e pela televisão, atinge seu auge com o advento da internet.

Em tempos de internet, redes sociais, mensagens instantâneas etc. a rapidez com a qual os discursos são produzidos pelas sociedades, veiculados e compartilhados na contemporaneidade, apresentam-se como possibilidades nocivas de existência de discursos de ódio em diversos espaços, sobretudo, em portais acessados por milhares de pessoas em todo o mundo, diariamente, como a exemplo dos 3 (três) *sites* onde foram publicadas matérias sobre a artista, as quais analisamos a seguir.

No portal de notícias *PureBreak*, foi publicada uma matéria sobre mais um caso envolvendo a rapper Azealia Banks e a exposição pública de suas opiniões, dessa vez, sobre o cantor britânico Zayn Malik, matéria publicada em 16 de agosto de 2016, assinada por Guilherme Assumpção:

Em meio à briga pública entre Justin Bieber e Selena Gomez, será que o mundo dos famosos tem espaço pra mais uma polêmica? Acertou quem disse que sim! E a bola da vez é Azealia Banks, que acabou recebendo várias acusações de transfobia na internet, depois de deixar um comentário numa foto de Zayn Malik. Ao ver cliques do ensaio de Zayn para a GQ circulando pelo Instagram, Azealia deixou um comentário polêmico. “Ele realmente parece que costumava ser uma menina. Ele me passa essa coisa de homem trans”, escreveu. Não demorou muito até que a galera começasse a ficar incomodada com a atitude da rapper. Afinal, o que é ter “cara de homem trans”, né? Bastante xingada pelos fãs de Zayn, Azealia se defendeu dizendo que parecer trans não é ofensa. A intérprete de “Ice Princess”, que tem um irmão transgênero, ainda disse que não vê o motivo de seu comentário ter soado negativo e opinou que a transfobia tem origem na cabeça de quem pensa desta forma. Em maio, uma outra discussão envolvendo os nomes de Azealia e Zayn já havia esquentado o Twitter. Na época, rolou xingamentos, além de diversas acusações de homofobia e xenofobia. Na época, a cantora decidiu abandonar as redes sociais. Porém, parece que as polêmicas perseguem a rapper, né? (ASSUMPCÃO, 2016, *online*, destaque nosso).

Em matéria do portal *POPline*, intitulada “Azealia Banks acusa Beyoncé: ‘ela sempre tenta roubar de mulheres talentosas’”, escrita por Caian Nunes e publicada em 03 de agosto de 2018, é dito sobre mais uma declaração pública da cantora:

Azealia Banks é polêmica, todo mundo sabe. Ela usa sempre as redes sociais para fazer declarações que dão o que falar, e Beyoncé já foi alvo algumas vezes. Isso se repetiu nesta sexta-feira (03). Ela se deu conta de uma similaridade de coreografia de sua música “Count Contessa”, de 2015. “Eu me dei conta que minha antiga dançarina Ashanti coreografava para

Beyoncé e roubou a coreografia original que Gypjaq Kai [coreógrafo] fez para ‘Count Contessa’”, afirmou. Ela continua dando opiniões enfáticas sobre a cantora: “Beyoncé precisa se superar e apenas me contratar, mesmo que o Coachella tenha sido fofo... Foi apenas mais do mesmo”. Ela continua: “Beyoncé adora promover essa coisa de empoderamento feminino, mas ela SEMPRE, ela sempre tenta roubar de mulheres talentosas e superá-las. Mas ela nunca realmente consegue. Sempre parece a Gisele [Bündchen] fazendo a sua melhor impressão de Beyoncé. Eu realmente espero que ela fique mais real com ela mesma e aceite as visões e projetos completos que as mulheres que a admiram elaboram para ela”. “Não precisamos de mais momentos de exibicionismo da Beyoncé. Ninguém precisa de momentos *fashion* como se ela fosse uma modelo. Tipo, o que vem depois? Uma colaboração com uma revista de moda? Eu não faço ideia por que ela quer ser tão básica. Isso me deixa triste”, completa (NUNES, 2018, *online*, destaques nossos).¹

No mesmo portal de notícias, circulou outra matéria sobre a artista, intitulada “Azealia Banks ataca Lana Del Rey: ‘vadia, garota gorda’”; tal notícia foi produzida e publicada no dia 30 de julho de 2020, assinada por Leonardo Torres, onde podemos ler:

Azealia Banks disparou suas palavras contra Lana Del Rey nesta quinta (30/7). Usando o Instagram Stories, a rapper postou uma foto de Lana Del Rey e fez comentários maldosos sobre seu peso. As duas não se dão bem e já trocaram farpas no Twitter em 2018. Em um story, Azealia foi assertiva: “nunca mais fale nada sobre mim. Nunca mais, as suas mentiras! Nunca mais”. Em outro, falou: “isso é karma! Karma voltando pro seu rabo racista, muito karma voltando”. A disparada não parou por aí: “Não, vadia! Você precisa parar de comer taquitos e pizzas do 7 Eleven [loja de departamentos] e todas essas coisas. Tô vendo você sair de um 7 Eleven com essa sacola e me pergunto ‘o que mais tem aí dentro, garota gorda? O que mais tem aí? Todas essas guloseimas que você tem nessa sacola?’ Cara, essa vadia só comeu na quarentena! [...] Cara, vadia, o que aconteceu com você? [...] Meu deus, garota, é como se você tivesse se perdido assim que decidiu se virar contra mim. Você está horrível! Você está horrível, mana, e precisa resolver isso logo!”. Além do corpo e do peso da Lana, Azealia Banks também criticou o cabelo da cantora. O peso, no entanto, foi o tema preferido dos insultos. “Cara, vadia, você tá muito feia, meu Deus [...] Parece um peru gordo, cara! Sabe quando você vai a uma fazenda de avicultura e tem aquele peru gordo que ninguém mata? Aquele peru bem gordão, que as pessoas tentam matar, mas não conseguem e então eles deixam o peru sobreviver? É com isso que você está parecendo”, falou (TORRES, 2020, destaque nosso).

Nessas três matérias jornalísticas, que fazem alusão às declarações públicas da rapper

¹ Disponível em: <https://portalpopline.com.br/azealia-banks-acusa-beyonce-ela-sempre-tenta-roubar-de-mulheres-talentosas/>. Acesso em: 17 mai. 2021.

Azealia Banks sobre artistas como Zayn Malik, Beyoncé e Lana Del Rey, respectivamente, podemos observar a construção discursiva de um franco falar, da prática de parresía nos discursos de Banks ao se portar sobre questões envolvendo os três referidos artistas.

No caso de Malik, a rapper postou um comentário em uma de suas fotos, em que expunha sua posição sobre a imagem do artista que, para Banks, “passa essa coisa de homem trans”. Em se tratando das declarações sobre Beyoncé, Azealia Banks teria acusado sua ex-coreógrafa de roubar a coreografia de sua música “Count Countessa”, além de ter caracterizado as performances de Beyoncé, consideradas por Banks como sendo “mais do mesmo”, entre outros dizeres publicados pela rapper sobre a artista.

No que se refere à cantora Lana Del Rey, a matéria publicada pelo portal *POPline* faz alusão às declarações públicas de Banks sobre o corpo de Del Rey, produzidas quando Azealia Banks compartilhou em suas redes sociais fotografias de Lana Del Rey seguidas de comentários sobre o seu corpo, onde podemos ler comentários como “você está horrível”, “parece um peru gordo”, o que demonstra que o seu discurso foi endereçado, diretamente, à Lana Del Rey. Logo, podemos observar em seu dizer marcas expressas de discurso de ódio, com características explícitas de transfobia, gordofobia e racismo.

Apontamos para o caráter discriminatório desse falar franco, esse dizer que está na contramão da ordem discursiva que prega o respeito à diversidade de gêneros, de biotipos; sendo estas falas carregadas de discurso de ódio. Segundo Silva *et al.* (2011, p. 447):

O discurso de ódio compõe-se de dois elementos básicos: discriminação e externalidade. É uma manifestação segregacionista, baseada na dicotomia superior (emissor) e inferior (atingido) e, como manifestação que é, passa a existir quando é dada a conhecer por outrem que não o próprio autor [...] A existência do discurso de ódio, assim toda expressão discursiva, exige a transposição de ideias do plano mental (abstrato) para o plano fático (concreto). Discurso não externado é pensamento, emoção, o ódio sem o discurso; e não causa dano algum a quem porventura possa ser seu alvo, já que a ideia permanece na mente de seu autor. Para esse caso, é inconcebível a intervenção jurídica, pois a todos é livre o pensar.

Uma vez que Banks produz enunciados que se configuram como sendo discursos de ódio e os veicula nas redes sociais, ela atinge não apenas as pessoas às quais se dirigem esses enunciados, mas outras pessoas que se identificam com as vítimas dos discursos de ódio. Torna-se uma onda de ódio na internet, pois esses discursos são compartilhados de forma

instantânea, espalham-se, incitam a produção de outros discursos. E, sobre este aspecto, Silva *et. al.* (2011, p. 449) nos permite pensar que:

Quando uma pessoa dirige um discurso de ódio a outra, a dignidade é vulnerada em sua dimensão intersubjetiva, no respeito que cada ser humano deve ao outro. Mas não só isso. No caso do discurso odioso, vai-se além: é atacada a dignidade de todo um grupo social, não apenas a de um indivíduo. Mesmo que este indivíduo tenha sido diretamente atingido, aqueles que compartilham a característica ensejadora da discriminação, ao entrarem em contato com o discurso odioso, compartilham a situação de violação. Produz-se o que se chama de vitimização difusa. Não se afigura possível distinguir quem, nominal e numericamente, são as vítimas. Aquilo que se sabe é que há pessoas atingidas e que tal se dá por conta de seu pertencimento a um determinado grupo social.

Sobre a relação que se estabelece entre aquele que pratica a *parresía* e aquele a quem a verdade é endereçada, Foucault (2011, p. 14) salienta que:

A *parresía* estabelece, portanto, entre aquele que fala e o que ele diz um vínculo forte, necessário, constitutivo, mas abre sob a forma do risco o vínculo entre aquele que fala e aquele a quem ele se endereça. Porque, afinal de contas, aquele a quem ele se endereça sempre pode não acolher o que lhe é dito. Ele pode [sentir]-se ofendido, pode rejeitar o que lhe dizem e pode, finalmente, punir ou se vingar daquele que lhe disse a verdade.

No caso das declarações sobre Zayn Malik, Beyoncé e Lana Del Rey, esse vínculo constitutivo, do qual nos fala Foucault (2011), foi posto em risco, pelo fato de que todas as pessoas referidas por Banks fazem parte, como ela mesma, da indústria da música pop internacional, e, como nos lembra o mesmo autor, aquele a quem o discurso *parresiasta* se endereça pode se sentir ofendido e pode rejeitar aquilo que lhe dizem, podendo, inclusive, se vingar de alguma forma. Sobre este aspecto, apresentamos outra matéria em que a cantora Lana Del Rey responde às declarações públicas de Azealia Banks, notadamente, após Del Rey ter criticado o cantor Kanye West por ter apoiado Donald Trump.

Em matéria publicada no portal PapelPop, intitulada “Lana Del Rey responde Azealia Banks: ‘você poderia ter sido uma das maiores rappers’”, publicada em 10 de outubro de 2018, assinada por Ana Reis, é dito que:

No começo do mês, Lana deu um pequeno sermão no Kanye West após o cantor apoiar e defender o governo Trump em seu Instagram, e Azealia Banks ficou pistola com a cantora de Venice Bitch por ter criticado o

rapper, alegando que “parece a típica mulher branca pegando um alvo fraco pra fingir ser uma aliada”. Com isso dito, Lana respondeu ontem (09) à noite os tweets da Azealia e só colocou mais lenha na fogueira. Vem ver: “Fala na minha cara. Mas se eu fosse você – eu não iria”. “Eu não vou mandar você se foder. Ponto.” “Banks, você poderia ter sido uma das maiores e melhores rappers femininas vivas, mas você estragou tudo. Não desconte na única pessoa que te defendeu”. E, claro, Azealia viu isso e foi logo responder debochando de Lana: “Vamos falar sobre exercício para os braços, hoje. Isso é um exemplo de mulheres brancas envelhecendo que fizeram plásticas na cara e nada em seu corpo (onde precisava mais)”. “Primeiro, nós precisamos falar com seu cirurgião que fez seu nariz arrebicado de Michael Jackson e pedir para que melhore esses franguinhos. Depois precisamos ir ao Instagram e investir em um treinador de cintura.” Primeiro passo. Coloque seus braços de lado e respire profundamente.” Depois, a baixaria só despencou ainda mais, que nem vale a pena colocar aqui, né? Mas calma, Lana respondeu de novo a rapper com o seguinte: “Eu vou te mandar o número do meu cirurgião e de um bom psiquiatra que eu conheço em Los Angeles – seus remédios psicoterápicos não estão funcionando.” GENTE!!! Azealia ainda ameaçou de levar isso na Justiça com um processinho, e Lana, por fim, disse: “Diga a ele que é uma promessa, não uma ameaça” (REIS, 2018, *online*, aspas nossas).

Como podemos observar nesta matéria, a cantora Lana Del Rey rejeitou publicamente as opiniões de Azealia Banks, se sentiu ofendida, e rebateu as declarações dizendo, em suas redes sociais: “Banks, você poderia ter sido uma das maiores e melhores rappers femininas vivas, mas você estragou tudo”. E complementou: “Eu vou te mandar o número do meu cirurgião e de um bom psiquiatra que eu conheço em Los Angeles – seus remédios psicoterápicos não estão funcionando”.

O que podemos observar nessas matérias referentes às declarações públicas de Azealia Banks é a produção discursiva da rapper estadunidense marcada expressamente pela prática da *parresía*, pois, como nos explica Foucault (2011, p. 13), “a *parresía* é, portanto, em duas palavras, a coragem da verdade naquele que fala e assume o risco de dizer, a despeito de tudo, toda a verdade que pensa”, de forma direta, endereçada, franca.

Mesmo aproximando-se da figura do *parresiasta* da qual nos fala o filósofo francês, os discursos de ódio de Banks produzem efeitos de sentido marcados por racismo explícito, gordofobia, transfobia, xenofobia, entre outras questões que deveriam ser combatidas, sobretudo, por uma cantora de rap, negra, nascida nos Estados Unidos. Seus discursos apontam para um lugar de sujeito que ocupa uma posição de superioridade, com um discurso supremacista, que se propõe a julgar o outro em termos de opiniões, posicionamentos, estilo, gênero, corpo, entre outras questões. Trata-se de discursos de ódio que são proferidos,

endereçados ao outro, e que são respondidos de forma combativa – mas, às vezes, geram respostas que se configuram, também, como outros discursos de ódio, alimentando a produção discursiva de ódio na internet.

Conclusão

Em tempos de produção discursiva na internet, especialmente, em redes sociais, são vários os artistas e celebridades do mundo que criam e usam seus perfis públicos para fazer declarações sobre questões do mundo, envolvendo acontecimentos históricos, discussões políticas, sociais, econômicas, éticas, estéticas etc.

Neste artigo, discutimos o caso da produção discursiva da rapper estadunidense Azealia Banks que, embora ocupe reconhecidamente um lugar de destaque na indústria fonográfica, é mais referenciada na mídia por seus envolvimento em “polêmicas”, “brigas” e “tretas” do que, propriamente, por seu trabalho musical. Em suas declarações públicas em redes sociais como Twitter, Instagram e Facebook, a artista estadunidense já fez inúmeras declarações públicas sobre diversas questões do mundo, endereçando as suas opiniões para outros sujeitos conhecidos internacionalmente, de quem são exemplos os artistas referenciados neste artigo, como Beyoncé, Zayn Malik, Lana Del Rey, Anitta, além de personalidades mundialmente conhecidas, como a apresentadora Wendy Williams e a cantora Rihanna.

Conforme nos explica Foucault (2011, p. 12), para que se possa falar na existência da parresía é necessário que, no ato de se dizer a verdade, exista “primeiro, manifestação de um vínculo fundamental entre a verdade dita e o pensamento de quem a disse; [segundo], questionamento do vínculo entre os dois interlocutores (o que diz a verdade e aquele a quem essa verdade é endereçada)”. Como discutimos ao longo deste artigo, os enunciados produzidos por Azealia Banks sobre outros artistas apresentam marcas de parresía, marcas de um franco falar. Expressam, claramente, a sua posição sobre o outro, em que a artista se vale de um vínculo estabelecido com outros artistas que fazem parte da indústria musical, assim como ela, para endereçar as suas perspectivas e avaliação sobre aspectos de suas vidas, que são veiculados na internet e ganham repercussão instantânea em outras mídias, como nos jornais, nas rádios e nas emissoras de televisão.

Os discursos analisados neste artigo, referidos comumente na mídia como sendo declarações polêmicas da artista – quando, de modo específico, tratam-se de discursos de

ódio – a aproximam da figura do parresiasta, pois, de acordo com Foucault, “o parresiasta [...] será o dizedor corajoso de uma verdade em que ele arrisca a si mesmo e sua relação com o outro” (FOUCAULT, 2011, p. 14). Figura de reconhecido talento e sucesso, a rapper Azealia Banks, ao praticar o seu franco-falar, endereçando as suas opiniões aos outros de forma direta, como se manda um rap, oportuniza a objetivação da postura de um parresiasta e, com isso, põe em risco a sua própria imagem enquanto artista.

Os discursos de Banks tensionam o seu elo com a indústria musical, bem como sua relação com outros artistas com quem divide espaço no interior da cena musical pop, uma vez que a artista enuncia não apenas as suas convicções subjetivas, mas, diga-se de modo enfático, opiniões carregadas de racismo, transfobia, xenofobia, gordofobia, entre outras questões que devem, a partir dos efeitos de segregação e preconceito que evidenciam, ser encaradas de forma crítica e combatidas no tempo presente.

Referências

ASSUMPCÃO, Guilherme. Malik é atacado por Azealia Banks e cantora é acusada de transfobia. *PureBreak*, 2016. Disponível em: <https://www.purebreak.com.br/noticias/zayn-malik-e-atacado-por-azealia-banks-e-cantora-e-acusada-de-transfobia-entenda/39465#:~:text=Zayn%20Malik%20C3%A9%20atacado%20por,Entenda!>. Acesso em: 17 maio 2021.

AZEALIA Banks tem conta no Twitter suspensa após briga com brasileiros. *Portal G1*, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/musica/noticia/azealia-banks-tem-conta-no-twitter-suspensa-apos-briga-com-brasileiros.ghtml>. Acesso em: 17 maio 2021.

FERNANDES, Cleudemar. *Discurso e sujeito em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2012.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?*. Tradução de José A. Bragança de Miranda e António Fernando Cascais. Lisboa: Passagem, 1992.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *A Coragem da Verdade - O governo de si e dos outros II: curso no Collège de France (1983-1984)*. 1 ed. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

FRANÇOZA, Douglas. Azealia Banks volta a criticar Anitta e fãs brasileiros por ofuscarem artistas negras. *Portal POPline*, 2020. Disponível em: <https://portalpopline.com.br/azealia->

banks-volta-a-criticar-anitta-e-fas-brasileiros-por-ofuscarem-artistas-negras/. Acesso em: 17 mai. 2021.

LADY Gaga diz que Trump incita terrorismo e pede impeachment. *Estadão*, 2021. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/noticias/gente,lady-gaga-diz-que-trump-incita-terrorismo-e-pede-impeachment,70003575056>. Acesso em: 17 maio 2021.

LADY Gaga nem é tão boa, diz Donald Trump após cantora apresentar discurso pró-Biden. *VOGUE*, 2020. Disponível em: <https://vogue.globo.com/celebridade/noticia/2020/11/lady-gaga-nem-e-tao-boa-diz-donald-trump-apos-cantora-apresentar-discurso-pro-biden.html>. Acesso em: 17 maio 2021.

NUNES, Caian. Azealia Banks acusa Beyoncé: “ela sempre tenta roubar de mulheres talentosas”. *Portal POPline*, 2018. Disponível em: <https://portalpopline.com.br/azealia-banks-acusa-beyonce-ela-sempre-tenta-roubar-de-mulheres-talentosas/>. Acesso em: 17 maio 2021.

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 7 ed. Campinas – SP: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*. Campinas: Pontes, 1988.

REIS, Ana. Lana Del Rey responde Azealia Banks. *PapelPop*, 2018. Disponível em: <https://www.papelpop.com/2018/10/lana-del-rey-responde-azealia-banks-voce-poderia-ter-sido-uma-das-maiores-rappers/>. Acesso em 17 maio 2021.

SILVA, R. L.; NICHEL, A.; MARTINS, A. C. L.; BORCHARDT, C. K. *Discursos de ódio em redes sociais: jurisprudência brasileira*. Revista Direito GV, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 445-468, 2011.

TORRES, Leonardo. Azealia Banks ataca Lana Del Rey. *Portal POPline*, 2020. Disponível em: <https://portalpopline.com.br/azealia-banks-ataca-lana-del-rey-vadia-garota-gorda-2/>. Acesso em: 17 maio 2021.

¹ Graduado em Letras e Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Estudante de Moda no Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3365036460718914>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8864-5126>
E-mail: marcelinogomes_@outlook.com



ARTIGO

O DISCURSO DA REMIÇÃO DA PENA PELA LEITURA

THE DISCOURSE ABOUT THE REMISSION OF THE PENALTY BY READING

Francine Mendesⁱ

Eric Duarte Ferreiraⁱⁱ

Universidade Federal da Fronteira - Campus Chapecó (UFFS)

Resumo: Neste trabalho, buscamos analisar e descrever como se constrói o discurso de juristas acerca da leitura como possível mecanismo de auxílio na ressocialização de reeducandos. O aporte teórico tem como base a teoria da Análise do Discurso de viés francês, bem como as obras de Eni Puccinelli Orlandi (2009, 2012) e Michel Foucault (2013). A partir disso foram selecionados dois artigos de autoria de juristas nos quais foram examinadas as formações ideológicas que dão sentido ao discurso e determinam o parecer sobre a leitura. O número reduzido de pesquisas e trabalhos acadêmicos referente ao tema da ressocialização, principalmente em áreas que não estão diretamente ligadas ao Direito, reafirma a importância desta pesquisa no sentido de proporcionar a pesquisadores interessados no assunto a ampliação do acesso a fontes bibliográficas. Além disso, objetiva-se contribuir na fomentação do debate acerca da temática, utilizando-se da interdisciplinaridade que o tema proporciona.

Palavras-chave: Leitura. Discurso. Cárcere.

Abstract: In this work, we seek to analyze and to describe how the discourse of jurists about reading is constructed as a feasible mechanism to help in the resocialization of the people sentenced to a term of imprisonment. The theoretical contribution is based on the works of Eni Puccinelli Orlandi (2009, 2012) and Michel Foucault (2013). From that, two articles authored by jurists were selected, in which the ideological formations that give meaning to discourse and determine the opinion about reading were examined. The reduced number of researches and academic papers on resocialization, especially in areas that are not directly linked to law, reaffirms the importance of this research when it comes to providing researchers that are interested in the subject with increased access to bibliographic sources. In addition, the goal of this work is to contribute to the promotion of the debate surrounding the topic, using the interdisciplinarity that the subject provides.

Keywords: Reading. Discourse. Prison.

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar o discurso de juristas acerca da leitura como ferramenta da remição da pena e possível mecanismo de auxílio na ressocialização de reeducandos¹. A remição é o direito do reeducando ao abatimento no tempo da pena a partir da realização de atividades laborais ou de estudo.

A remição de pena através do trabalho está, na maioria das vezes, ligada a serviços de costura, limpeza e cozinha, que podem ser desenvolvidos dentro do complexo penitenciário – no caso de regime fechado – ou fora da prisão para os indivíduos em regime semiaberto. A remição pela educação permite que o indivíduo em privação de liberdade se alfabetize ou curse a educação básica ou, ainda, o ensino superior.

A remição é aplicável em todo o território nacional, mas é importante ressaltar que essa modalidade de execução varia de comarca para comarca. No caso da remição pela leitura, a possibilidade de diminuição do tempo de confinamento acontece a partir da leitura de obras literárias, previamente selecionadas por uma comissão responsável pela execução do projeto, que atua dentro das prisões.

Os reeducandos, segundo a portaria, poderão aderir de forma voluntária ao projeto e contarão com auxílio de profissionais da área da educação e assistência social para a realização de oficinas de leitura e discussão sobre as obras lidas. O participante terá 30 dias para ler a obra escolhida, após o que deverá responder questionário e elaborar resenha sobre o livro. (CNJ, 2016, s/p).

Ainda segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2016, s/p), “o reeducando fará jus a quatro dias de remição por obra lida e, ao final de um ano, poderá resgatar até 48 dias da pena”. Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) emitiu a Recomendação nº 44, na qual salienta a importância de projetos destinados à leitura dentro das penitenciárias. Esses projetos são de responsabilidade dos governos estaduais ou federal e estão destinados prioritariamente às pessoas em situação de privação de liberdade que não realizam atividades laborais nem estão no ensino regular. Especifica-se, desta maneira, a distinção entre a remição pelo estudo e a remição pela leitura: enquanto a primeira refere-se a reeducandos que estão concluindo o ensino fundamental, médio ou superior, a segunda destina-se àqueles que estão ociosos, configurando-se como mais uma opção de ressocialização e/ou de abreviação do tempo de clausura.

O *corpus* deste trabalho é composto por dois artigos, o primeiro: *Remição de pena pela*

¹Neste trabalho, adotamos o termo *reeducandos* para referência às pessoas em contexto de privação de liberdade que cumprem pena em complexos prisionais brasileiros.

leitura, de autoria de Adriana Valéria Ponchirolli² faz parte do acervo online da editora *Lex Magister*, responsável por difundir material jurídico. Já o segundo trabalho, intitulado *Remição de pena pela leitura*, de autoria de Ariane de Moraes Araujo³ e de Vitor Monacelli Fachinetti Junior⁴, é encontrado na *Jusbrasil*, que trata-se de um site onde é possível acompanhar o andamento de processos e realizar leitura e estudos na área do direito e afins. A partir disso, nos dedicaremos ao tratamento da leitura em documentos oficiais como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Recomendação nº 44, de novembro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O aporte teórico tem como base a teoria francesa da Análise do Discurso, que toma o discurso como objeto de estudo: “Em outras palavras, na perspectiva discursiva, a linguagem é linguagem porque faz sentido. E a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história.” (ORLANDI, 2009, p. 25). As obras basilares para a realização das análises e também para a contextualização da teoria serão: *Análise do Discurso – Princípios & Procedimentos* (2009) e *Discurso e leitura* (2012), de Eni Orlandi, bem como *Vigiar e Punir* (2013), de Michel Foucault.

1 A remição de pena no Brasil

Segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), com relatório divulgado em 2015, além da superlotação das penitenciárias, a população carcerária é, em grande parte, reincidente. A investigação toma por reincidência a seguinte definição:

Esta pesquisa ocupa-se da reincidência em sua concepção estritamente legal, aplicável apenas aos casos em que há condenações de um indivíduo em diferentes ações penais, ocasionadas por fatores diversos, desde que a diferença entre o cumprimento de uma pena e a determinação de uma nova sentença seja inferior a cinco anos [...] (BRASIL, 2015, p. 7).

Outro dado relevante da mesma pesquisa é o perfil desse cidadão que está cumprindo pena novamente. Uma das características apontadas na construção desse perfil é a formação escolar desse indivíduo:

²Advogada especialista em Direito Penal e Processual Penal e professora da Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel – de Amparo ao Preso (Funap).

³Bacharela em Direito pela Universidade de Mogi das Cruzes, SP.

⁴Advogado, doutorando e mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), além de membro do Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo e da Comissão de Ensino Jurídico da OAB/SP.

De acordo com dados do Censo de 2010, o Brasil possui uma taxa de analfabetismo de 9,6% na população com 15 anos ou mais. Contudo, na amostra geral de apenados, os sem instrução ou com ensino fundamental perfazem 75,1% do total, proporção que é ainda mais contundente entre os reincidentes, nos quais 80,3% da amostra encontram-se nessa categoria. (BRASIL, 2015, p. 25).

A remição de pena passou a fazer parte da Lei de Execução Penal (LEP) ainda na década de 80, durante o último governo do período militar:

No Brasil, o instituto da remição de pena iniciou-se com a previsão na Lei de Execução Penal (LEP\84) pelo trabalho. Concebido como instrumento de ação política, com legitimidade jurídica, pelo poder executivo durante o governo Figueiredo (1979-1985), ainda em período ditatorial, com a promulgação da Lei de Execução Penal nº 7.210/84,7 dispondo em seu texto original, artigo 126, que “o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir pelo trabalho, parte do tempo de execução penal”. A contagem do tempo seria a cada três dias de trabalho por um de pena remido. (TORRES, 2017, p.38).

A partir dos anos 90, com a superlotação dos presídios e o fortalecimento de grupos do crime organizado, como o Comando Vermelho (CV) e Primeiro Comando da Capital (PCC), o poder público passou a ter um olhar mais preocupado para com os encarcerados. O debate sobre possíveis instrumentos de ressocialização tornaram-se recorrentes, e, entre esses instrumentos, a educação surgiu como uma das possibilidades.

No Brasil, o processo de institucionalização da remição pela educação decorreu, primeiramente, do entendimento de alguns juízes, responsáveis pelas varas de execução penal em distintas comarcas e estados da federação, por exemplo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. No caso do Rio Grande do Sul, o professor Roberto da Silva relata que a remição pelo estudo teve início nos anos de 1990, a partir da compreensão de alguns membros do poder judiciário e do Ministério Público de que seria possível estabelecer analogia entre a remição pelo trabalho [...] (TORRES, 2017, p.38-39).

No entanto, somente mais de 10 anos depois a remição pela educação se tornou uma lei. Até esse período era uma medida passível da interpretação de cada juiz. O direito à remição da pena para cidadãos em cumprimento de regime fechado ou semiaberto foi promulgado através da Lei nº 12.433, de 2011, e nela consta o direito a quem está privado de liberdade de remir sua pena através do estudo ou do trabalho. Após dois anos, em 2013, o então ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, assinou a Recomendação nº44 de 26/11/2013, na qual fica estabelecido que é necessário:

V - Estimular, no âmbito das unidades prisionais estaduais e federais, como forma de atividade complementar, a remição pela leitura, notadamente para apenados aos quais não sejam assegurados os direitos ao trabalho, educação e qualificação profissional [...] (BRASIL, 2013, s/p).

Para o desenvolvimento do projeto da remição de pena pela leitura, foram estabelecidas normas a serem cumpridas, tais como: o reeducando deve desenvolver as atividades de forma voluntária e não pode estar em programas de remição pelo trabalho ou pelo estudo. A unidade prisional que aderir ao projeto deve contar com uma biblioteca que contenha em seu acervo as obras que foram previamente selecionadas para a leitura, sendo que a elaboração e aplicabilidade do projeto ficam a cargo de uma comissão que atua dentro da prisão.

As obras selecionadas são clássicos da literatura brasileira e mundial, de autores como: Érico Veríssimo, George Orwell, Machado de Assis e Saint-Exupéry. Segundo a advogada da Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel – de Amparo ao Preso (Funap), Adriana Valéria Ponchirolli, os livros mais lidos pelos reeducandos entre 2015 e 2016 foram:

Entre os diversos títulos oferecidos e lidos em 2015 e 2016 estão *A metamorfose* (Franz Kafka), *Festa no Covil* (Juan Pablo Villalobos), *Revolução dos bichos* (George Orwell), *Persépolis* (Marjane Satrapi), *Dois irmãos* (Milton Hatoum), *O menino do pijama listrado* (John Boyne), *A Cabeça do santo* (Socorro Acioli), *O Ateneu* (Raul Pompeia), *A Cabana* (William P. Yong), *Nunca Desista de Seus Sonhos* (Augusto Cury), *A Escolha* (Kiera Cass), *O Vendedor de Sonhos* (Augusto Cury), *O Pequeno Príncipe* (Antoine de Saint -Exupéry), *Cada homem é uma raça* (Mia Couto), *Estrela Amarela* (Jennifer Roy), *A sociedade da neve* (Pablo Vierci), *Memórias do Cárcere* (Graciliano Ramos), *A menina que roubava livros* (Markus Zusak), *O caçador de pipas* (Khaled Hosseini), *O futuro da humanidade* (Augusto Cury), *Os espiões* (Luis Fernando Veríssimo), dentre outros. (PONCHIROLLI, s/d, s/p. grifos nossos).

O critério para a seleção das obras é a disponibilidade e a variedade encontrada na biblioteca da unidade prisional. A leitura no contexto de privação de liberdade se difere do hábito de ler ao qual estamos habituados, deixa de ser uma prática espontânea e passa ao mecanicismo, de modo que, este sujeito, não tem a liberdade de tempo para destinar aos livros, tão pouco de escolher a obra que irá ler, a leitura, portanto, adquire novos sentidos.

2 A Leitura

A noção de leitura pode ter diferentes sentidos, dependendo da condição e do papel que ela está ocupando, pode ser na literatura, em documentos oficiais ou em campos teóricos, como

a Análise do Discurso. Assim, pode-se trabalhar com a leitura como uma ferramenta de resgate da dignidade humana se pensarmos nela como um requisito básico para viver de maneira digna na sociedade contemporânea. Na versão virtual do Dicionário Aurélio, temos a leitura definida como: “o que se lê. Arte ou ato de ler. Conjunto de conhecimentos adquiridos com a leitura. Maneira de interpretar um conjunto de informações. Registro da mediação feita por um instrumento. Decodificação de dados a partir de determinado suporte.” (AURÉLIO, 2018, online).

Nos documentos oficiais o sentido de leitura é construído de maneira pragmática, a fim de demarcar naquele espaço específico o seu papel e a sua função. A educação básica no Brasil é regida por um documento que regulamenta e organiza o sistema de ensino no país, a Lei de Diretrizes e Base (LDB). Nesse documento, a palavra leitura aparece uma única vez, na Seção III – que trata do Ensino Fundamental – e refere-se ao objetivo básico desta etapa escolar: “I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.” (BRASIL, 2016, p. 14).

A fim de democratizar e padronizar o conteúdo trabalhado na educação básica, o governo federal elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que são separados por disciplinas e etapas (séries iniciais, ensino fundamental e ensino médio). Na perspectiva dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental, a leitura é tratada como uma ferramenta que auxilia na formação de um bom escritor. Em outras palavras, o documento parte do princípio de que se o estudante é um leitor ávido, conseqüentemente virá a ser um sujeito que desenvolverá de maneira satisfatória a habilidade da escrita.

Na Recomendação nº 44 de 2013, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a leitura é trazida como atividade de complementação, ou seja, não há um caráter de definição específico para ela, mas sim uma metodologia a ser aplicada na execução do exercício de ler. O documento aconselha que a leitura seja mais uma possibilidade de remição, além das que já estavam em vigor.

Na perspectiva da Análise do Discurso, a leitura tem um sentido polissêmico. Para Orlandi (2012, p. 10), a leitura “[...] não é uma questão de tudo ou nada, é uma questão de natureza, de condições, de modos de relação, de trabalho, de produção de sentidos, em uma palavra: de historicidade”. O sujeito vinculado a uma ideologia, ao fazer a leitura, ressignifica o texto, fazendo do ato de ler, portanto, um processo cíclico de interação social e reconstrução de sentidos.

O ato mecanizado de ler, apenas decodificando signos linguísticos não faz parte do

sentido de leitura para a AD. Para Orlandi (2012) “[...] a leitura é uma questão linguística, pedagógica e social ao mesmo tempo. Embora, cada especialista a encare em sua perspectiva, a postura crítica está em não absolutizar essa perspectiva pela qual se observa o fato” (ORLANDI, 2012, p. 45).

Imerso nesta dinâmica da leitura, aparece a figura do sujeito-leitor. Esse sujeito que tem sua memória discursiva e de leitura, que é atravessado por uma ideologia, infere sobre a leitura diferentes significados. O leque de sentidos que podem ser atribuídos na leitura que esse sujeito faz é amplo, mas não infundo. Orlandi (2012, p. 67) afirma que “no entanto, ambigualmente, há uma espécie de imposição exercida de fora para que ele atribua vários (mas apenas alguns) sentidos e não outros”. Desse modo, a relação leitura e sujeito-leitor constitui-se de uma interação, que tem seu sentido criado no atravessamento ideológico que esse sujeito faz ao ter contato com o texto. As especificidades do contexto no qual esse sujeito-leitor está imerso, faz com que seja necessária uma descrição da conjuntura em que ele vive. Compreender de qual maneira o cárcere no Brasil estabelece a relação com a noção de punição, e como vê na leitura uma possibilidade de possível ressocialização do reeducando.

3 A cultura punitiva e o cárcere no Brasil

Nas primeiras páginas de *Vigiar e Punir*, Michel Foucault, relata o suplício do jovem francês Robert-François Damiens, que foi acusado de atentar contra a vida do Rei Luís XV. Damiens foi o último condenado a sofrer o suplício. Essa prática expunha o condenado a um ritual de tortura que era exibido para todos que quisessem assistir.

[...] Em cumprimento da sentença, tudo foi reduzido a cinzas. O último pedaço encontrado nas brasas só acabou de se consumir às dez e meia da noite. Os pedaços de carne e o tronco permaneceram cerca de quatro horas ardendo. Os oficiais, entre os quais me encontrava, eu e meu filho, com alguns arqueiros formados em destacamento, permanecemos no local até mais ou menos onze horas. (FOUCAULT, 2013, p. 11).

O suplício acabou sendo abolido das práticas punitivas, começava a se desenhar o perfil punitivo que conhecemos hoje. A privação da liberdade e o controle do tempo do encarcerado entraram em uso.

[...] em algumas dezenas de anos, desapareceu o corpo supliciado, esquartejado, amputado, marcado simbolicamente no rosto ou no ombro, exposto vivo ou morto, dado como espetáculo. Desapareceu o corpo como

alvo principal da repressão penal. (FOUCAULT, 2013, p. 13).

O Estado necessita de um mecanismo para manter sua hegemonia, o sistema se reinventa à medida que os valores éticos e morais da sociedade mudam. Quando o suplício passou a ser considerado uma barbárie, o Estado precisou criar outra ferramenta de punição, para o cidadão que não se adequa às normas da sociedade em que está imerso. A ideia de privar um cidadão da liberdade como forma de punição por infringir uma lei, parece menos bárbara do que esquartejá-lo em praça pública ou tirar sua vida (de maneira literal).

Prendê-lo em uma cela junto a dezenas de outras pessoas, controlar seu tempo, sua rotina, sua dieta, seu corpo, tornaram-se práticas punitivas mais adequadas à moral e à ética da sociedade contemporânea. O Estado descobre no corpo um instrumento de poder, controlar um corpo, em alguns casos, torna-se mais interessante do que extingui-lo. Esses corpos tornam-se aquilo que Foucault chamaria de “corpos dóceis”.

Houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo – ao corpo que se manipula, modela-se, treina-se, que obedece, responde, torna-se hábil ou cuja forças se multiplicam. (FOUCAULT, 2013, p. 132).

Ao refletirmos sobre o cenário do sistema penitenciário brasileiro, entre notícias de rebeliões, superlotação, debates sobre a privatização dos presídios, nos cabe muito bem o texto de Beccaria, que apesar de ter sido escrito no século XVIII, ainda é atual:

É porque o sistema atual da jurisprudência criminal apresenta aos nossos espíritos a ideia da força e do poder, em lugar da justiça; é porque se lançam, indistintamente, na mesma masmorra, o inocente suspeito e o criminoso convicto; é porque a prisão, entre nós, é antes um suplício que um meio de deter um acusado [...] (BECCARIA, 2001, s/p).

Segundo um relatório do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), com dados divulgados em 2017, a população carcerária no Brasil corresponde a cerca de 726.712 pessoas. A pesquisa revela ainda que: Em relação ao número de vagas, observamos um déficit total de 358.663 mil vagas e uma taxa de ocupação média de 197,4% em todo o país, cenário também agravado em relação ao último levantamento disponível. (BRASIL, 2017).

O encarceramento em massa no país se deve a vários fatores: especulação da iniciativa privada, fracasso da guerra antidrogas, lentidão no julgamento. As pessoas ficam anos em privação de liberdade à espera de um julgamento. A Anistia Internacional – órgão não

governamental (ONG), com atuação no mundo todo – já se manifestou mais de uma vez sobre as condições do sistema penitenciário brasileiro. Sobre a situação dos encarcerados, a ONG publicou uma nota, em janeiro de 2017, que relata alguns dos problemas recorrentes nas prisões:

[...] o Mecanismo Nacional encontra diversos tipos de problemas nas unidades prisionais, como superlotação, deficiência no acesso à saúde, precariedade de infraestrutura, falta de acesso à justiça, alimentação inadequada, escassez de atividades de trabalho e educacionais, parca assistência material, realização de revistas vexatórias tanto em pessoas privadas de liberdade quanto em seus familiares. (ANISTIA INTERNACIONAL, 2017, s/p).

O sistema penitenciário brasileiro vem sendo manchete no mundo há muito tempo, e nunca como uma referência positiva. Entre governos jocosos, liberais e progressistas, o sistema penitenciário segue sem uma perspectiva de mudança. A ideia de que segurança pública é equivalente ao número de pessoas encarceradas, não faz sentido, uma vez que esse número aumenta dia após dia. As políticas públicas, como a remição de pena, poderiam ser uma solução ou seria uma medida paliativa? A punição tem de estar necessariamente ligada ao cárcere? Na sociedade contemporânea o tempo ocioso é visto como uma recompensa pelo tempo trabalhado. Trabalha-se o montante de onze meses para que se possa descansar trinta dias, e deste modo, a hipótese de que seja atribuído o status laboral à leitura converge para o intuito deste trabalho que é, portanto, o de investigar como se estabelece a cultura do trabalho ao longo da história e também nos tempos atuais.

4 A cultura do trabalho

Segundo o catolicismo, Deus criou o mundo em seis dias, durante seis dias, trabalhou, e como recompensa por seu trabalho, descansou no sétimo dia. Da sociedade feudal à contemporânea, passando pela escravista, o trabalho ocupa um lugar fundamental na engrenagem que movimenta qualquer sistema social e econômico. Sendo para a subsistência, como escravo, ou vendendo seu tempo, o homem trabalha desde que começou a viver em sociedade.

Na Mitologia Grega encontramos *Os Dozes Trabalhos de Hércules*, história que se perpetuou através do tempo e conta como o semideus desenvolveu árduas tarefas. Monumentos históricos e pontos turísticos da sociedade contemporânea, como o Coliseu, em Roma, e as pirâmides, no Egito, foram resultado de anos de trabalho braçal, executado muito provavelmente por escravos.

A Mitologia Grega, rica em exemplos relativos às atividades dos deuses e dos mortais, fala das proezas gigantescas dos Cíclopes e Titãs e dos famosos Doze Trabalhos de Hércules. Ao lado dessas façanhas gloriosas, praticadas por deuses, semi-deuses e heróis (que ainda hoje são denominados “tarefas ciclópicas, titânicas, hérculeas”), as lendas gregas relatam tarefas comuns e rotineiras. (ORNELLAS; MONTEIRO, 2006, p. 553).

O trabalho muitas vezes atua como instrumento de tortura, se pensarmos nos campos de concentração, da Alemanha nazista, onde prisioneiros eram submetidos a rotinas exaustivas de trabalho forçado, em condições de extrema desumanidade. Antes disso, quando ainda havia guerras por disputas de territórios, o povo derrotado era submetido ao trabalho escravo, tendo, portanto, o trabalho um sentido de submissão e penitência.

Durante séculos, a sociedade manteve sua economia através do trabalho escravo. Pessoas passavam a vida trabalhando no campo, executando serviços domésticos e até sexuais, em troca de um lugar para dormir e um pouco de comida. O sujeito não era dono do seu tempo, tampouco do seu corpo, tudo era administrado por quem o tinha adquirido, tal como se adquire um produto.

No século XVIII, com o início da Revolução Industrial, na Inglaterra, que depois se estendeu para o resto do mundo, o papel social do trabalho sofreu modificações profundas. A inovação técnica e a máquina a vapor, geraram as produções em massa. Pequenos artesãos e agricultores foram sendo absorvidos pela industrialização e muitos passaram a vender sua força de trabalho para conseguir sobreviver.

A vantagem da atividade executada pelo trabalhador parcial da manufatura em relação ao trabalho executado pelo artesão, é que este perdia muito tempo, pois tinha que executar todas as operações na produção de um determinado produto, tinha que se movimentar muito para executar o seu trabalho, além de ter que trocar constantemente de instrumento de trabalho. Esta forma de executar o trabalho criava poros na jornada. Enquanto que o trabalhador parcial da manufatura se via obrigado a executar o dia inteiro a mesma operação, o mesmo movimento, reduzindo os poros do processo de trabalho. A forma de trabalho da manufatura aumentava a produtividade individual graças ao dispêndio crescente da força de trabalho em dado espaço de tempo. (SOUZA, 2016, s/p).

Com a consolidação do sistema capitalista, não havia mais a figura do artesão, lenhador ou pescador, trabalhando de acordo com a sua demanda e o seu tempo. As pessoas deixaram de exercer atividades para as quais tinham afinidade ou lhe davam algum tipo de prazer, e passaram a vender seu tempo, sua força de trabalho, nas indústrias, ou no campo. O tempo dedicado ao trabalho deixou de ser controlado pelo trabalhador e passou a ser administrado por quem o

compra.

As dinâmicas sociais e econômicas fazem com que o trabalho, desde a Roma Antiga, tenha uma divisão social. Cada profissão ocupa um lugar hierárquico na sociedade e goza de prestígios diferentes.

Na Antiguidade Clássica, tanto na Grécia em seu apogeu, por volta do século V A.C., quanto na Roma Imperial, o trabalho obedeceu a duas vertentes básicas: as elites dominantes ocupavam-se exclusivamente do trabalho intelectual, artístico, especulativo ou político. De outro lado, as funções consideradas subalternas por sua natureza rústica e penosa (“trabalho braçal”) eram desempenhadas pela mão de obra escrava, obtida nas guerras de conquista. Os vencidos eram transformados em escravos. (ORNELLAS; MONTEIRO, 2006, p. 552-553).

O trabalho passou a ser um aspecto ligado à dignidade humana, não apenas pela questão financeira, mas pelo tempo dedicado a ele. Assim como no primeiro livro da Bíblia Sagrada, o homem passou a trabalhar durante seis dias e descansar no sétimo. O tempo “ocioso” tornou-se motivo de vergonha. As atividades dirigidas ao prazer devem consumir uma porção muito menor do tempo que o trabalho.

É recorrente que o trabalho intelectual tenha seu sentido atribuído ao de uma função menos árdua, essa imagem foi construída a partir do valor que atribuímos ao que se é produzido. As atividades laborais que não são executadas com força braçal, e que estão ligadas à educação, por exemplo, dão um retorno social, de maneira não “palpável”. Percebemos em aspectos sociais e econômicos, na sociedade, através das mudanças de comportamento dos cidadãos, da descoberta de novos remédios e novas formas de cultivo. Porém, não se pode comercializar como se faz com alimentos ou peças de vestuário. Essa percepção faz com que, em alguns casos, esse tipo de trabalho não seja considerado como tendo a mesma natureza de outras atividades, já que seu produto não é imediato.

5 A Análise do Discurso

A Análise de Discurso (AD) é uma teoria vinculada à linguística, que trata dos estudos e análises acerca do discurso. Os estudos nessa linha de pesquisa tiveram início na França na década de 1960, com Michel Pêcheux. Ainda na França, Michel Foucault contribuiu com o desenvolvimento das reflexões acerca da teoria, com obras como *A Ordem do Discurso*. No Brasil, temos em Eni Puccinelli Orlandi uma das maiores referências em pesquisa na área da Análise de Discurso.

Apesar de estar vinculada aos estudos linguísticos, não é somente a linguagem que interessa a essa teoria, pois a AD é uma disciplina de entremeios, aplica-se a sua metodologia conceitos de outras áreas Orlandi (1996). A noção de que a língua é um sistema fechado e imutável não cabe a esses estudos. O foco das análises é o discurso, que se distingue também da noção de fala. Orlandi define essa distinção da seguinte maneira:

O discurso não corresponde à noção de fala pois não se trata de opô-lo à língua como sendo um sistema, onde tudo se mantém, com sua natureza social e suas constantes, sendo o discurso, como a fala, apenas uma ocorrência casual, individual, realização do sistema, fato histórico, a-sistemático, com suas variáveis etc. O discurso tem sua regularidade, tem seu funcionamento que é possível apreender se não opomos o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto. (ORLANDI, 2009, p. 22).

Equivocadamente, em alguns momentos, os resultados dos estudos acerca do discurso são confundidos com exercícios de simples interpretação de enunciados, mas a AD, no entanto, busca analisar o exercício de interpretação e a produção de sentido desses enunciados. Em relação à subjetividade que às vezes é atribuída à metodologia aplicada e aos resultados obtidos, Orlandi (2009, p. 26) defende que:

A Análise do Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma “chave” de interpretação. Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo teórico.

Há nos estudos em AD a noção de ideologia e sujeito e compreender essas noções é fundamental para o estudo da teoria de Análise de Discurso. A ideologia manifesta-se em todo e qualquer discurso, uma vez que é parte constitutiva da prática discursiva. O sujeito é a constituição da relação linguagem e história, e também da sua relação com o outro. Segundo Orlandi (2009, p. 46), “podemos começar a dizer que a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer.”

6 O sentido da *leitura* no discurso de juristas

A partir das noções que desenvolvemos durante este trabalho nos dedicaremos às análises dos artigos acerca da remição da pena pela leitura. O primeiro artigo é de Adriana Valéria Ponchirolli, que se encontra disponível na plataforma digital da editora *Lex Magister*.

Ponchirolli é advogada e professora da Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel – de Amparo ao Preso (Funap). O contexto em que o artigo encontra-se – a editora *Lex Magister* é especializada em material jurídico – e a posição da autora dão legitimidade às condições de produção do discurso. Para Orlandi (2009, p. 30), “o que são, pois as condições de produção? Elas compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação.”

A fim de facilitar a leitura e o entendimento deste trabalho, as análises serão feitas a partir de sequências discursivas (SD) extraídas dos artigos que compõem o *corpus* deste trabalho.

SD 01: Este trabalho pretende mostrar os motivos pelos quais a remição pela leitura, realizada por todos os encarcerados, deve ser incentivada como ferramenta primordial para o desenvolvimento de mecanismos de expressão, cognição e formação de caráter, exercendo importante papel no que se refere aos objetivos de reinserção no meio social, bem como, à ressocialização do, momentaneamente, encarcerado e sua sistematização nas dependências das unidades prisionais do Estado. (PONCHIROLLI, s/d, s/p).

A leitura deve ser um instrumento trabalhado para que esse reeducando desenvolva habilidades que pessoas que costumam ler possuem, como a maior facilidade em se expressar e interpretar. O sujeito, autor do artigo que é *corpus* deste trabalho, considera a leitura como “ferramenta primordial de formação de caráter”, partindo do pressuposto que toda a pessoa letrada possui uma consciência ética e moral. Essa inferência é legítima, uma vez que, historicamente, a leitura está ligada à retidão de caráter. A história, porém, nos faz lembrar também que pode haver exceções. Tivemos personagens importantes da história mundial que eram pessoas letradas e apreciadores das artes em geral e cometeram atrocidades.

SD 02: A leitura liberta, faz com que pensamentos atravessem as grades frias da clausura e da ignorância e viagem por onde quiserem, rompendo qualquer barreira. É por meio dela que o reeducando pode encontrar sua liberdade subjetiva e abreviar a objetiva, além de encontrar meios para seu aprimoramento intelectual e, quem sabe, moral. (PONCHIROLLI, s/d, s/p).

O sujeito continua a afirmar que o hábito da leitura é um “meio para seu aprimoramento intelectual e, *quem sabe*, moral” (grifo nosso), além de ampliar o seu sentido para, “é por meio dela que o reeducando pode encontrar sua liberdade”. A leitura, para o sujeito, pode ser também um instrumento com a simbologia de uma liberdade, que alimenta a esperança de uma mudança e de uma possível reinserção social. Quando o sujeito diz “as grades frias da clausura”, devemos inferir que, atuando como professora da Funap, possui um convívio estreito com o cotidiano do

cárcere. E, portanto, aparece a imagem da prisão como um local inóspito.

SD 03: A oportunidade da remição pela leitura vem atingir o objetivo precípua da utilização das horas vagas e ociosas dos encarcerados, em horas salutaras de aprendizagem, lembrando que a sua participação deverá ser sempre voluntária [...] (PONCHIROLLI, s/d, s/p).

Temos aqui a mesma construção da noção de trabalho na cultura da sociedade contemporânea. Apesar de nos dar a ideia de “voluntariedade”, o discurso é alicerçado na ideia de não haver “horas vagas e ociosas.” Assim como para quem está fora dos muros das prisões, todo o tempo deve ser preenchido por uma categoria de trabalho mesmo que “voluntariamente.” Essas horas ociosas seriam preenchidas por horas “salutaras de aprendizagem”, há a ideia de retorno, assim como os cidadãos que estão fora do cárcere tem o retorno financeiro pelo seu trabalho, o reeducando tem como retorno a aprendizagem e a redução do tempo de clausura.

SD 04: Tenhamos coragem de trabalhá-los e ajudá-los em sua recuperação, despertando neles o interesse pelo hábito salutar da leitura, de forma a agregar valores éticos e morais à sua formação. (PONCHIROLLI, s/d, s/p).

É interessante analisar o funcionamento do verbo “trabalhá-los”, que nos dá o sentido de que os reeducandos devem ser moldados, assim como se trabalha a argila, por exemplo. A leitura tem seu sentido atribuído ao de um instrumento que irá auxiliar nesse trabalho. Foucault afirma que: “encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo – ao corpo que se manipula, modela-se, treina-se, que obedece, que responde, torna-se hábil [...]” (FOUCAULT, 2013, p. 132). E que o instrumento para realizar isso é a leitura. O reeducando aparece como um convalescente, que carece de “recuperação” e “valores éticos e morais.” O hábito da leitura teria um “efeito salutar”, sobre essa condição do reeducando, tendo, portanto, o sentido de cura.

SD 05: A leitura de bons livros seria a ocupação de suas mentes para o aperfeiçoamento educacional, moral e cognitivo, além de ser um incentivo para a diminuição gradual da pena. (PONCHIROLLI, s/d, s/p).

Além do sentido pragmático (a remição da pena), a leitura tem seu sentido atribuído novamente ao “aperfeiçoamento moral”. É interessante perceber como o sujeito tem a intenção de legitimar a instituição da remição da pena pela leitura, como uma ferramenta de “aprimoramento moral”, inferindo que o reeducando necessita da aquisição de uma “moral”

para se reinserir socialmente.

O segundo artigo encontra-se disponível na plataforma digital *JusBrasil*. A plataforma é um espaço virtual com amplo acervo de artigos sobre diversos assuntos ligados ao Direito, além de processos do país todo. A autoria do artigo é de uma bacharelanda do curso de Direito e um doutorando em Direito pela PUC de São Paulo e membro do Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo.

SD 01: Assim sendo, é possível vislumbrar no hábito da leitura a base transformadora da moral e da ética, por intermédio do desenvolvimento cognitivo e interpretativo, vez que influencia no modo de agir, pensar e falar, permite, outrossim, a imersão em mundo até então desconhecido, possibilitando o enriquecimento cultural e, concomitantemente, social. (ARAUJO; FACHINETTI, 2018, s/p).

A leitura tem seu sentido atribuído, novamente, ao aprimoramento moral do reeducando, “a base transformadora da moral e da ética”, dessa forma a leitura assume uma função importante na reinserção social desse reeducando. O sujeito atribui à leitura o papel de intermédio “para o desenvolvimento cognitivo e interpretativo”, inferindo que através do hábito de ler o reeducando possa aprimorar seu modo de falar, agir e pensar. A leitura, porém, ocupa papéis diferentes para cada pessoa, e exerce uma função distinta, para alguns é uma obrigação, para outros uma recreação.

O “enriquecimento cultural”, o qual a leitura irá oferecer ao reeducando, tem uma imagem ampla. Se pensarmos que na sociedade contemporânea a noção de cultura é distinta dependendo do contexto social e econômico do qual estamos nos referindo, esse “enriquecimento cultural” possui a imagem de uma aquisição de conhecimento que será adquirida através da leitura, e a cultura está relacionada a essa aquisição. Trata-se da cultura na perspectiva de um bem intelectual.

SD 02: O benefício em comento, não atinge unicamente ao preso, mas, sim, toda a sociedade de modo reflexivo, pois o egresso terá, com a influência da leitura, um novo modo de pensar e de agir, intimidando-se quanto ao cometimento de novas transgressões penais. (ARAUJO; FACHINETTI, 2018, s/p).

Atribui-se à leitura o sentido de instrumento que irá “intimidar” o reeducando a cometer novas transgressões, expõe que a leitura possa ocupar o papel de uma ferramenta que modificará a maneira desse reeducando de pensar e conseqüentemente de agir. O mérito da leitura está atribuído ao sentido de inspirar que esse reeducando não volte a cometer infrações, de modo

que isso cause um retorno benéfico à sociedade.

SD 03: A leitura não é meramente atividade recreativa, mas, frise-se, atividade intelectual, é atividade cognitiva que estimula o cérebro, cientificamente associada à diminuição da probabilidade de demência. (ARAUJO; FACHINETTI, 2018, s/p).

Uma atividade recreativa é uma questão de merecimento. Trabalha-se durante cinco dias, conquista-se o direito de descansar por dois dias. A ideia de que o hábito da leitura seja uma atividade exclusivamente ligada à recreação do reeducando pode parecer inadequada, já que ele está em privação de liberdade como uma forma de punição. Atribuir a imagem da leitura às atividades laborais, ameniza esse caráter de entretenimento que o hábito de ler possa ter, e com isso tende a aumentar a aceitação da sociedade em relação ao instituto da remição de pena pela leitura.

SD 04: A leitura é muito mais eficaz que determinadas modalidades de trabalho que são impostas aos presos, por exemplo: costurar bolas de futebol, fabricar velas, mesas e cadeiras. Tais atividades acrescentam pouquíssimo na readaptação do preso e na capacitação profissional fora do sistema penitenciário. (ARAUJO; FACHINETTI, 2018, s/p).

Ao afirmar que “a leitura é muito mais eficaz que determinadas modalidades de trabalho”, o sujeito assume que a leitura também é uma categoria de trabalho. Entretanto, há nessa ideia uma hierarquização das funções desempenhadas, já que a leitura assume como é explicitado na SD 03, o papel de uma “atividade intelectual.” A atividade intelectual ganha um *status* mais glamourizado que o de funções ligadas à marcenaria ou costura.

SD 05: [...] pois a leitura é, por si só, um trabalho intelectual no qual o conhecimento depreende-se de construções sucessivas e gradativas, doses homeopáticas e diárias terão influência indelével na vida dos leitores, vez que a gênese do conhecimento está na construção contínua. (ARAUJO; FACHINETTI, 2018, s/p).

A leitura é discursivamente ligada à categoria de trabalho, porém sempre enfatizando que é um “trabalho intelectual”, ou seja, que goza de maior prestígio do que as atividades braçais. Há também o sentido medicinal da leitura, o hábito de ler deve ser ministrado em “doses homeopáticas e diárias”. O reeducando terá acesso ao conhecimento através da leitura, e de alguma forma esse conhecimento será útil para a sua reinserção social.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho, buscamos contextualizar os aspectos sociais e históricos do cárcere, da punição, os diferentes papéis da leitura e a instituição da remição de pena. Diante desse desenvolvimento e das análises acerca do papel da leitura como possível mecanismo de auxílio na ressocialização de reeducandos, concluímos que a imagem da leitura no contexto de privação de liberdade é uma complexa rede social e política.

Os discursos analisados trazem a noção de que a leitura irá ser um exercício de liberdade, isso nos faz pensar de qual noção de liberdade estamos falando, uma vez que o reeducando não terá o poder de escolha sobre a obra que irá ler, nem sobre o tempo destinado para essa leitura, já que o prazo para acabar a obra e realizar a avaliação é de no máximo 30 (trinta) dias.

O presente trabalho não objetiva fazer julgamento de valor, mas sim analisar sequências discursivas, utilizando-se de um referencial teórico, já citado. Porém, é pertinente tecer um questionamento: quando a leitura é considerada o elemento principal para uma aquisição e/ou transformação moral e ética, não terá a sociedade falhado com esse cidadão? E essa sociedade acolherá esse reeducando, que leu Machado de Assis, mas cometeu um crime?

A mudança pela qual esse reeducando passará ao participar de um projeto como o da remição pela leitura contribuirá para que ele ressignifique seu papel na sociedade. É necessário que essa sociedade também ressignifique a imagem desse cidadão que esteve privado de liberdade por um período de tempo.

Espera-se que com este trabalho possamos ampliar o acesso a novas fontes e novas perspectivas acerca do cárcere e da leitura como possível instrumento na ressocialização. E que de algum modo possamos contribuir na reflexão sobre a situação das pessoas em privação de liberdade, e no potencial da educação e da leitura na transformação da vida dos cidadãos.

Referências

ANISTIA INTERNACIONAL. *Sistema prisional: uma tragédia anunciada*. 2017. Disponível em: <https://anistia.org.br/noticias/sistema-prisional-uma-tragedia-anunciada/>. Acesso em: 15 jun. 2019.

ARAÚJO, Ariane de Moraes; FACHINETTI, Vitor Monacelli Junior. Remição da pena pela leitura. *Jusbrasil*, 2018. Artigos. Disponível em: <https://arimoraes27.jusbrasil.com.br/artigos/588026219/remicao-da-pena-pela-leitura>. Acesso em: 15 jun. 2019.

AURÉLIO. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa online*. 20 jul. 2018. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/leitura>. Acesso em: 20 maio 2019.

BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. *Portal Domínio Público*, Ed. RidendoCastigat Mores, 2001. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/eb000015.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2019.

BRASIL. Ipea. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. *Reincidência criminal no Brasil*. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150611_relatorio_reincidencia_criminal.pdf. Acesso em: 20 maio 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *Recomendação nº 44*. Dispõe sobre atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelece critérios para a admissão pela leitura. Brasília, 26 dez. 2013. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/files/atos_administrativos/recomendao-n44-26-11-2013-presidencia.pdf. Acesso em: 20 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa*. Brasília, 1997. 144 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>. Acesso em: 20 maio 2019.

BRASIL. *Lei nº 7. 210, de 11 de julho de 1984*. Lei de Execução Penal. Brasília, 11 jul. 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 20 maio 2019.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 20 maio 2019.

BRASIL. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias*. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2017. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf. Acesso em: 14 jun. 2019.

CLUBE da Leitura: Leitura de livros reduz pena de 19 presos no interior de São Paulo. *CONJUR* – Consultor Jurídico, 17 jan. 2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-jan-17/leitura-livros-reduz-pena-19-presos-interior-sp>. Acesso em: 25 abr. 2019.

CNJ (Santa Catarina). *Remição de pena pela leitura chega aos presos de Curitiba, em SC*. 2016. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/judiciario/83745-remicao-de-pena-pela-leitura-chega-aos-presos-de-curitiba>. Acesso em: 25 abr. 2019.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento das prisões*. 41 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 8 ed. Campinas: Pontes, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e Leitura*. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORNELLAS, Thuê Camargo Ferraz de; MONTEIRO, Maria Inês. Aspectos históricos, culturais e sociais do trabalho. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 59, n. 4, p. 552-555, jul./ago. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672006000400015. Acesso em: 20 maio 2019.

PONCHIROLLI, Adriana Valéria. *Remição de pena pela leitura*. Disponível em: https://lex.com.br/doutrina_27525360_REMICAO_DE_PENA_PELA_LEITURA.aspx. Acesso em: 15 jun. 2019.

SOUZA, André Wilson Paula de. *A Revolução Industrial e a divisão social do trabalho*. Paranaíba: Unespar, 2016. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/eventos/index.php/eaic/iieaic/paper/viewFile/4250/1122>. Acesso em: 14 maio 2019.

TORRES, Eli Narciso da Silva. *A gênese da remição de pena pelo estudo: o dispositivo jurídico-político e a garantia do direito à educação aos privados de liberdade no Brasil*. 290 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Unicamp, Campinas, 2017. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/5297>. Acesso em: 15 maio 2019.

ⁱ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal da Fronteira - Campus Chapecó.

E-mail: francinetricolor@hotmail.com

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/3686843488257406>

ⁱⁱ Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Professor de Língua Portuguesa e Linguística da UFFS, campus de Chapecó-SC.

E-mail: eric@uffs.edu.br

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/4047005943186032>



Linguagem e Discurso